

ARILDE FRANCO ALVES *

**O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DA AGRICULTURA: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - ALTO VALE DO
ITAJAÍ-SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Agroecossistemas, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella

Florianópolis, (março/2004)

* Médico Veterinário

TERMO DE APROVAÇÃO

ARILDE FRANCO ALVES

O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DA AGRICULTURA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - ALTO VALE DO ITAJAÍ-SC

Dissertação aprovada em/...../....., como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella
Orientador

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sérgio Leite G. Pinheiro
Presidente (CCA / UFSC)

Prof. Dr. Paulo Alberto Lovatto
Membro (CCR / UFSM)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Membro (CCA / USFC)

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei
Membro (CSE / UFSC)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGAGr

Florianópolis, 30/março/2004.

*Dedico a
Gabriel, meu filho;
Lori, minha companheira.
Se não fosse pela paciência, compreensão e apoio,
este trabalho não teria sido possível.*

AGRADECIMENTOS

A (ao)s

Meu filho Gabriel, pela paciente espera, neste período de mais de dois anos, quando deixei muitas vezes de atendê-lo em solicitações inadiáveis;

Minha companheira Lori, que nas horas mais difíceis da realização deste trabalho, soube entender a necessidade do cumprimento do compromisso que havia assumido perante todos que acreditaram na minha capacidade de fazer algo de positivo na vida;

Minha família, especialmente a meu pai e a minha mãe, que mesmo distantes, estiveram na torcida, confiantes na minha capacidade de estar sempre realizando o novo e, tudo aquilo que pode acrescentar ao próximo;

Aos companheiros Cláudio e Nério, colegas de trabalho e de mestrado, o meu especial agradecimento, pela permanente presença durante toda a realização do curso, com palavras de apoio nos momentos de angústia, pelas sugestões e correções às minhas atitudes, enfim, muito obrigado;

Docentes e técnicos administrativos, colegas de trabalho na Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC, que de uma forma ou de outra souberam compreender minha difícil conciliação – trabalho e tempo extra -, para a realização do mestrado, suprimindo minhas ausências e muitas vezes assumindo os meus compromissos;

Todos os meus alunos da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC, que durante todo o período do mestrado estiveram na torcida pela minha realização;

Valdemiro, Salete e Maneca, funcionários do Cetre/Epagri, que sempre souberam entender minha situação, garantindo acomodação, mesmo nos momentos mais complicados;

Todos os colegas de mestrado, sem mencionar nomes, para não correr o risco de esquecer alguém, meu muito obrigado pela amizade e a contribuição em meu crescimento como indivíduo;

Todos os professores do Programa de Mestrado em Agroecossistemas, pela amizade, sinceridade e acima de tudo a bela experiência de como é importante fazer algo de novo, de diferente, que sirva para o coletivo;

Agricultores da Comunidade Bom Fim, que proporcionaram espaço para a busca de relevantes informações e, pela amizade cultivada durante a realização desse trabalho;

Prof. Ademir Antônio Cazella, meu orientador, pela paciência às minhas imensas dificuldades, supridas pelo crédito, dado a minha fé e força de vontade.

*Un mundo donde quepan muchos mundos,
un mundo donde para todos haya siempre:*

*Pan para iluminar la mesa,
Salud para espantar la muerte,
Conocimiento para aliviar la ignorancia,
Tierra para cosechar futuro,
Techo para abrigar la esperanza y
Trabajo para hacer digna nuestras manos.*

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| LISTAS DE TABELAS | ix |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | xi |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | xii |
| LISTA DE ANEXOS | xiv |
| RESUMO | xv |
| ABSTRACT | xvi |
| | |
| INTRODUÇÃO | 01 |
| 1. AS QUESTÕES DA PESQUISA | 04 |
| 2. O LOCAL DE ESTUDO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ... | 06 |
| 2.1 Informações secundárias | 07 |
| 2.2 Roteiro de entrevistas | 07 |
| 2.3 Questionário – Famílias rurais | 08 |
| 2.4 Definindo a renda agrícola | 09 |
| 3. A DISSERTAÇÃO E SUA ESTRUTURA | 10 |
| | |
| CAPÍTULO I | |
| UM NOVO OLHAR À AGRICULTURA | 12 |
| 1. A PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL | 13 |
| 2. MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA: UMA NOÇÃO EM CONSTRUÇÃO | 18 |
| 2.1 A trajetória de construção social da multifuncionalidade agrícola | 22 |
| 2.2 O debate no Brasil | 27 |
| 3. MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA: LEGITIMANDO A AGRICULTURA FAMILIAR | 29 |
| 3.1 Como é vista a agricultura familiar? | 29 |
| 3.2 Sua legitimação | 33 |
| | |
| CAPÍTULO II | |
| A REGIÃO E O MUNICÍPIO: APRESENTANDO O LOCAL DE ESTUDO | 37 |
| 1. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS | 37 |
| 2. ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS | 41 |

| | |
|---|-----------|
| 2.1 Resgate histórico..... | 41 |
| 2.2 Aspectos socioeconômicos..... | 44 |
| 2.2.1 Do extrativismo à agricultura..... | 44 |
| 2.2.2 Indústria, comércio e comportamento demográfico..... | 50 |
| 3. O CARÁTER DA DUPLA-ATIVIDADE DAS FAMÍLIAS RURAIS..... | 58 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|-----------|
| A COMUNIDADE DO BOM FIM E SEU VÍNCULO URBANO..... | 60 |
| 1. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS..... | 61 |
| 2. ASPECTOS HISTÓRICOS..... | 64 |
| 3. ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA COMUNIDADE.... | 65 |
| 4. A PLURIATIVIDADE AGRÍCOLA DAS FAMÍLIAS..... | 69 |

CAPÍTULO IV

| | |
|---|------------|
| AS DIFERENTES FONTES DE RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS..... | 73 |
| 1. DINÂMICA ECONÔMICA E DE REPRODUÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR..... | 73 |
| 1.1 Situação legal e formas de utilização das terras..... | 74 |
| 1.2 Força de trabalho utilizada nas unidades e o apoio creditício e técnico..... | 77 |
| 1.3 Produção, autoconsumo e comercialização de produtos agropecuários..... | 78 |
| 1.4 Composição da renda total e ocupação dos membros da unidade agrícola familiar | 85 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| REFERÊNCIAS..... | 96 |
| ANEXOS..... | 105 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE RIO DO SUL – LAVOURAS ANUAIS, 1999..... | 46 |
| TABELA 2 – PRODUÇÃO PECUÁRIA DE RIO DO SUL EM NÚMERO DE CABEÇAS EM 2000..... | 47 |
| TABELA 3 – EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA DE RIO DO SUL-SC, POR EXTRATO DE ÁREA EM NÚMERO E ÁREA E, PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, EM 1975, 1980, 1985 EM 1995..... | 49 |
| TABELA 4 – EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RIO DO SUL-SC, EM 1975, 1980, 1985 E 1995..... | 50 |
| TABELA 5 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE RIO DO SUL E MUNICÍPIOS VIZINHOS, ENTRE DE 1970 E 2000..... | 52 |
| TABELA 6 – ÁREA, POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, DE ALGUNS MUNICÍPIOS E ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 2000..... | 53 |
| TABELA 7 – A ARRECADAÇÃO DE ICMS EM 20 MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM ORDEM DECRESCENTE, NO ANO DE 1999...55 | 55 |
| TABELA 8 – COMPARATIVO TRIBUTÁRIO ENTRE O SETOR AGROPECUÁRIO E O SETOR INDUSTRIAL E COMERCIAL DE RIO DO SUL E MUNICÍPIOS VIZINHOS – EXERCÍCIOS 2000 / 2001..... | 56 |
| TABELA 9 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CATEGORIAS DE ATIVIDADES EM RIO DO SUL - SC, NO ANO DE 2001..... | 57 |
| TABELA 10 – RENDA LÍQUIDA TOTAL ANUAL POR PRODUTO AGROPECUÁRIO DA UNIDADE AGRÍCOLA FAMILIAR DOS <i>AGRICULTORES MONOATIVOS</i> DA COMUNIDADE BOM FIM, EM R\$, NO PERÍODO JULHO 2001 A JUNHO..... | 81 |
| TABELA 11 – RENDA LÍQUIDA TOTAL ANUAL POR PRODUTO AGROPECUÁRIO DA UNIDADE AGRÍCOLA FAMILIAR DOS <i>AGRICULTORES PLURIATIVOS</i> DA COMUNIDADE BOM FIM, EM R\$, NO PERÍODO JULHO 2001 A JUNHO 2002..... | 83 |
| TABELA 12 – RENDA LÍQUIDA TOTAL ANUAL POR PRODUTO AGROPECUÁRIO DA UNIDADE AGRÍCOLA FAMILIAR DOS <i>MORADORES</i> DA COMUNIDADE BOM FIM, EM R\$, NO PERÍODO JULHO 2001 A JUNHO 2002..... | 84 |

| | |
|--|----|
| TABELA 13 – PERFIL GERAL DAS FONTES DE RENDAS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE BOM FIM..... | 88 |
| TABELA 14 – PERFIL OCUPACIONAL E RENDA MENSAL MÉDIA DAS ATIVIDADES REMUNERADAS DAS UNIDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES DA COMUNIDADE BOM FIM..... | 89 |
| TABELA 15 – OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS REMUNERADAS POR ÁREAS DE ATUAÇÃO E NÚMERO DE PESSOAS DA COMUNIDADE BOM FIM..... | 90 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – POPULAÇÃO RURAL OCUPADA UMA HORA OU MAIS NA SEMANA, EM RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS: BRASIL, REGIÃO SUL E SANTA CATARINA, 1995..... | 16 |
| FIGURA 1 – ORGANOGRAMA SOBRE AS FUNÇÕES DA AGRICULTURA, 2001..... | 21 |
| FIGURA 2 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS MODELOS DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO..... | 32 |
| MAPA 1 - ESTADO DE SANTA CATARINA, DESTACANDO A REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ E A LOCALIZAÇÃO DE RIO DO SUL..... | 38 |
| MAPA 2 – MICRORREGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ, MUNICÍPIOS INTEGRANTES E RIO DO SUL EM DESTAQUE..... | 39 |
| MAPA 3 – MAPA DE RIO DO SUL, MOSTRANDO RELEVO (SERRAS E VALADAS) E HIDROGRAFIA FORMADORA DO RIO ITAJAÍ-AÇÚ..... | 40 |
| QUADRO 2 – PRODUTOS E MERCADOS DA INDÚSTRIA DE RIO DO SUL..... | 54 |
| MAPA 4 - MAPA DE RIO DO SUL, COM DETALHE AMPLIADO DA COMUNIDADE BOM FIM..... | 63 |
| GRÁFICO 1 – TIPIFICAÇÃO NUMÉRICA DAS UNIDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES DA COMUNIDADE BOM FIM..... | 67 |
| QUADRO 3 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DA COMUNIDADE BOM FIM - RIO DO SUL-SC, POR GRUPO DE ÁREA E PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA, EM 2000..... | 69 |
| QUADRO 4 – DADOS GERAIS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE BOM FIM..... | 70 |
| QUADRO 5 – OCUPAÇÕES EXTERNAS DAS FAMÍLIAS E NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS POR RAMO DE ATIVIDADE..... | 71 |
| GRÁFICO 2 – NÚMERO DE FAMÍLIAS SEGUNDO O NÚMERO DE MEMBROS COMO TRABALHOS EXTERNOS REMUNERADOS..... | 72 |
| GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS POR EXTRATO DE ÁREA EM HECTARE..... | 75 |
| GRÁFICO 4 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE AUTOCONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE BOM FIM NA SAFRA 2001/2002..... | 76 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACIRS** – Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul
- AGRECO** – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
- AGRIVITA** – Associação *Agricultura Liberta Vita*
- AMAVI** – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
- APP's** – Áreas de Preservação Permanente
- APREMAVI** – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí
- CAI's** – Complexos Agroindustriais
- CASAN** – Companhia Catarinense de Água e Saneamento
- CCA** – Centro de Ciências Agrárias da UFSC
- CDOA** – Commission Départemental d'Orientation de l'Agriculture
- CIDASC** – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- CMDR** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- CMMAD** – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNPq** – Conselho Científico e Tecnológico
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COAGR** – Coordenação do Programa de Pesquisas em Agropecuária e Agronegócio
- CPDA** – Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade
- CRAVIL** – Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí
- CT** – Custos Totais
- CTE** – *Contrats Territoriaux d'Exploitation*
- EAFRS** – Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
- EPAGRI** – Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FAO** – *Food and Agricultural Organization*
- FBM** – Rede França-Brasil de Multifuncionalidade
- FIESC** – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- GATT** - *General Agreement on Tariffs and Trade*
- GTZ** – *Deutsche Gesellschaft Für Technische*
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
- ICMS** – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IICA – *Instituto Interamericano de Cooperación para La Agricultura*

INSTITUTO CEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

ISO – *International Organization for Standardization*

LEADER - *Ligação Entre Atores do Desenvolvimento Rural*

LOA – Lei de Orientação Agrícola

OCDE – Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Política Agrícola Comum

PDR - Programa de Desenvolvimento Rural

PEA – População Economicamente Ativa

PGAGr – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

PNAD's – Pesquisas Nacionais de Amostras Domiciliares

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RBT – Renda Bruta Total

RL – Renda Líquida

UE – União Européia

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|-----|
| ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | 105 |
| ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO – FAMÍLIAS RURAIS..... | 111 |
| ANEXO 3 – TABELA A - CUSTO TOTAL MÉDIO DE PRODUÇÃO & PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELOS PRODUTORES EM SANTA CATARINA, DE ALGUNS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, EM R\$ - JUNHO 2002..... | 124 |
| ANEXO 4 – TABELA B - CUSTO TOTAL MÉDIO DE PRODUÇÃO & PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELOS PRODUTORES, DE ALGUNS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, EM R\$ - 2001/2001..... | 125 |

O caráter multifuncional da agricultura: um estudo de caso no município de Rio do Sul - Alto Vale do Itajaí-SC *

Autor: Arilde Franco Alves ¹

Orientador: Ademir Antonio Cazella ²

A multifuncionalidade agrícola pauta-se na compreensão de que a agricultura, além de produzir alimentos e fibras, desempenha outras funções de fundamental importância na dinâmica de desenvolvimento rural. Essas funções, muitas delas de natureza não econômica, vão do agroturismo, “produção” da paisagem, preservação da biodiversidade e do meio ambiente. Este entendimento amplia o campo das funções socioeconômicas atribuídas à agricultura, deixando de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Deste modo, a pesquisa realizada estudou a noção de multifuncionalidade agrícola, através de um trabalho de campo sobre a realidade das unidades agrícolas do município de Rio do Sul-SC. As atividades agrícolas do município, mesmo aquelas voltadas à produção de bens de subsistência das famílias, sofreram nas últimas décadas uma forte retração, perdendo seu espaço, tanto em área, quanto em produtividade, tornando o município um importador de produtos agrícolas, que anteriormente tinha em abundância. A economia do município centra-se no comércio e na indústria de manufaturas de base. A interação de atividades agrícolas com as atividades na indústria, sobretudo a metal-mecânica e têxtil, tem caracterizado o que se denomina de pluriatividade das famílias agrícolas. Muitos membros dessas famílias têm na atividade agrícola uma forma de preservar o patrimônio (a terra), tendo como fonte de renda monetária principal a atividade não-agrícola. No entanto, apesar da agricultura ocupar um lugar secundário na economia local, entende-se que a mesma desempenha outras funções de fundamental importância para as unidades agrícolas familiares e, em especial, para a sociedade em geral. Metodologicamente, o trabalho esteve centrado nas famílias rurais, de modo que, no lugar da agricultura *stricto sensu*, a unidade de observação foi a família rural, que ao desenvolver qualquer atividade, revela diferente significado e peso econômico para sua reprodução. Através do cruzamento de informações secundárias e os dados de campo levantados na comunidade Bom Fim, este estudo traduziu-se no entendimento que o uso dessa noção pode viabilizar novas orientações na formulação de políticas no campo do desenvolvimento rural. Dessa forma, foi realizada uma avaliação das diferentes formas de participação da agricultura na constituição da renda familiar, em comparação às atividades não-agrícolas. A análise do peso econômico das atividades agrícolas, inclusive aquelas de subsistência, frente às remunerações associadas a “pluriatividade” e das políticas públicas compensatórias (aposentadorias rurais, auxílios doença, etc.) possibilitou demonstrar a importância do papel de “coesão social”, que a agricultura ainda desempenha, para as famílias rurais numa zona de economia dinâmica.

* Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, (104 p. + anexos) – março de 2004.

¹ Acadêmico do Mestrado em Agroecossistemas.

² Professor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Zootecnia / CCA / UFSC.

The character of multifunctionality of agriculture: a case study in the city of Rio do Sul - Alto Vale do Itajaí –SC, Brazil *

Author: Arilde Franco Alves ¹

Adviser: Ademir Antonio Cazella ²

Agricultural multifunctionality lies in understanding agriculture carries out other essential functions on the dynamics of rural development besides producing food and fibers. These functions range from the agro-tourism and landscape “production” to biodiversity and environmental preservation. This way, it is possible to enlarge the socioeconomic functions field attributed to agriculture once it is more than an agricultural goods producer. Based on the present context, the accomplished research studied the notion of agricultural multifunctionality through a fieldwork about the reality of the agricultural units in the city of Rio do Sul, Santa Catarina state. The agricultural activities of the city, even those related to the production of subsistence goods for the families, have undergone a hard retraction for the last few decades. They have been losing ground, not only related to areas but also to their productivity. That has led the city to an agricultural food importer place not necessary in the past. The pluriactivity of agricultural families has been characterized by the interaction of agricultural and industrial activities, especially the related to metal-mechanic and textile. Many of the family members have the agricultural activity as a way to preserve their patrimony (the land) and the non-agricultural activity as their main income. However, in spite of occupying a secondary place in the local economy, it is possible to conclude agriculture has carried out other functions of essential importance for the agricultural families’ units and especially for the society in general. The research was methodologically focused on rural families who reveal different meaning and economical value for their reproduction while developing any kind of activity. This focus is different from that of the “*stricto sensu*” agriculture. Through the crossing of secondary information and the field data of Bom Fim community this research has concluded that using the adopted notion it is possible to provide new orientations for policies formulation in the field of rural development. An evaluation of different ways agriculture helps in the rural family’ s income compared to those non-agricultural activities was accomplished. The importance of the role “social cohesion” plays and agriculture still carries out for the rural families in a zone of dynamic economy has arisen from the analysis of the economical value of agricultural activities, including those of subsistence, toward the fees related to “pluriactivity” and public compensatory policies (rural retirements, disease assistance, etc).

* Master’s Thesis (*M. Sc.*) in Agroecosystems, Agricultural Science Center, Santa Catarina Federal University, Florianópolis-SC, (104 p. + enclosures) – March, 2004.

¹ Academic of Master in Agroecosystems.

² Teacher of the Department of Rural Development and Zootecnia / CCA / UFSC.

INTRODUÇÃO

Na região do Vale do Itajaí, as atividades agrícolas, mesmo aquelas voltadas ao autoconsumo das famílias, vêm sendo retraídas, perdendo seu espaço, tanto em área, quanto em produtividade. Essa tendência torna, por exemplo, o município de Rio do Sul-SC um importador de produtos agrícolas, os quais, anteriormente, eram produzidos localmente em abundância. Essa forte diminuição das atividades agrícolas contrasta com o dinamismo dos demais setores da economia do município, que está centrada no comércio e na indústria de manufaturas de base.

No meio rural, a interação de atividades agrícolas com atividades no comércio e na indústria, em especial na indústria metal-mecânica e têxtil, tem caracterizado o que se denomina de pluriatividade das famílias agrícolas. Os membros das famílias de agricultores exercem suas atividades agrícolas em parte do tempo e, no restante do dia, ou até mesmo em horários noturnos, trabalham em outras atividades, como nas facções¹ ou pontos de vendas das mesmas (pólos de comercialização por atacado). Muitos membros dessas famílias têm na atividade agrícola uma forma de preservar o patrimônio familiar, tendo como fonte de renda monetária principal a atividade não-agrícola.

¹ De acordo com Ferreira (1986), facção é o ato ou efeito de confeccionar; também se refere a pontos de venda de roupa feita ou confeccionada em fábrica, que se adquire pronta.

No entanto, apesar da agricultura ocupar um lugar secundário na economia do município, entendemos que a mesma desempenha outras funções, de natureza não econômica, tais como, a segurança alimentar, a preservação e o resgate de valores culturais, além da conservação da paisagem, dos recursos naturais e da biodiversidade. Muitas dessas funções, mesmo que não remuneradas pelo mercado, são de fundamental importância já que contribuem para a dinâmica de desenvolvimento do município e região, compondo o caráter multifuncional da agricultura.

Diferentemente da pluriatividade, que se caracteriza por aliar a prática da agricultura com outras atividades econômicas remuneradas, tanto dentro como fora da propriedade, a multifuncionalidade é definida genericamente, como o conjunto das atribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social. (Laurent, 1999). Dessa forma, esta noção amplia o campo das funções socioeconômicas atribuídas à agricultura, deixando de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas.

Na União Européia, e, de forma especial na França, primeiro país a incorporar essa noção no seu rol de políticas públicas, a multifuncionalidade agrícola já pode ser apontada como uma política alternativa de desenvolvimento agrícola e rural paralelamente à Política Agrícola Comum (PAC). A PAC caracteriza-se pela forte carga de subsídios à sustentação da agricultura produtivista. No entanto, a alternativa da multifuncionalidade agrícola vem ganhando espaço face às crescentes contestações ao modelo agrícola convencional². Esse modelo tem demonstrado seus percalços tecnológicos e sociais, principalmente os relacionados ao ambiente e ao emprego, como apontam inúmeros autores (Graziano da Silva, 1982; Martine & Garcia, 1987; Silvestro, 1995; e Ehlers, 1996).

Segundo Maluf (2001a:3), mesmo que no Brasil ainda sejam tímidas as pesquisas, o tema da multifuncionalidade agrícola merece uma especial atenção, principalmente porque possibilita *“recolocar os termos em que a agricultura se insere na problemática do desenvolvimento rural”*. Para esse autor, a visão de uma agricultura multifuncional *“oferece as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores”*.

² Para Altieri (1998), o modelo agrícola convencional está baseado no aumento da produção e da produtividade, com o uso intensivo de agro-químicos, variedades geneticamente melhoradas, expansão dos sistemas de irrigação e, também, na intensa mecanização da produção. Esse modelo trouxe a redução dos padrões de diversidade preexistente, intensa degradação dos solos agrícolas e a contaminação química dos recursos naturais.

Portanto, o enfoque da multifuncionalidade agrícola procura contemplar, além da melhoria da qualidade de vida dos agricultores, uma política voltada para o meio rural, visando a proposição de alternativas frente ao modelo produtivista vigente. Enfim, pode-se inserir a multifuncionalidade numa discussão mais ampla sobre a sustentabilidade³ do processo de desenvolvimento rural.

O aprofundamento dessa questão é estratégico, principalmente em relação à região Sul do Brasil, com marcada presença de uma economia familiar no meio rural. Esse aspecto ganha importância na região do Alto Vale do Itajaí, onde a dinâmica ocupacional deu-se, inicialmente, através do extrativismo e da agricultura, seguida da industrialização. Desta forma, é evidente a interação de outras atividades com a agricultura no interior das unidades agrícolas familiares, com forte peso para as atividades não-agrícolas, em especial naqueles municípios que se localizam ao longo do traçado da BR 470, como é o caso de Rio do Sul.

Essa realidade, portanto, instigou-nos a formular questões referentes à noção da multifuncionalidade, que apontam para o entendimento da agricultura como palco de múltiplas e indispensáveis funções, voltadas a promover o desenvolvimento agrícola e rural sustentável. Além disso, acredita-se que as discussões sobre as noções de pluriatividade e multifuncionalidade agrícola no Brasil estão ocorrendo sem que uma diferenciação conceitual esteja suficientemente formulada. Sendo assim, e a partir desse entendimento inicial, optou-se por realizar um estudo de caso como método investigatório.

³ Para Altieri (1989a, p. 60), a “sustentabilidade refere-se à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, em face de distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo”. A sustentabilidade significa que a atividade econômica deve suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções futuras. Segundo o IICA/GTZ (1992, p. 29-30), “a sustentabilidade da agricultura e dos recursos naturais se refere ao uso dos recursos biofísicos, econômicos e sociais segundo sua capacidade, em um espaço geográfico, (...). O valor presente dos bens e serviços deve representar mais que o valor das externalidades e dos insumos incorporados, melhorando ou pelo menos mantendo de forma indefinida a produtividade futura do ambiente biofísico e social. Além do mais, o valor presente deve estar equitativamente distribuído entre os participantes do processo”. Para Becker (1999), sustentabilidade no contexto das transformações recentes do processo de desenvolvimento, está alicerçada num discurso legitimador de toda uma ação racionalizadora do uso dos recursos, seja naturais, humanos ou culturais. Para Cavalcanti (org.) (1999), sustentabilidade não deve ser um mero adereço de posturas ecologicamente corretas, mas exemplos práticos de uso dos recursos naturais renováveis a um ritmo que respeite suas taxas de regeneração, conservando a biodiversidade como fator crucial para a evolução biológica, mantendo enfim, os serviços de sustentação da vida que o meio ambiente oferece de graça. (...). A escolha relativa a um desenvolvimento que seja ecologicamente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justo representa uma opção política, fundamentada em princípios éticos.

1. AS QUESTÕES DA PESQUISA

A temática da multifuncionalidade agrícola está sendo debatida no Brasil a partir de referenciais estrangeiros, especialmente da França⁴. A inserção deste tema em nosso contexto vem ocorrendo através da realização de pesquisas, que procuram avaliar a pertinência dessa noção, considerando as peculiaridades brasileiras.

É o caso de uma pesquisa pioneira sobre o tema que conta com uma equipe multidisciplinar e com o apoio financeiro do CNPq/COAGr⁵. Essa equipe vem realizando um estudo que *“busca analisar as possibilidades oferecidas pela noção de multifuncionalidade da agricultura, face às especificidades da realidade rural brasileira, visando definir um referencial comum em torno desta noção e a apontar seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas de promoção das unidades familiares rurais e do desenvolvimento rural sustentável”* (Maluf, 2001b:2).

O presente estudo de caso está inserido, portanto, no contexto geral desta pesquisa nacional, a qual é orientada pelos seguintes objetivos:

- 1) verificar, através de estudos de caso em diferentes estados e regiões brasileiras, como se apresenta a multifuncionalidade na agricultura familiar e sua relação com dinâmicas de desenvolvimento rural;
- 2) **analisar a pluriatividade das famílias de agricultores na ótica da multifuncionalidade**, e sua relação com a construção de novas ruralidades e identidades sociais (grifos nossos);
- 3) verificar o campo das funções sociais atribuídas à agricultura familiar, tais como: conservação de recursos e do patrimônio naturais; qualidade dos alimentos; herança cultural; produção de novos bens mercantis; etc.

Este estudo de caso, contempla, de forma prioritária, o segundo objetivo da pesquisa nacional. Parte-se do pressuposto que, do ponto de vista econômico, as atividades não-agrícolas de um número expressivo de famílias de agricultores, representam a sua

⁴ No Capítulo I deste trabalho será feita uma discussão teórica e uma análise da trajetória de construção sócio-política da noção de multifuncionalidade agrícola.

⁵ O grupo de trabalho é formado por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e de três universidades brasileiras: a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto de pesquisa intitulado *“Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”*, foi financiado pelo CNPq/COAGr.

principal renda. No entanto, a agricultura presta um conjunto de outras funções de fundamental importância para os agricultores e para a sociedade em geral.

Neste sentido, elenca-se as seguintes questões de pesquisa:

- a) como se expressa a dimensão multifuncional da agricultura familiar numa zona onde a pluriatividade das famílias agrícolas é evidente?;
- b) qual a participação das atividades agrícolas em termos de renda familiar, considerando outras atividades remuneradas exercidas pelos membros família?; e,
- c) de que forma o conceito de multifuncionalidade da agricultura pode contribuir para o processo de legitimação e reconhecimento social da agricultura familiar?

Portanto, o objetivo geral deste estudo de caso consiste em **analisar o conjunto das atividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de renda do grupo familiar**. Pretende-se ainda, compreender como a multifuncionalidade da agricultura contribui para o desenvolvimento de uma região, onde esse setor econômico não é mais preponderante na economia local. Isto servirá para analisar conceitualmente, como a noção de multifuncionalidade da agricultura pode contribuir no processo de legitimação da agricultura familiar.

Entende-se, assim, que a noção da multifuncionalidade agrícola permite avaliar a interação entre famílias e territórios, levando em conta os “modos de vida” das famílias rurais na sua integridade. Isto proporciona uma avaliação das diferentes formas de participação das atividades agrícolas na constituição da renda familiar, em comparação às atividades não-agrícolas, desempenhadas por membros integrantes das famílias rurais. Dessa forma, dois objetivos específicos compõem a estrutura deste trabalho:

- a) Caracterizar as atividades geradoras de renda não especificamente agrícolas, praticadas pelas famílias de agricultores, através de um diagnóstico socioeconômico;
- b) Avaliar o peso econômico das atividades agrícolas, inclusive aquelas de autoconsumo, frente às remunerações associadas à “pluriatividade” e das políticas públicas compensatórias (aposentadorias rurais, auxílios doença, cestas básicas, etc.);

Sendo assim, duas hipóteses de pesquisas foram formuladas:

- a) a noção de multifuncionalidade agrícola reatualiza a importância da agricultura na dinâmica de desenvolvimento rural, mesmo em regiões socioeconômicas onde esse setor representa muito pouco para a economia local;
- b) o caráter multifuncional da agricultura possibilita o exercício de atividades não-agrícolas remuneradas, que representam a maior parte da renda monetária das famílias de agricultores da região estudada.

2. O LOCAL DE ESTUDO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de Rio do Sul em Santa Catarina, localizado no Alto Vale do Itajaí, foi escolhido como local de estudo em razão da forte articulação das famílias rurais com atividades não-agrícolas. O trabalho de campo sobre a realidade das unidades agrícolas familiares foi realizado na comunidade Bom Fim, localizada a pouco mais de dois quilômetros da sede do município.

A perspectiva que norteou a pesquisa qualitativa foi a ótica interdisciplinar. Para estudar a multifuncionalidade agrícola, levou-se em consideração a diversidade socioeconômica dos agricultores e da região de estudo. Esses elementos foram analisados a partir de uma metodologia de pesquisa que abrangeu três etapas:

- 1) Informações secundárias que dessem conta de traçar o perfil socioeconômico do município, valendo-se para tanto de dados fornecidos por órgãos oficiais de pesquisa e de assessorias técnicas locais;
- 2) Contato com instituições, através de seus integrantes por nós denominados de “atores sociais”, envolvidas em trabalhos com os agricultores. Para tanto, elaborou-se um “Roteiro de Entrevistas” (Anexo 1); e,
- 3) Levantamento de campo junto à comunidade selecionada, através de um questionário padrão, denominado “Família Rural” (Anexo 2), utilizado nos demais estudos de caso do grupo de trabalho mencionado anteriormente.

Os critérios adotados no processo de escolha da comunidade foram os seguintes:

- 1) diversidade de atividades agrícolas;
- 2) existência de ocupações agrícolas e não-agrícolas, geradoras de renda do grupo familiar;
- 3) proximidade e acesso a área urbana de Rio do Sul; e,
- 4) infraestrutura de serviços (redes públicas de água potável, telefone e energia elétrica).

A escolha das unidades agrícolas familiares procurou contemplar as mais diferentes situações, independente da sua frequência, entre as unidades, com o intuito de não privilegiar alguma tendência sócio-econômica dominante. Além disso, a distribuição geográfica das unidades no interior da comunidade foi outro aspecto igualmente considerado no processo de definição das unidades da amostra.

A amostra abrangeu desde aquelas unidades onde a atividade agrícola não é relevante do ponto vista econômico, até aquela em que a atividade agrícola é a principal ocupação do grupo familiar, inclusive em termos de renda. Auxiliou na definição das unidades a comporem a amostragem, dados preliminares da Secretaria Municipal de Saúde, através da agente de saúde comunitária. Estes dados fornecem informações de cada família, referentes ao número total de membros por faixa etária, escolaridade de todos os integrantes do grupo familiar, e atividade principal do(s) responsável(eis) pela família, dentre outros. A amostra de pesquisa foi de 35% do total das 61 unidades agrícolas familiares pertencentes à comunidade, o que correspondeu a 21 unidades.

A seguir, detalhamos estes procedimentos metodológicos, visando uma melhor compreensão de como foi encaminhada a realização do estudo de caso.

2.1. Informações secundárias

Os dados secundários relativos à dinâmica de desenvolvimento do município de Rio do Sul foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Prefeitura Municipal de Rio do Sul (Secretarias Municipais de Agricultura e de Saúde) e na Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul.

Além disso, buscou-se algumas informações complementares junto aos diferentes órgãos de assessoramento técnico local e regional, tais como: Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí (CRAVIL), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

2.2. Roteiro de Entrevistas

O propósito dessas entrevistas estruturadas (Anexo 1), foi o balizamento prévio de algumas informações acerca do perfil dos agricultores locais, antes da aplicação dos questionários na comunidade. As justificativas para a necessidade deste entendimento preliminar se prendem ao fato do pesquisador não ser oriundo da região pesquisada,

conseqüentemente, desconhecedor de determinadas peculiaridades sócio-culturais, importantes no processo de caracterização dessa ruralidade. As questões deste roteiro foram aplicadas a “atores sociais” de instituições ligadas ao setor agrícola, que executam alguma atividade nas comunidades rurais da região e do município de estudo. Neste sentido foram realizadas entrevistas com profissionais de organizações governamentais e não-governamentais de apoio à agricultura, a exemplo respectivamente do ensino agrícola e da área de preservação ambiental, com líderes políticos dos poderes executivo e legislativo, com dirigentes de cooperativas, sindicatos e associações rurais e integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

2.3. Questionário - Famílias rurais

A caracterização das atividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de renda, e a avaliação do peso econômico dessas atividades deu-se através do levantamento de campo, realizado na comunidade de Bom Fim, por meio da aplicação do questionário estruturado “Famílias Rurais” (Anexo 2).

O trabalho privilegiou as famílias rurais, de modo que, em lugar da agricultura *stricto sensu*, a unidade de observação foi a família, e o conjunto de atividades econômicas desenvolvidas para a sua reprodução. Desta forma, o questionário aplicado buscou atender a determinação da renda familiar. Essa renda foi determinada a partir da caracterização das atividades agrícolas presentes no interior das propriedades e daquelas não-agrícolas, executadas por membros do grupo familiar, fora das unidades de produção.

A coleta de informações junto às unidades agrícolas familiares, privilegiou a participação do maior número de membros do grupo familiar, de maneira a formar o mais amplo conjunto de informações. O preenchimento do questionário teve uma duração média de uma hora. Além disso, muitas unidades foram posteriormente visitadas, no sentido de observações relativas as atividades produtivas, não contempladas pelas entrevistas. Buscou-se desta forma, entender a dinâmica dessas atividades produtivas, capazes de auxiliar nos critérios de análise dos resultados.

Os questionários preenchidos foram tabulados num banco de dados do programa *Microsoft Access*. Primeiramente, buscou-se determinar as principais atividades mantenedoras da família, definindo se as mesmas eram decorrentes de atividades agrícolas ou de outras atividades remuneradas. Em relação às atividades agrícolas, levantou-se toda a produção animal e vegetal das unidades familiares pesquisadas. Neste levantamento considerou-se

inclusive as atividades produtivas voltadas para o autoconsumo e aquelas orientadas à manutenção de outras atividades produtivas. O levantamento buscou quantificar o conjunto da produção referente à safra agrícola 2001-2002⁶.

2.4. Definindo a renda agrícola

Para medir a renda dos estabelecimentos agrícolas familiares, originárias da atividade agropecuária, utilizamos neste trabalho o conceito de **Renda Líquida Total**, representada pelo valor obtido entre a diferença da renda bruta menos os custos. Para tanto, calculamos inicialmente a Renda Bruta Total (RBT) do estabelecimento, representada pelo “valor de tudo o que foi produzido durante o ano, tanto para venda, como para consumo familiar, como também para a alimentação animal no estabelecimento (cessões internas⁷)” (Soldateli, 1991, p.28). Em seguida, subtraímos da RBT os Custos Totais⁸ (custos fixos mais custos variáveis). Os valores desses custos foram obtidos junto ao banco de dados do Instituto CEPA/SC⁹. Portanto, a **Renda Líquida Total** é representada pela equação: $RLT = RBT - CT (CV + CF)$.

Segundo Soldateli (*op. cit.*), a determinação da RBT das culturas é igual a produção multiplicada pelo preço, diferentemente da RBT das atividades pecuárias, resultante além da venda (animais e seus produtos), da subtração da compra de animais + diferença de inventário dos animais + autoconsumo. Em relação ao autoconsumo, o autor está computando todos os valores referentes ao consumo na propriedade pela família e pelos animais. No entanto, deduzimos dos custos de produção pecuária os valores dos insumos denominados “cessões internas”, evitando-se duplas contabilizações. Assim, um produto vegetal, por exemplo, utilizado como insumo na produção animal (milho para suínos), foi deduzido do custo da atividade pecuária.

⁶ Safra agrícola 2001 – 2002 compreende o período de julho de 2001 a junho 2002.

⁷ De acordo com Soldatelli *et. al.*(1993), o termo “cessões internas” pode ser definido como o valor dos produtos e serviços que uma atividade cede a outra da mesma empresa agrícola, dentro do mesmo ano de análise. A contabilização deste valor é necessária na determinação de uma *Renda Bruta Total* ou, ainda, na apuração dos *Custos Totais* de uma atividade. É conhecida uma clássica *Cessão Interna* referente ao milho produzido no estabelecimento e utilizado na produção animal da própria propriedade.

⁸ Os custos totais compreendem todos os custos fixos e custos variáveis (Kay, 1983). Também pode ser definido como o somatório dos custos reais, das cessões internas e dos custos calculados da empresa, originando o conceito conhecido como custos totais globais de uma empresa agrícola.

⁹ O Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto CEPA/SC é uma associação civil, de utilidade pública, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. O Instituto CEPA/SC tem por função a geração, a análise e a disseminação de informações da agricultura catarinense, dentre elas, indicadores econômicos.

De acordo com Kay¹⁰ *apud* Soldateli (1983, p. 88), os custos variáveis “são aqueles que o administrador tem controle em determinado ponto no tempo, podendo aumentar ou diminuir de acordo com a decisão gerencial.” Desta forma, os custos variáveis são os que realmente influenciam na produção, determinando os valores das *RBT* de cada atividade e, por conseguinte na *RLT* da exploração. Já os custos fixos¹¹ pouco representam em termos de variação num curto prazo, mas exercem diferença significativa na *RBT*.

A partir dos produtos agrícolas levantados, utilizamos na determinação da renda, os dados do Instituto CEPA/SC (2002), relativos aos preços dos produtos agrícolas e custos de produção (Anexo 3). Os preços dos produtos, mesmo que esses sejam somente para o autoconsumo da unidade e da família, que em nosso estudo também entra na composição da renda familiar, foram obtidos, igualmente, junto ao mesmo órgão. O Instituto CEPA/SC publica, mensalmente, a partir do sistema de levantamento em âmbito regional e estadual, dados referentes a preços médios dos produtos agrícolas, custo de produção agrícola¹², dentre outros indicadores de interesse do setor primário. Para os produtos agrícolas sem informação junto ao referido órgão, utilizou-se dados do ANUALPEC (2002) e AGRIANUAL (2002)¹³, que servem também de parâmetro aos indicadores agrícolas (Anexo 4).

Os indicadores que o Instituto CEPA/SC apresenta em seu banco de dados, assim como os apresentados pelo ANUALPEC E AGRIANUAL, os quais determinam o *Custo Total*, expresso em R\$/por unidade de produto (kg, saca de 50 ou 60 kg, litro, dúzia, tonelada, caixa de 40 kg, etc), já incluem em sua planilha os custos variáveis (insumos, mão-de-obra, serviços de terceiros, despesas gerais, assistência técnica, seguro da produção, despesas com comercialização) e os custos fixos.

3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No capítulo I, dividido em duas seções, são apresentados os subsídios teóricos sobre a construção da noção de multifuncionalidade da agricultura. A primeira seção busca

¹⁰ KAY, R. D. *Farm management planning, control and implementation*. Tokyo: Mc Graw-Hill, 1983. 370 p.

¹¹ Compreende os custos fixos: a manutenção e depreciação de benfeitorias, os impostos e taxas, a remuneração do capital fixo, a mão-de-obra fixa e a remuneração da terra.

¹² Para cada atividade agropecuária levantada, optou-se pelo valor do custo de produção apontado pelo Instituto CEPA, que representa o sistema de *média tecnologia*, tendo em vista o perfil dos estabelecimentos da amostra, quanto ao uso de tecnologias e meios de produção.

¹³ Publicação anual, editada pela FNP Consultoria & Negócio, que fornece dados estatísticos do setor agropecuário brasileiro.

caracterizar o significado das noções de pluriatividade e multifuncionalidade agrícola, com ênfase na trajetória de construção social da noção de multifuncionalidade agrícola, bem como seu debate no Brasil. A segunda trás uma discussão de como a noção de multifuncionalidade agrícola pode contribuir no processo de legitimação sócio-política da agricultura familiar brasileira. Nesta seção faz-se, primeiramente, um resgate conceitual sobre a agricultura familiar e, na seqüência, trata-se das dinâmicas de desenvolvimento rural, na ótica da multifuncionalidade da agricultura.

No capítulo **II**, recupera-se elementos geopolíticos e históricos sobre a região de estudo, estando dividido em três seções. A primeira aborda as características fisiográficas da região. A segunda analisa acontecimentos históricos, econômicos e sócio-culturais da referida região. Na síntese econômica são enfatizados os setores agrícola e industrial, na tentativa de demonstrar o modelo de desenvolvimento da região e, em especial, do município. A terceira seção explora a principal característica da agricultura regional: a pluriatividade dos membros integrantes do grupo familiar.

No capítulo **III**, dividido em duas seções, caracteriza-se, a pesquisa de campo, e a comunidade em estudo. A primeira aborda as questões fisiográficas, onde são feitas relações com a paisagem local. A segunda trás dados relativos a estrutura da comunidade, no que se refere à comunicação com o meio urbano, serviços e algumas características sociais, que explicitam os diferentes vínculos mantidos com a zona urbana. Nesta seção, as informações iniciais já demonstram claramente o caráter pluriativo das famílias, característica regional apontada no capítulo anterior.

No capítulo **IV**, discute-se sobre as diferentes fontes de rendas das famílias da comunidade Bom Fim, a partir dos dados de campo, coletados através do questionário. Apresenta-se, portanto, uma síntese da dinâmica econômica e de reprodução das unidades familiares inseridas no conjunto de funções que a agricultura pode desempenhar no processo de desenvolvimento rural, através de uma avaliação das diferentes formas de participação das atividades agrícolas na constituição da renda familiar, em comparação às atividades não-agrícolas. Além disso, procede-se uma caracterização das unidades de produção agrícola, segundo as diferentes funções internas e externas, exercidas pelo conjunto de seus membros.

Por fim, a última seção busca apontar algumas conclusões sobre o estudo de caso. Além disso procura assinalar algumas perspectivas, no que tange a elementos capazes de nortear a formulação de alguma política pública no âmbito rural, voltada ao atendimento da agricultura familiar.

CAPÍTULO I

UM NOVO OLHAR PARA A AGRICULTURA

Neste capítulo destaca-se a construção social da noção de multifuncionalidade da agricultura, a partir da diferenciação conceitual entre pluriatividade e multifuncionalidade. Posteriormente, faz-se uma discussão de como a noção de multifuncionalidade agrícola pode legitimar politicamente a agricultura familiar brasileira, considerando suas peculiaridades.

O debate que se trava atualmente no Brasil acerca das noções de pluriatividade e multifuncionalidade insere-se no quadro das discussões referentes à necessidade de se propor um novo modelo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, a revalorização dos espaços rurais e sua contribuição, principalmente, no que diz respeito às múltiplas funções a serem desempenhadas pela agricultura, dentro da perspectiva da sustentabilidade, têm colocado em pauta, a necessidade de criar mecanismos que legitimem os diferentes segmentos sociais da agricultura familiar. Estes mecanismos podem estar relacionados aos serviços, local de moradia, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da produção, juntamente à sua vocação principal, a de continuar produzindo alimentos, fibras e biomassa.

Dentro deste contexto, a temática da pluriatividade e da multifuncionalidade agrícola tem merecido destaque no meio acadêmico e político. No entanto, muitas vezes estes dois termos são utilizados sem uma clara diferenciação conceitual dificultando o debate. Sendo assim, segue uma discussão que busca dirimir dúvidas em relação aos significados da pluriatividade e multifuncionalidade agrícola.

1. A PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL

Desde o momento em que a agricultura passou do sistema itinerante para o sistema permanente, ao longo de todo seu curso histórico, enormes foram suas transformações tecnológicas. Essas transformações abriram caminho ao uso de muitos insumos. Esta prática, de uma parte, levou a situações impactantes do ambiente e, de outra parte, a restrições socioeconômicas e institucionais decorrentes de seu processo de incorporação ao sistema de produção. A tendência recente à especialização da agricultura propiciou o surgimento de diferentes serviços nas áreas rurais, tais como, mecanização, produção de mudas, beneficiamento e comercialização da produção, comércio de bens e serviços, entre outros.

A partir do momento em que a agricultura começou a sofrer fortes impactos decorrentes da trajetória tecnológica ditada por setores industriais, surgiram preocupações sobre as novas formas de inserção econômica da população rural, sobretudo das pessoas ocupadas em pequenas unidades familiares de produção. O debate, notadamente dos sindicatos e profissionais agrícolas, afirmava que as atividades complementares exercidas por membros das famílias de agricultores, significavam entraves ao desenvolvimento de uma agricultura moderna.

Mais recentemente, observa-se a ocorrência de um processo crescente de transferência de atividades urbanas, particularmente das industriais, para o campo. Trata-se de uma estratégia em busca de mão-de-obra barata, procurando também escapar do rigor urbano no controle da poluição. Isso ocorre, sobretudo, com as indústrias tradicionais, chamadas por muitos como “sujas” ou “decadentes” (Graziano da Silva, 1999)¹⁴.

Segundo Carneiro (1998), inúmeras instituições européias ligadas à produção agrícola, veiculavam a tese de que as atividades não-agrícolas desenvolvidas por agricultores passaria a caracterizá-los não mais como verdadeiros agricultores. Na década de 1970, na Europa, em meio ao agravamento da crise de superprodução agrícola, surgem os primeiros sinais contrários a essa tese. Mais recentemente, passou-se a considerar as atividades não-agrícolas como importantes mecanismos de desenvolvimento rural.

¹⁴ Esta abordagem está inserida nas discussões sobre o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, realizadas por pesquisadores do Projeto Rurbano. O Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95”, analisa as transformações nas relações campo-cidade no Brasil, a partir de 1981, com base nos microdados das Pesquisas Nacionais de Atividades Domiciliares (PNAD’s). Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>.

Percebeu-se então, que o desempenho de atividades não-agrícolas caracteriza um processo de transição social, do simples para o complexo, do agrícola para o rural. Essa evolução contraria a visão clássica marxista de que o camponês estaria num processo de proletarianização, em que a combinação de atividades agrícolas e atividades não-agrícolas o levaria a uma desagregação familiar, empobrecendo e piorando suas condições de reprodução social.

Para Cazella e Mattei (2002), o crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural traduz-se num aumento do número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que já não estão mais exclusivamente relacionadas à produção agrícola. Neste aspecto, a noção de pluriatividade agrícola é a combinação de atividades agrícolas com uma multiplicidade de tarefas não-agrícolas remuneradas que confirmam a renda familiar total.

A noção de pluriatividade, no campo conceitual, englobou uma multiplicidade de processos ligados às transformações econômicas vivenciadas pelas famílias agrícolas, na busca de outras formas de constituir a renda familiar. Um consenso sobre a adoção da noção de pluriatividade, como definição para as atividades remuneradas não-agrícolas, foi obtido quando se incorporaram aos debates duas variáveis fundamentais: *a família como unidade de análise relevante* e o *enfoque sobre as atividades não-agrícolas*. Dada sua importância econômica, passou-se a interpretar o fenômeno não mais pelos termos da “agricultura a tempo parcial”, “trabalhos domésticos múltiplos” e “diversificação das atividades”.

Até a década de 1970, a noção de pluriatividade gerou enormes discussões em torno de sua *transitoriedade* enquanto fenômeno, sendo relacionada com frequência à idéia da *proletarianização* dos envolvidos. Cazella e Mattei (*op. cit.*), afirmam que a maioria dos estudos da época sobre o assunto relacionam sua ocorrência aos baixos níveis de renda dos agricultores, especialmente daqueles que viviam em áreas menos favorecidas. No entanto, uma maior aceitação da noção deu-se a partir do momento em que a análise passa ser a família e não somente na figura do responsável pela unidade.

Na década de 1980, a noção incorpora em seu debate o entendimento de que o exercício de atividades não-agrícolas não era mais um fato transitório de busca de renda complementar frente à precarização da agricultura, mas sim um *fenômeno permanente*, operado de diferentes formas e de acordo com o processo de transformações em curso nas sociedades agrárias, passando a ser vista, inclusive, como uma forma alternativa de trabalho para as populações rurais.

Por último, a noção de pluriatividade busca dar conta da *estratégia de sobrevivência das unidades familiares*, assumindo diferentes significados. Neste sentido, Cazella e Mattei (*op.cit.*) salientam que a discussão sobre a opção, ou não, da dupla atividade, remete-nos para o entendimento dos *fatores promotores da pluriatividade*, que podem estar ligados a uma série de razões de natureza econômica (produção, patrimônio, etc.); social (escolarização, ascensão na sociedade); pessoal (padrões de consumo, alternativas de carreira, etc.); contextual (disponibilidade de emprego); e de lazer (bem estar e preservação ambiental).

Os trabalhos de Seyferth (1984, 1987), Schneider (1994) e Sacco dos Anjos (1995) em torno da problemática dos *colonos-operários*¹⁵, no Sul do Brasil, enfatizam a grande participação assalariada de membros da família de colonos, principalmente mulheres. Em Santa Catarina, a prática de atividades não-agrícolas remuneradas, pelas famílias de agricultores, em especial as relacionadas à indústria têxtil, tem a região do Vale do Itajaí como epicentro.

No entanto, estudos pioneiros da agricultura familiar revelaram que esse fenômeno é um elemento constitutivo desse tipo de agricultura. Chayanov (1974) já o havia percebido no início do século XX, na Rússia. Segundo o autor, a busca por atividades não-agrícolas pelos camponeses russos não dizia respeito somente às famílias rurais com pouca terra ou sem-terra. O autor demonstrou a correlação da pluriatividade com as necessidades da família de agricultores impostas pela sazonalidade da agricultura. Havia, desta forma, uma forte influência entre o uso da mão-de-obra familiar disponível e a existência, ou não, de um mercado de trabalho não-agrícola.

Ao demonstrar as múltiplas possibilidades que o tema da pluriatividade pode gerar, no âmbito das unidades de produção familiar, Lamarche (1998: 170) destaca que:

“[...] a pluriatividade constitui uma realidade muito mais importante do que uma simples retração de algumas categorias marginais numa estratégia alternativa de emergência; em várias áreas, grupos importantes escolheram essa maneira de ‘viver da agricultura’. Além do mais, trata-se muitas vezes de um fenômeno bastante recente e socialmente limitante; [...] os agricultores familiares devem conciliar várias atividades complementares e, embora, tanto no plano familiar como no plano de sua significação social, as modalidades e as razões sejam muito diversas, em todos os lugares, a pluriatividade tem como pano de fundo o bloqueio ou a resistência ao êxodo rural”.

¹⁵ Termo utilizado de forma pioneira por Seyferth (1984), para denominar aqueles indivíduos que não se caracterizam nem como camponeses, nem como operários. Ou seja, identificam-se como colonos, mas trabalhavam parte de seu tempo na indústria. A rigor, a origem da palavra vem da tradução da expressão *worker-peasant*, cunhada por Franklin (1969), quando descreve fenômeno semelhante ocorrido na Alemanha na década de 1950. Esses agricultores não têm o *status* propriamente de operários pelo fato de possuir, também, uma outra atividade ligada à agricultura, mesmo que para a subsistência.

Ao destacar a importância das atividades não-agrícolas, na redução da vulnerabilidade econômica das propriedades agrícolas, Maestrelli (1999) afirma que não se pode contextualizar mais o “espaço rural” apenas na dimensão agrícola. Com as atividades não-agrícolas, a agricultura familiar não perdeu suas características mais marcantes, mas incorporou outras, visando seu fortalecimento. O autor ressalta que a pluriatividade evidencia o fortalecimento da agricultura familiar, através das suas capacitações em outras atividades inseridas no que se denomina de “novo rural”.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Mattei (1998) chama a atenção para o fato que determinados segmentos da produção familiar articulam um novo modelo de desenvolvimento, estando menos dependentes da renda e do trabalho gerados pelas atividades agrícolas. Nesse aspecto, o Quadro 1, a seguir, mostra as atividades rurais não-agrícolas ligadas ao lazer e a várias outras atividades industriais e de prestação de serviços no Brasil, Região Sul e Santa Catarina. Percebe-se que, em Santa Catarina, as atividades associadas às indústrias de transformação, serviços sociais e outras atividades industriais, apresentam uma taxa de crescimento bem acima da nacional e da região sul. Certamente, o Vale do Itajaí contribui nessa dinâmica com sua diversidade industrial de manufaturados.

Quadro 1 - População Rural ocupada uma hora ou mais na semana, em ramos de atividades não-agrícolas: Brasil, Região Sul e Santa Catarina, 1995 (1000 pessoas).

| <i>Ramos de Atividades</i> | <i>BRASIL</i> | | | <i>SUL</i> | | | <i>SANTA CATARINA</i> | | |
|----------------------------|---------------|-------|-----------------------|------------|-------|------------------------|-----------------------|-------|-------------------------|
| | 1995 | % | Tx.Cresc. 92/95(%a.a) | 1995 | % | Tx. Cresc. 92/95(%a.a) | 1995 | % | Tx. Cresc. 92/95 (%a.a) |
| Indust de Transformação | 790 | 20,1 | 0,6 | 204 | 30,6 | 1,7 | 87 | 42,8 | 5,1 |
| Prestação de Serviços | 1.110 | 28,2 | 4,2** | 170 | 25,5 | 2,5 | 43 | 21,4 | 5,1 |
| Comérc. de Mercadorias | 528 | 13,4 | 4,6** | 67 | 10,1 | -5,3 | 11 | 5,6 | -20,6 |
| Serviços Sociais | 514 | 13,1 | 2,4 | 67 | 10,1 | -1,9 | 16 | 7,9 | 13,3 |
| Indústria da Construção | 419 | 10,7 | 8,0** | 62 | 9,3 | 6,7 | 23 | 11,3 | 12,8 |
| Transporte/Comunicação | 146 | 3,7 | 3,7 | 28 | 4,2 | 6,8 | 9 | 4,2 | 14,5 |
| Administração Pública | 200 | 5,1 | 7,1 | 25 | 3,7 | -1,3 | 6 | 2,8 | 14,5 |
| Outras Ativ. Industriais | 121 | 3,1 | 1,5 | 22 | 3,3 | -1,5 | 6 | 3,1 | 26,0 |
| Serv.Aux. Ativ. Econôm. | 64 | 1,6 | 5,1 | 12 | 1,8 | 2,9 | 1 | 0,6 | -37,0 |
| Outras Atividades | 37 | 0,9 | -0,2 | 7 | 1,2 | 26,0 | 1 | 0,3 | 0,0 |
| TOTAL | 3.930 | 100,0 | 3,5** | 666 | 100,0 | 1,5 | 203 | 100,0 | 3,7 |

Fonte: NEA do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano, Tabulações Especiais, (1995). In: Mattei (1998) **Pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Florianópolis, SC: Cepagro, abril, 1998. 18 p. (Idéias & Ações, ano II, nº 4).

Nota: (*), (**) – valores significativos ao nível de 20 e 10% respectivamente.

Ao demonstrar a dimensão da pluriatividade no âmbito do Estado de Santa Catarina, Mattei (1999) conclui que a evolução das atividades não-agrícolas no meio rural foi extremamente importante para o conjunto do emprego geral. Isso amenizou os efeitos negativos da forte queda verificada nas ocupações exclusivamente agrícolas, mesmo que as atividades estritamente agrícolas ainda sejam majoritárias.

Carneiro (1999) sublinha que a pluriatividade passa também a ser uma alternativa de produção e de reprodução social de jovens rurais. Sua afirmação é de que muitos jovens buscam alternativas de trabalho fora do setor agrícola, seja de forma exclusiva, seja complementar às atividades realizadas nas unidades agrícolas. Para a autora, isto leva não só a uma reavaliação do modelo de exploração agrícola, mas à criação de novos espaços ao exercício da pluriatividade. Percebe-se, também, uma mobilidade nas ocupações, como estratégia de sobrevivência ou ampliação da capacidade de consumo.

A expansão de algumas cidades em direção às zonas antes tipicamente rurais, segundo Schneider (1999), intensifica o fenômeno da pluriatividade das famílias residentes nas áreas mais próximas a essas zonas. Nessas áreas “periurbanas”, ocorre a superação da monofuncionalidade da unidade agrícola, através do exercício, por ambos os sexos, de outras tarefas produtivas, além das agrícolas. Este fato foi verificado pelo autor na região industrial do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Segundo ele, isso vem ampliar a segurança e o bem estar familiar, preenchendo os espaços sazonais, típicos da atividade agrícola. No caso do Vale do Itajaí e, em especial, na região de Rio do Sul, o grande contingente de pluriativos é de mulheres, que trabalham na indústria têxtil e facções.

Noutro trabalho de pesquisa, conduzido por Schneider (2001) traz importantes contribuições ao debate sobre a pluriatividade. O autor retoma estudos que analisam as unidades familiares da região Sul, especificamente na região da Colônia Velha alemã, microrregião da Encosta Inferior da Serra (município de Santa Maria do Herval), no Rio Grande do Sul, e na região do Vale do Itajaí, microrregião do Médio Vale do Itajaí (município de Blumenau), em Santa Catarina. De acordo com estes estudos, parte significativa das unidades familiares dessas zonas não desempenha mais exclusivamente a atividade agrícola. Para o pesquisador, a diversificação das fontes de renda, através das inúmeras atividades fora da propriedade, inclusive as em tempo parcial, por algum membro do grupo familiar, modificou o perfil familiar de épocas anteriores. No passado, os agricultores recorriam esporadicamente a trabalhos não-agrícolas, visando a complementação das receitas da

propriedade. Isto representa, atualmente, na visão do autor, muito mais que uma mera suplementação de renda, mas uma estratégia de reprodução social do grupo familiar.

A região do Vale do Itajaí é comumente citada como exemplo do crescimento das atividades empresariais, de modo especial da indústria e de serviços, que por sua vez, têm forte relação com o fenômeno da pluriatividade das famílias de agricultores. No município de Rio do Sul, onde está inserido o presente estudo de caso, esta tendência pode ser observada principalmente a partir da segunda metade da década de 1990 quando foi significativo o crescimento do número de redes comerciais do ramo alimentício e de eletrodomésticos. Isso gerou uma grande oferta de ocupações, especialmente para os mais jovens que estavam migrando da zona rural (Klug e Dirksen, 1999).

Além do fenômeno crescente da pluriatividade, a concepção de “mundo rural” também está adquirindo novas nuances, quando se trata da busca de soluções para impasses, como é o caso do êxodo rural, da falta de oportunidades de emprego e renda e da garantia da segurança alimentar. Os processos simultâneos de urbanização e de industrialização intensivos, sem maiores cuidados com a questão ambiental, têm provocado uma queda de qualidade de vida e uma crescente discussão sobre a importância do meio rural na busca do reequilíbrio dessas dinâmicas.

A partir dessas premissas começa a surgir, em diversos países, uma revalorização do mundo rural, lançando um novo olhar sobre as populações rurais e as funções atribuídas aos territórios e à sua agricultura. Sendo assim, o conceito de multifuncionalidade agrícola tem emergido como um enfoque que pode servir de diretriz na proposição de novos modelos e alternativas de desenvolvimento rural. Este conceito será tratado na seção que segue.

2. MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA: UMA NOÇÃO EM CONSTRUÇÃO

Vários autores têm se destacado na discussão e proposição de novas abordagens em torno dos espaços rurais e sua agricultura, contribuindo para o avanço na construção da noção de multifuncionalidade.

Abramovay (2000) evidencia a necessidade da busca de equilíbrio entre as funções produtivas clássicas do campo e as novas funções dos espaços rurais (residenciais, recreativas e ambientais etc.), transformados em novos espaços sociais, com limites e potencialidades definidos pelos atores locais. Desta forma, passa-se a sustentar que o rural não deve ser visto

apenas como um complemento do urbano, mas como algo que guarda suas especificidades, capaz de contribuir para uma proposta mais ampla de desenvolvimento.

Nesta mesma direção, Graziano da Silva *et al.* (2001) afirma que a agricultura está alicerçada em três grandes e indissociáveis funções: a econômica (produzir bens e serviços), a ecológica (gestão do meio ambiente) e a social (atores do mundo rural). Este conjunto de funções passa a exigir uma conceituação própria que dê conta deste universo espacial e multissetorial, uma vez que a agricultura está em constante interação com a sociedade, através do mercado e das relações de proximidade. Além disso, segundo o autor, deve-se procurar apreender o rural como um espaço não-exclusivamente da produção de bens e serviços agropecuários, mas também como um espaço capaz de valorizar a agricultura em suas outras atribuições, ou seja, a sua multifuncionalidade.

Para Laurent (1999) *apud* Cazella (2001a, p.6), os debates em torno das novas formas de se apreender o rural procuram romper com a concepção de desenvolvimento agrícola dominante. A mesma autora afirma que o movimento modernizante da agricultura não se generalizou como único modelo, mas que a diversidade social da agricultura familiar corresponde de forma mais equânime a determinadas questões relacionadas ao desenvolvimento rural contemporâneo. Para a autora, a multifuncionalidade agrícola pode ser definida, genericamente, como “*o conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade*”. Desta maneira, a grande capacidade da agricultura em absorver inúmeras outras formas de organização produtiva, afastando-se do que preconiza o modelo “produtivista”, está na base da construção social da multifuncionalidade agrícola.

Dentre as principais atribuições propostas pelo tema, Laurent e Mouriaux (1999) mencionam que a questão do emprego nas áreas rurais é o que mais tem sido debatido. Para as autoras, a introdução do conceito de “multifuncionalidade” na nova lei de orientação agrícola francesa, reforça o interesse de uma análise comparativa entre setores, remetendo à questão da definição do estatuto das atividades e suas fronteiras.

A necessidade de se aprofundar as discussões sobre as múltiplas contribuições que a agricultura oferece ao desenvolvimento rural é enfatizada por Blanchemanche *et al.* (2000, p.42). Os autores destacam que na França elas estão associadas à segurança alimentar, “*à manutenção do território (preservação das características paisagísticas e do quadro de vida, etc.), a proteção do ambiente, a salvaguarda de um capital cultural, a manutenção de um tecido econômico e social rural para a diversificação das atividades (pelo desenvolvimento*

de novas atividades ligada à atividade agrícola, tipo agro-turismo)”. Sobre isso, Cazella e Mattei (2002a) argumentam que ganha força a discussão sobre as novas atividades socioeconômicas desempenhadas no espaço rural, relacionadas a serviços, local de moradia, lazer, turismo, proteção ambiental, transformação e venda direta da produção. Para eles, a discussão sobre o tema abre um espaço para implementação de novas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Cazella e Mattei (2002b) salientam que as discussões sobre a multifuncionalidade legitimam as formas alternativas de agricultura que não se enquadram no modelo de desenvolvimento agrícola dominante. A partir do momento que se tornaram nítidos os impactos negativos da agricultura convencional, que se tornou incapaz de gerar novos empregos, além de impactar negativamente o meio ambiente, as formas “alternativas” ganharam reconhecimento social.

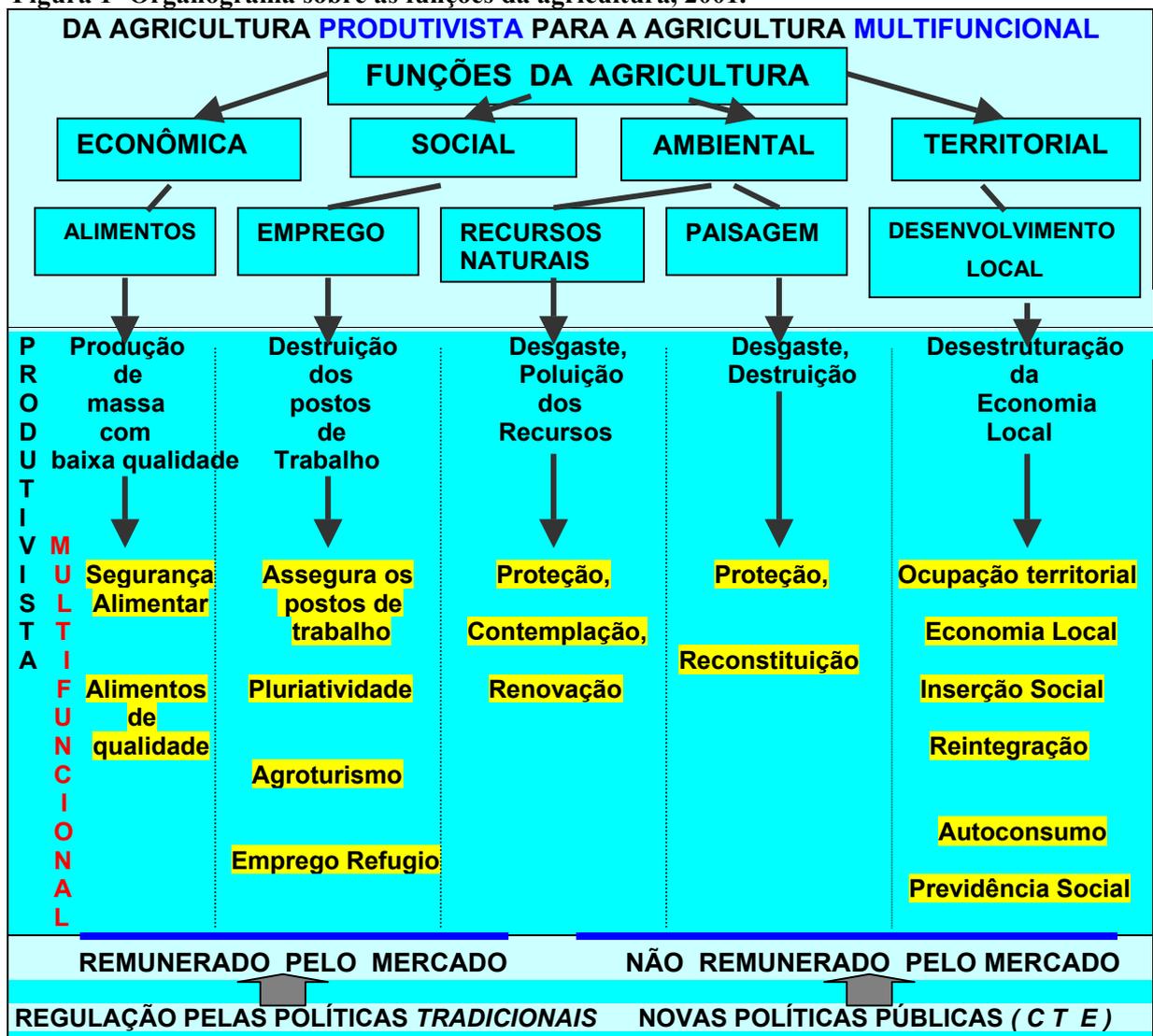
Ao abordar sobre a questão da produção de alimentos associados à “*segurança alimentar*”¹⁶ Maluf *et al.* (2001) destacam que o enfoque da multifuncionalidade dá uma grande ênfase às funções ambientais, paisagísticas e de ocupação dos espaços, enquadradas no campo dos bens públicos custeados pela sociedade em benefício das famílias rurais. Nessa mesma linha, Abramovay (2002) afirma que o que está em jogo na União Européia é a “*formação de uma nova agenda centrada no caráter público que o espaço rural assume*”. Deste modo, ele não consiste somente no espaço físico da produção agropecuária, mas adquire funções sociais que obrigam sua partilha entre uma quantidade muito diversificada de atores.

Em palestra proferida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre o tema da multifuncionalidade, Roux (2001), tomando por base a remuneração das atividades agrícolas, demonstrou de forma didática através da figura 1 a seguir, a polaridade entre o modelo de agricultura baseada em obter altos índices de produtividade a aquele, que se baseia nos preceitos da multifuncionalidade agrícola. Embora esse esquema peque pela visão dicotômica de supostos modelos polares, sua importância reside no fato de facilitar a compreensão e significados do caráter multifuncional da agricultura. O organograma destaca os seguintes aspectos: a) as funções econômicas e sociais relacionadas à produção de

¹⁶ Maluf, Renato S. (1999a:1) menciona que, de acordo com o Banco Mundial, a segurança alimentar está associada às “...**condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana**”.

alimentos e à geração de emprego. Essas são remuneradas pelo mercado e sob as mesmas incide a maior parte das políticas públicas tradicionais; b) as funções ambientais e territoriais relacionadas aos recursos naturais, paisagem rural e desenvolvimento local, que implicam na renovação dos recursos naturais, recomposição e manutenção das paisagens e ocupação territorial, de forma integrada à economia local. A particularidade dessas últimas funções está no fato de as mesmas não serem remuneradas pelo mercado. Essas devem ser contempladas por novas propostas de políticas públicas, a exemplo dos CTE's¹⁷ na França. Evidencia-se portanto, que a multifuncionalidade da agricultura emerge, também em contraponto a visão, às vezes, exclusivamente econômica e utilitarista do “agro-negócio”, que vê a agricultura como mais uma atividade econômica e o meio ambiente como fonte de matéria-prima.

Figura 1- Organograma sobre as funções da agricultura, 2001.



Fonte : ROUX, B. (2001). Palestra sobre multifuncionalidade agrícola. Florianópolis, CCA/UFSC. Modificado por CAZELLA e MATTEI (2002b)

¹⁷ *Contrats Territoriaux d'Exploitation* implementados na França, a partir da nova Lei Agrícola de 1999. Este assunto será visto com maiores detalhes na próxima seção deste trabalho.

Ao salientar a importância de uma discussão sobre outras atividades rurais não-agrícolas, Maluf (2002: 11) afirma que:

“a noção de multifuncionalidade da agricultura favorece a consideração de inúmeros aspectos (econômicos, sociais, culturais e ambientais) envolvidos nas atividades rurais agrícolas e não-agrícolas, possibilitando uma melhor apreensão da dinâmica de reprodução das unidades econômicas e das famílias rurais nos espaços (territórios) em que elas estão localizadas”.

A partir dessas considerações iniciais sobre a noção da multifuncionalidade e sua diferenciação em relação à pluriatividade, passa-se para o resgate de como se deu a evolução dos debates em torno do tema da multifuncionalidade da agricultura, buscando traçar o caminho trilhado pelos atores e/ou instituições envolvidos em sua construção social, até se chegar à incorporação, na União Européia¹⁸, desta noção no âmbito das políticas públicas.

2.1. A trajetória de construção social da multifuncionalidade agrícola

Para Cazella (2001) foi percorrido um caminho de cerca de 30 anos de construção de um enfoque alternativo da agricultura. Atualmente, essa discussão já passa a fazer parte da política de desenvolvimento rural de alguns países da Europa.

No campo político, a França foi o país que mostrou, mais claramente, avanços rumo ao reconhecimento público da noção de multifuncionalidade. A implantação da nova Lei de Orientação Agrícola (LOA) de 1999, por iniciativa do Ministério da Agricultura e da Pesca (MAP), é o resultado de ações fragmentadas, iniciadas no pós-Guerra. A lei estabeleceu, dentre outras medidas, os *Contrats Territoriaux d'Exploitation*¹⁹, numa nítida tentativa de valorizar os aspectos qualitativos da agricultura, em detrimento da máxima produtividade. O ministro da agricultura francês da época, apresentou ao senado a compreensão do seu Ministério acerca dessa nova noção:

"[...] A multifuncionalidade da agricultura corresponde à realidade de uma atividade agrícola bem administrada, que contribui ao mesmo tempo à produção agrícola, mas também na proteção e renovação dos recursos naturais, no equilíbrio do território e no emprego. É uma visão de agricultura em que o ambiente, o bem-estar dos animais, a qualidade e identificação dos produtos não são mais pressões que pesam sobre a atividade agrícola, mas trunfos que permitem valorizar essa produção agrícola no mercado nacional, comunidade mundial..."²⁰.

¹⁸ Denominação atual da antiga Comunidade Econômica Européia (CEE). Até 1993 era composta por 12 países membros, sendo que em 1994 passou também a contar com a participação da Suécia, Finlândia e Áustria. Atualmente encontra-se em processo de inclusão de mais países como a Polônia e República Tcheca.

¹⁹ Atualmente, a nova lei de orientação agrícola prevê que os agricultores, através dos subsídios, também se engajem em exercitar uma agricultura que combine, necessariamente, produção com proteção e renovação dos recursos naturais, no sentido de promover o equilíbrio territorial e a geração de empregos.

²⁰ Extraído da intervenção de Jean Glavany, Ministro da Agricultura da França, publicado no suplemento nº 1481 do *BIMA*, Ministério da Agricultura e da Pesca.

Em 1957, a União Européia, através do Tratado de Roma, já levantava alguns pressupostos sobre desenvolvimento rural, que culminaram em 1962, com a proposta da “Europa Verde”, dando origem à Política Agrícola Comum (PAC). Essa política tinha como linha de conduta principal a *produção*. Atualmente, as preocupações com a segurança alimentar passaram a considerar, também, a qualidade dos produtos produzidos, além da quantidade (Maluf, 1999a).

A PAC, desde a sua criação, passou por inúmeras reformas, as quais, ao longo das duas últimas décadas, apontam para uma relativa diminuição dos subsídios à agricultura. Dentre as políticas postas em prática pela União Européia, a dos subsídios resultou no excesso de produção agrícola, a partir do início nos anos 1980, com elevados custos de produção e visíveis ônus ambientais. O *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)²¹ e mais tarde a Organização Mundial do Comércio (OMC), apontavam para a necessária diminuição dos subsídios²². A PAC, em sua reforma de 1984, já estipulava cotas (tetos) para a produção de leite. Em sua reforma de 1992, os subsídios, até então incorporados nos preços dos produtos agrícolas, passaram a ser na forma de “ajudas diretas” aos agricultores. Essas ajudas ainda eram estipuladas com base em índices de produtividade. Ressalta-se, porém, que o mais significativo dessa reforma, no aspecto socioeconômico para a agricultura, foi a criação do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) para as “zonas desfavorecidas”²³.

De acordo com Cazella (2001), muitas dessas zonas beneficiadas pelo PDR têm aumentado o número de novas instalações agrícolas, na maioria das vezes, realizadas por famílias oriundas de fora da atividade agrícola. Dessa forma, a agricultura é um importante meio de integração local e revitalização de zonas rurais marginalizadas. Ressalta ainda o autor, que apesar das dificuldades criadas pelas principais Organizações de Produtores Agrícolas, impondo normas à inserção desses novos agricultores, tem sido grande o número de instalações que não respeitam as “normas” exigidas pelos órgãos públicos para receber

²¹ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, assinado inicialmente em 1947 em Genebra, (Suíça) por 23 países, chegando aos 117 signatários em 1994.

²² Segundo Size (1997), a OMC foi criada em abril de 1994, após assinatura dos Acordos de Marrakesh, que concluiu a última “Rodada” (Uruguay Round), do GATT. A OMC iniciou oficialmente suas atividades em 1995 e substituiu o GATT, de quem herda as prerrogativas acrescentadas de poderes de sanção bem mais importantes. A modificação essencial é o fato de que com o GATT, cada país podia adotar medidas próprias em relação a outro país acusado de não jogar o jogo do “livre mercado”. Agora é a OMC quem decide e adota as sanções.

²³ Trata-se de áreas de difícil acesso, com solos pobres e topografia montanhosa, dificultando a atividade agrícola, sobretudo a mecanização. Neste trabalho utilizamos as expressões “zonas marginalizadas” e “zonas desfavorecidas” como sinônimas.

auxílios financeiros. Em muitas situações, as atividades agrícolas passam a cumprir um papel de “refúgio” e de inserção social de famílias em situação de desemprego. Ainda em relação à valorização ambiental dessas áreas (territórios) desfavorecidas, Cazella e Mattei (2001) mencionam que a iniciativa denominada *Ligação Entre Atores do Desenvolvimento Rural* (LEADER), criada em 1992, passa a financiar ações de inovação do meio rural. Estes acontecimentos são prenúncios do surgimento dos *Contrats Territoriaux d'Exploitation* (CTE) a partir de 1999.

Os debates sobre a multifuncionalidade da agricultura têm, como pano de fundo, todos estes fatos decorrentes de questionamentos acerca da política dominante de desenvolvimento agrícola adotada no Pós-Guerra. À margem dessa política, ganhou vulto a discussão sobre alternativas de desenvolvimento rural e agrícola. Foi preciso quase 30 anos, para que se pudesse demonstrar o caminho equivocado que a agricultura produtivista vinha tomando.

Como vimos, o conceito de multifuncionalidade surge somente a partir do final dos anos 1990, alicerçado em três preocupações básicas: a) ligação da agricultura com o meio ambiente, num processo de desenvolvimento sustentável; b) relações da agricultura com a segurança alimentar; c) relações da agricultura com o comércio internacional. A FAO²⁴ (1999) incorpora a noção de multifuncionalidade que passa a ser reconhecida inclusive no texto da Agenda 21, em seu capítulo 14, com título "*Promoción de un desarrollo agrícola y rural sostenible*". No primeiro tópico deste capítulo, aponta para atividades que se denominam "*Examen, planificación y programación integrada de las políticas agrícolas, teniendo en cuenta el carácter multifuncional de la agricultura y, en particular, su importancia para la seguridad alimentaria y un desarrollo sostenible*".

Inúmeros eventos ocorridos ao longo da última década, como a Rodada do Uruguai (1994), a Declaração de Québec (1995), a Conferência Mundial da Alimentação (1996), fazem referências às “*múltiplas e indispensáveis funções da agricultura*”. Mesmo que nestes eventos tenham ocorrido divergências de ordem conceitual sobre multifuncionalidade da agricultura, em linhas gerais perdurou a tese de que a agricultura possui outras funções, além daquela relacionada a produção de bens comercializáveis. Ou seja, as funções sociais de

²⁴ FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, fundada em 1945, após o fim da 2ª Grande Guerra Mundial.

ocupação e ordenação territorial, as funções paisagísticas e ambientais, a segurança alimentar e os aspectos culturais. Em 1998, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)²⁵ passa a apropriar-se da noção de multifuncionalidade abordando-a da seguinte forma: "*Além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais*" (Maluf, 2001:6).

As reflexões do Comitê de Agricultura da OCDE centram-se no fato de que a aplicabilidade do conceito de multifuncionalidade no plano da teoria econômica, viria a minimizar as imperfeições dos modelos econômicos vigentes e, principalmente, suas distorções comerciais. Desta forma, os elementos centrais do conceito de multifuncionalidade acolhido pelos países da OCDE passaram a ser: a) a produção simultânea de “commodities” e de “não-commodities” pela agricultura; b) o fato de algumas “não-commodities” apresentarem características de externalidades ou bens públicos, porque os mercados para estes produtos ou serviços não existem (ou funcionam precariamente). Sendo assim, no campo conceitual, multifuncionalidade passa a ser enfocada na atividade e não no uso dos fatores de produção. Isto reforça as responsabilidades que a agricultura assume quando ao desempenhar outras funções na sociedade, funções estas não remuneradas pelo mercado.

Em 1999, durante a Conferência da FAO, a noção de multifuncionalidade da agricultura foi apresentada como política pública alternativa, não só para as questões produtivas, mas como forma de alavancar um desenvolvimento harmônico nas unidades agrícolas de produção. Neste sentido, ao contrário de outros setores da economia, a agricultura apresenta um componente multifuncional devido à sua influência determinante sobre o território (ordenamento do uso do solo, manutenção da paisagem), à ausência de alternativas capazes de substituir sua função de segurança alimentar e à sua influência histórica (aspectos culturais).

²⁵ Organização criada em 1961, sucedendo a OECE (Organização Européia de Cooperação Econômica), que havia sido constituída em 1948, para gerir os fundos emprestados pelos Estados Unidos aos países capitalistas europeus na reconstrução da Europa após a 2ª Grande Guerra Mundial (Plano Marshall). Composta atualmente por 25 países, incluindo o México seu último aderente, tem por tarefa indicar aos Estados a política a ser seguida para a estabilidade e desenvolvimento dos mercados.

Nos últimos anos, um número considerável de estudos e proposições sobre o assunto passou a servir de referência, tanto para os debates em nível mundial, como também para a formulação de políticas públicas para o meio rural. Exemplo disso é o trabalho do Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica (*INRA*)²⁶ na França que, desde 1993, desenvolve pesquisas sobre “as novas funções da agricultura e do espaço rural”. Atualmente, esse instituto tem apontado a necessidade de se criar uma nova ordem para a agricultura, que pudesse, simultaneamente, atender a questão da produção e do meio ambiente. Isso vai em direção do que mais tarde seria recomendado pelo CTE. Desde sua implementação em 1999, a “política contratual” entre Estado e agricultura, preconizada pelo CTE, voltada para o “ordenamento e regulação” territorial, e no equilíbrio produtivo-ambiental, passou a ser experimentada a campo (Cazella, 2003).

Atualmente, com a vitória de uma coalizão política de direita na França, os dispositivos contratuais do CTE passaram a ser revistos. Inicialmente, o novo governo realizou uma moratória nas ações do CTE, definindo que todos os contratos que o Estado possui com os agricultores devem ser revistos, a fim de evitar possíveis distorções. As afirmações do atual governo, através do novo Ministro da Agricultura - Hervé Gaymard, são de que não se trata do fim da política do CTE, pelo contrário, uma reafirmação dos compromissos de valorização econômica da exploração agrícola, aliada ao respeito ao meio ambiente²⁷. Neste sentido, há que se frisar que, enquanto o reconhecimento público da multifuncionalidade agrícola é fruto de pressões políticas de vários organismos internacionais, a moratória ao *CTE* que está em curso, deve-se, exclusivamente, a pressões dos grandes produtores de grãos da França, que não foram beneficiados por esse instrumento de política pública que beneficiou o caráter multifuncional da agricultura.

²⁶ Criado em 1946, o *Institut National de la Recherche Agronomique* é um estabelecimento público com características científica e tecnológica, encarregado de pesquisas agrícolas na França. Tem como missão: servir de interesse público e manutenção do equilíbrio entre as exigências da pesquisa e demandas da sociedade; produzir e difundir os conhecimentos científicos e inovações, principalmente na área da agricultura, da alimentação e do meio ambiente; contribuir na experiência, na formação, na promoção da cultura científica e técnica, para o debate da ciência e sociedade. Está organizado em 17 departamentos de pesquisas, com 21 centros regionais, 257 unidades de pesquisa, 80 unidades experimentais e 131 unidades de apoio e de serviços.

²⁷ O *Ministère de l'Agriculture et de la Pêche* (MAP), no governo de J. Chirac, passou a se chamar *Ministère de l'Agriculture, de l'Alimentation, de la Pêche et des Affaires Rurales* (Ministério da Agricultura, da Alimentação, da Pesca e dos Assuntos Rurais).

2.2. O debate no Brasil

Conforme vimos anteriormente, a pluriatividade agrícola pode ser interpretada enquanto um elemento constitutivo da multifuncionalidade da agricultura. Ou seja, são as particularidades produtivas da agricultura (sazonalidade do trabalho e a mão-de-obra familiar), que permitem que membros das famílias de agricultores executem outras atividades remuneradas dentro e fora do estabelecimento agrícola.

O debate no meio acadêmico brasileiro sobre o caráter multifuncional da agricultura ocorre simultaneamente aos estudos sobre a pluriatividade, gerando algumas dificuldades do ponto de vista conceitual. Assim, como ocorreu na França na segunda metade da década de 1990, por aqui, atualmente, os debates sobre multifuncionalidade também implicaram na retomada da discussão sobre pluriatividade, sobretudo no que diz respeito às interrogações sobre definição de *atividade agrícola*, capaz de auxiliar numa delimitação entre as duas noções. Essa discussão, na França, já havia sido levantada no final da década de 1980, a partir da revisão da lei que definia *atividade agrícola*. Até então, se tinha como sendo próprio da agricultura somente às atividades que correspondessem “ao controle e à exploração de um ciclo biológico de caráter vegetal ou animal, constituindo uma ou várias etapas necessárias para a efetivação desse ciclo”. A nova definição ampliou naquele país esse espectro, definindo também como atividade agrícola “(...) as atividades que estejam ligadas ao prolongamento do ato de produção (por exemplo, a venda direta dos produtos do estabelecimento) ou que tenham como suporte o estabelecimento agrícola (por exemplo, o agroturismo)”²⁸. Desta forma, o agricultor que transforma e vende diretamente ao consumidor toda ou parte da sua produção agropecuária, ou que acolhe turistas na sua propriedade, não seria caracterizado como um agricultor pluriativo (Cazella, 2003).

No campo da política internacional, o governo brasileiro manifestou-se contrário ao reconhecimento da multifuncionalidade agrícola pelas políticas públicas, por ocasião da realização da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle – Estados Unidos. O argumento principal dos negociadores brasileiros consistia em afirmar que se tratava de mais uma política protecionista da União Européia (UE). No entanto, a temática da multifuncionalidade agrícola, aos poucos, está sendo incorporada na agenda de pesquisa brasileira. Exemplo disso, vem do Conselho Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A Coordenação do Programa de Pesquisa em

²⁸ Lei n° 88-1202 de 30 de dezembro de 1988.

Agropecuária e Agronegócio deste Conselho, apregoa a necessidade e importância da contribuição da ciência e tecnologia, para a promoção competitiva da agricultura familiar.

Dessa forma, passou a contemplar a apresentação de projetos por instituições que atuam no segmento da agricultura familiar, atendendo orientação estratégica do Governo Federal, no âmbito do Plano Plurianual 2000/2003. Em recente edital de pesquisas em desenvolvimento, foi inserida a linha temática, “Atividades Rurais Não-Agrícolas, Multifuncionalidade e Desenvolvimento Local”, relacionada à agricultura familiar. Embora esse fato possa ser considerado a primeira iniciativa de inserção do tema na agenda da pesquisa pública brasileira, demonstra a tendência em valorizar essa noção e sua estreita relação com a agricultura, de base familiar.

Outro indicativo deste avanço pode ser observado através do estreitamento de relações científicas com diferentes países e/ou blocos regionais, como é o caso da França, com a qual se implementou uma parceria de cooperação técnico-científica: a “Rede França-Brasil sobre a multifuncionalidade” (FBM). Essa rede passou a contribuir não só para avançar nas discussões sobre o tema, mas também desmistificando afirmações anteriormente controvertidas. A Universidade Federal de Santa Catarina, através do Centro de Ciências Agrárias, com o Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, integra essa rede.²⁹ Neste sentido, trabalhos de investigação científica têm sido realizados no âmbito do Estado de Santa Catarina, a exemplo de pesquisa ocorrida nos municípios de São José do Cerrito, Abelardo Luz e na região de atuação da Associação de Agricultores agroecológicos das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina (AGRECO).

No contexto da política agrícola de Santa Catarina, alguns ensaios em torno do debate sobre a multifuncionalidade da agricultura, através do Instituto CEPA/SC, também já foram realizados. Na publicação “*Perspectivas para a agricultura familiar – horizonte 2010*”, existe a preocupação em apresentar uma proposta de desenvolvimento equânime para o espaço rural, que passaria pela noção de multifuncionalidade: “*É estratégico para a economia catarinense implementar políticas de desenvolvimento do espaço rural enquadráveis no conceito de multifuncionalidade. É estratégico preservar a viabilidade socioeconômica dos agricultores, o seu papel cultural e histórico de ocupação do espaço e de manutenção da paisagem e a contribuição da agricultura na geração de emprego*” (ICEPA, 2002, p.27).

²⁹ Do lado brasileiro, integram a “Rede França-Brasil sobre a Multifuncionalidade”, os professores Ademir Antonio Cazella e Wilson Schmidt, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, além de outros pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, da EMBRAPA e Universidade Federal do Piauí.

A relevância do tema, pode vir a legitimizar a agricultura familiar que abriga uma enorme capacidade de responder às inúmeras alternativas sustentáveis de desenvolvimento do meio rural. É nessa linha de entendimento que a incorporação da noção ao debate e, principalmente, nas agendas públicas, pode vir a se tornar uma nova forma de potencializar os expedientes destinados à promoção do desenvolvimento rural. Deste modo, no tópico seguinte analisamos essa noção tomando a agricultura familiar como *locus* privilegiado para a expressão da multifuncionalidade agrícola.

3- MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA: LEGITIMANDO A AGRICULTURA FAMILIAR

Nesta seção descreve-se a importância da multifuncionalidade agrícola no processo de legitimação sócio-política da agricultura familiar. Antes porém, é necessário tecer algumas considerações sobre a agricultura familiar, especialmente a brasileira, que certamente apresenta algumas peculiaridades. Esclarecer pontos conceituais sobre a mesma, auxilia na demonstração das múltiplas funções da agricultura no processo de reprodução da unidade familiar.

3.1- Como é vista a agricultura familiar?

O questionamento quanto aos impactos ambientais, sociais e econômicos do modelo produtivista e as contradições resultantes dele tem gerado um amplo debate acerca das formas de produção agrícola. Nesse debate, a agricultura familiar tem sido colocada, de forma particular, no centro das discussões, como forma de produção capaz de promover soluções para o processo de desenvolvimento rural.

Inicialmente, cabe destacar que a unidade familiar de produção agrícola pode se apresentar de várias formas, a saber: a) como o principal alicerce ao desenvolvimento da agricultura, verdadeiramente integrada à economia de mercado; b) como atividade voltada fundamentalmente na exploração de subsistência; e, c) como modelo excluído do desenvolvimento da agricultura. Neste sentido, as distintas formas, contextualizadas em diferentes situações socioeconômicas e políticas, revelam uma extrema capacidade de adaptação desse tipo de agricultura às mudanças ocorridas nas sociedades agrárias.

Lamarche (1997:15) define a exploração familiar como “*uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*”. Estes três fatores – propriedade-trabalho-família – são interdependentes. Para Lamarche, “*a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração*”. O autor procura ainda traçar nessa mesma discussão, um diferencial entre a unidade familiar e a unidade camponesa.

O núcleo da existência camponesa reside no “*balanço entre trabalho e consumo*”, que se diferencia de uma empresa capitalista, pelo fato de que a maximização do trabalho não está baseada no lucro, mas limitado à satisfação das necessidades familiares. Nesse sentido, Abramovay (1998: 22) afirma que “*um modo de exploração agrícola familiar, altamente interligado ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser caracterizado como exploração camponesa*”.

A fim de se chegar a um coerente discernimento em relação à unidade agrícola familiar é necessário resgatar alguns estudos discutidos originalmente por Tepicht (1973), Chayanov (1974) e Mendras (1978), e sistematizados por Abramovay (1998). Estes autores abordam a exploração camponesa, como sendo um modelo de funcionamento particular de exploração agrícola.

O campesinato como *modo de produção* específico, segundo Tepicht (*op. cit.*), é capaz de se incrustar em diferentes formações sociais, podendo ser caracterizado pelos seguintes aspectos: 1) indissolubilidade entre o empreendimento agrícola e a família; 2) uso intensivo do trabalho; e, 3) organização social patriarcal. Caracteriza-se, ainda, pelo cumprimento de importante papel, quando oferta produtos primários a preços inferiores aos produzidos pelas grandes empresas. Esta característica decorre da não exigência de parte do camponês da obtenção de taxa média de lucro, mas da produção do essencial à reprodução da própria família. O autor ainda se refere à presença nas famílias camponesas, como assim denominou, de forças *marginais* ou *intransferíveis*, relacionadas aos trabalhos executados por idosos e crianças do grupo familiar.

O modelo camponês, na visão de Chayanov (*op. cit.*), é definido com base nos seguintes princípios: 1) inter-relação entre a produção e consumo; 2) trabalho familiar não qualificável; e, 3) produção de valores de uso. No estabelecimento camponês, o critério de maximização não reside na obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições, mas na satisfação das necessidades de consumo interno da família. Também o uso

do trabalho não é avaliado em termos de lucro, pois o objetivo fundamental do trabalho é satisfazer às necessidades familiares, sendo o mesmo, tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo. A produção camponesa terá valores de uso familiar e não valores de troca e/ou comercialização.

Para Mendras (*op. cit.*), o modelo de exploração camponês se define a partir de cinco aspectos: 1) autonomia relativa em relação à sociedade; 2) importância estrutural do grupo doméstico; 3) sistema econômico de autarquia relativa; 4) sociedade de inter-relacionamentos; e, 5) personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade geral.

Fica claro, na definição desses autores, a relação entre *produção e família*. Desta forma, a exploração camponesa pode ser vista como uma, dentre outras formas de exploração familiar. As características definidas por Chayanov e Mendras, referentes ao modo de exploração camponesa, segundo Lamarche (*op. cit.*), possibilitam afirmar que toda unidade camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas. Neste sentido, o mesmo autor propõe um modelo de análise dos diferentes tipos de agricultura familiar, segundo seu grau de inserção na economia de mercado. Para tanto, elabora um eixo escalonado em cujas extremidades se encontram, o “modelo original” e o “modelo ideal”. O “modelo original” ou modelo de subsistência, se aproxima do que Chayanov, Tepich e Mendras, definem como modo de produção camponesa. O “modelo ideal” está próximo ao modelo empresarial, com maior grau de integração no mercado.

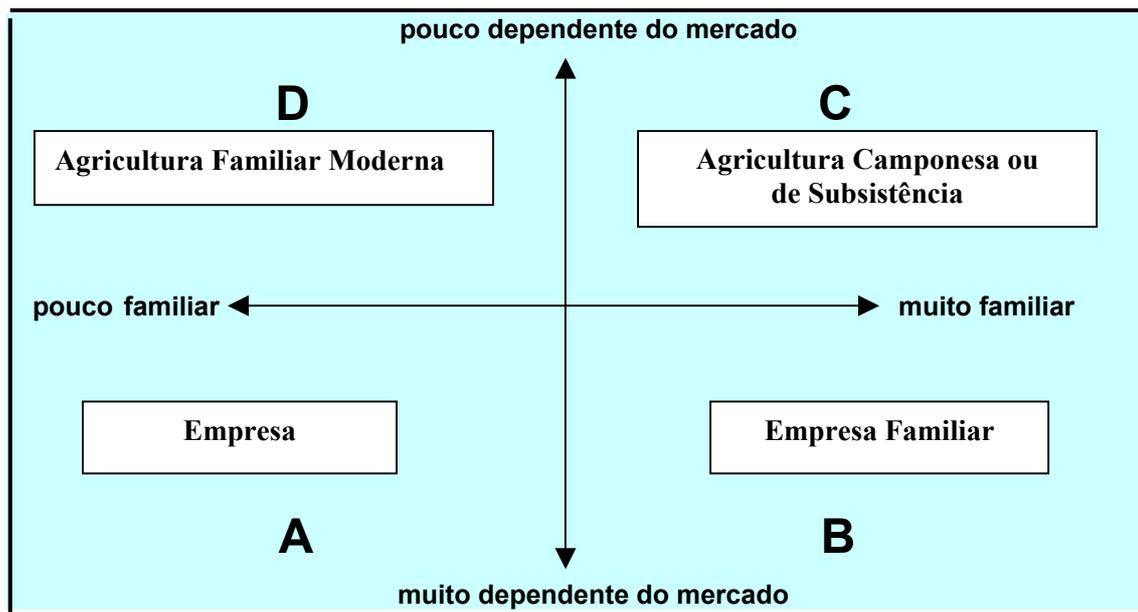
A partir desse modelo de análise, Lamarche (*op. cit.*) coordenou uma pesquisa comparativa em vários países, dentre eles o Brasil, tendo como um dos objetivos analisar conceitualmente o modo de exploração agrícola familiar. A pesquisa foi realizada em distintas sociedades: 1) sociedades capitalistas avançadas (Canadá e França); 2) sociedades capitalistas dependentes (Brasil); 3) sociedades coletivizadas (Polônia) e, 4) sociedades em vias de desenvolvimento (Tunísia).

Os autores integrantes dessa pesquisa criaram um esquema analítico, concebido a partir de oito critérios selecionados³⁰, na qual analisaram a lógica familiar e o nível de autonomia e/ou de dependência da unidade de produção em relação ao mercado. Num sistema de eixos cartesianos, o horizontal corresponde ao caráter familiar e o vertical ao grau de

³⁰ Relação com a terra, relação ao trabalho assalariado permanente ou temporário, estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem, relação com a representação familiar do estabelecimento, intensificação do sistema de produção, aspectos financeiros, grau de integração com o mercado e função da dependência alimentar.

dependência em relação ao mercado. A ilustração, a seguir, demonstra esta repartição das diferentes unidades de produção em função dos modelos de funcionamento: a *empresa* é completamente dependente do mercado e pouco familiar; a *empresa familiar* é dependente do mercado e muito familiar; a *agricultura camponesa ou de subsistência* é totalmente autônoma e muito familiar; e, a *agricultura familiar moderna* apresenta uma maior autonomia do mercado, sendo pouco familiar.

Figura 2– Representação gráfica dos modelos de funcionamento das unidades de produção.



Fonte: Lamarche, H. A agricultura familiar – Do mito à realidade, Vol. II, (1998).
Adaptação: ALVES, A. F.

A *agricultura familiar moderna* é caracterizada, portanto, por uma dupla dinâmica que, de um lado, busca diminuir o papel da família nas relações de produção e, de outro, almeja uma maior autonomia quanto às dependências externas. O produtor familiar moderno tem um comportamento que recusa o envolvimento pleno num único modo de funcionamento. Procura preservar a autonomia e define-se como uma unidade de produção menos intensiva. O produtor familiar moderno permanece ligado à noção de patrimônio, definindo-se como uma entidade sociológica própria, próxima da *empresa* do ponto de vista das lógicas familiares e da *agricultura camponesa* do ponto de vista da lógica da dependência.

As pesquisas de campo coordenadas por Lamarche (1998) revelaram que quanto mais próximo dos modelos de funcionamento dos tipos *Empresa* e *Agricultura Camponesa* estiverem as unidades agrícolas familiares, menor será sua capacidade de se adaptar às novas situações. Nesse sentido, o agricultor familiar moderno estaria mais apto às adaptações em

virtude de seu maior grau de autonomia (53% julgam-se independentes, por avaliar pouco importantes as ajudas oficiais). Essa categoria de unidade familiar foi considerada como sendo tipicamente brasileira, por representar o maior índice de ocorrência (43%) dentre os países pesquisados.

Neste sentido, Lamarche (*op.cit.*:326-327), procura traçar um perfil do modelo de exploração familiar moderno, afirmando que:

“O estabelecimento familiar moderno é, portanto, uma unidade de produção que procura conservar nela mesma todas as potencialidades necessárias, tanto de ordem técnico-econômica quanto social e cultural, para modificar, conforme as circunstâncias, seus comportamentos e operar estratégias de adaptação(..). Isso não significa que outros modelos se caracterizem por uma incapacidade de se transformar para adaptar-se à mudança.”

Esse mesmo autor, quando evidencia as particularidades da agricultura familiar brasileira, destaca que *“da mesma forma, a forte presença, no Brasil, do modelo **agricultura familiar moderna** não se deve a uma política agrícola voluntária, mas ante a uma história específica e a um contexto político particular”* (grifo do autor) (p. 331).

Outra questão importante reside na capacidade que a agricultura familiar moderna tem em se ajustar entre o tradicional e o moderno, entre a autonomia e a dependência. Desta forma está mais preparada para responder às diferentes situações externas. Aí é que se insere, por exemplo, a promoção do desenvolvimento rural sustentável, tendo como objetivo maior a multifuncionalidade.

Embasado nessas considerações sobre agricultura familiar, em especial às conclusões do trabalho coordenado por Lamarche, percebemos uma nítida capacidade na *agricultura familiar moderna* em servir de palco as discussões acerca da multifuncionalidade. Estas discussões por sua vez poderão legitimar a agricultura familiar no jogo de distribuição dos recursos públicos. No tópico seguinte, ver-se-á como o uso da noção da multifuncionalidade agrícola poderá contribuir nesse sentido.

3.2. Sua legitimação...

Percebe-se, portanto, que a discussão sobre a multifuncionalidade agrícola incorpora o debate do *desenvolvimento agrícola e rural sustentável*. A agricultura, torna-se o foco principal em questão, como forma de viabilizar muitas áreas rurais, tendo a agricultura familiar como *locus* capaz dessa demonstração.

A agricultura familiar está alicerçada em fortes bases relacionadas à *propriedade*, através do processo de transmissão do patrimônio e ao *trabalho familiar*, pelo modo de exploração e gestão da unidade, na qual a renda familiar é fator determinante no fenômeno de reprodução do grupo familiar. Tendo isso como pressuposto, pode-se inferir que a mesma reúne as condições para realização das múltiplas funções que a agricultura está sendo chamada a cumprir, dentro de um novo contexto e concepção de desenvolvimento rural. Esta possibilidade deve-se ao amplo espectro focado pela noção da multifuncionalidade agrícola, abrangendo as dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais, às quais a agricultura familiar está intimamente inserida e presente.

Ao abordar sobre a valorização do papel da agricultura familiar, no contexto da multifuncionalidade, Weid (2001: 67) afirma que:

“Será preciso introduzir o conceito de multifuncionalidade da agricultura na legislação, valorizando-se o papel dos agricultores familiares na conservação do meio ambiente, dos recursos genéticos, do solo e dos recursos hídricos. Só assim será possível reverter a tendência histórica de um modelo de desenvolvimento insustentável que “minera” os recursos naturais e desequilibra o meio ambiente, comprometendo a capacidade produtiva do país no futuro”.

Além disso, o mesmo autor destaca a contribuição do meio rural na minimização dos problemas sociais enfrentados nos centros urbanos, argumentando que: “[...], é preciso constatar que é mais barato e saudável para a sociedade pagar melhor o trabalho dos agricultores do que enfrentar a crescente crise social urbana provocada pelo desemprego endêmico e a degradação das condições de vida nas metrópoles, com todas as suas conseqüências de violência e insegurança coletiva” (p. 67-68).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Ehlers (1996) destaca que a adoção de um padrão agrícola sustentável, deverá pressupor a adoção de políticas públicas que necessariamente promovam o fortalecimento da agricultura familiar. Isto porque, em contraposição à agricultura patronal, que se caracteriza por grandes propriedades e pelo emprego de mão-de-obra assalariada ou volante, a familiar apresenta o potencial de manter postos de trabalho já existentes ou mesmo de gerar novos empregos. Além disso, dentro da perspectiva da multifuncionalidade agrícola, a agricultura familiar pode corresponder, econômica e socialmente, aos potenciais existentes no espaço agrário, com destaque para a política de segurança alimentar, através da oferta diversificada de alimentos, de melhor distribuição de rendas, de maior racionalização do processo produtivo, minimizando os impactos sobre o meio ambiente e de geração de novas oportunidades de renda.

Estudos da FAO/INCRA (1994), afirmam que um rol de recomendações mais abrangentes para o setor rural, voltadas de forma especial para o contexto da agricultura familiar é capaz de abranger o conjunto de funções atribuídas à agricultura. Estas recomendações, muitas das quais não remuneradas pelo mercado e não contempladas por políticas públicas convencionais, colocadas em prática num curto prazo seriam: a) oferta de crédito de custeio com equivalência produto; b) fim de subvenções, subsídios e incentivos fiscais e creditícios à agricultura patronal; e, c) estímulo a parcerias que garantam a formação profissional dos produtores(as). Em médio prazo as recomendações constariam de: a) linhas especiais de investimento, específicos para a reconversão de propriedades, especialmente de jovens agricultores; b) constituição de um fundo de desenvolvimento da agricultura familiar; c) reorientação da assistência técnica pública estatal; e, d) apoio à constituição de escolas comunitárias alternadas. Em longo prazo políticas de: a) modernização da pesquisa agropecuária, aumentando a produtividade, equidade e sustentabilidade da agricultura; e, b) a consolidação de modelos agroindustriais descentralizados/cooperativados, sob o gerenciamento dos próprios agricultores.

Sendo assim, as vinculações entre o grupo familiar e o território são peças importantes, já que possibilitam o fortalecimento e a valorização das formas existentes de ocupação desses espaços rurais, possibilitando a valorização de tradições e culturas, além da possibilidade de reintegração de membros familiares, especialmente os jovens, que se encontram, na maioria das vezes, fora das atividades agrícolas da unidade familiar.

Nas comunidades rurais francesas, diversos projetos de reintegração de jovens agricultores possibilitaram inúmeras atividades como: agricultura artesanal, com venda direta em feiras de produtores; agricultura orgânica, integrando a natureza como o desenvolvimento local; valorização do patrimônio cultural, através do turismo; etc.

No Brasil, é perfeitamente cabível elencar propostas de desenvolvimento rural, baseadas nas inúmeras funções exercidas pela agricultura familiar. No caso específico do Alto Vale do Itajaí, a intensa interação dos agricultores às atividades urbano-industriais, aliada à característica regional, de fortes vinculações entre o rural e o urbano, favorece o desenvolvimento de atividades não-agrícolas externas e no interior das unidades agrícolas familiares. Aqui se refere às atividades que passam a se incorporar aos afazeres dos pequenos agricultores da região como: agroturismo (pousadas rurais, pesque-pagues), esportes radicais (*rappel*, *rafting*), pequenas agroindústrias artesanais, entre outros, todos eles voltados à geração de renda.

Portanto, essa revisão conceitual sobre as noções de pluriatividade e multifuncionalidade e de agricultura familiar, contribui para o discernimento de questões encontradas na pesquisa de campo, como também serve de suporte para o entendimento de como a agricultura familiar da região estudada, está inserida e pode ser legitimada no contexto da multifuncionalidade agrícola. No capítulo seguinte, é apresentada uma abordagem histórica, que auxilia a compreensão do modelo de desenvolvimento atual da microrregião e, em destaque, do município de Rio do Sul.

CAPÍTULO II

A REGIÃO E O MUNICÍPIO: APRESENTANDO O LOCAL DE ESTUDO

Este capítulo apresenta a região de estudo, estando subdividido em três seções. A primeira seção trata das questões fisiográficas da região, com ênfase aos aspectos mais específicos do município de Rio do Sul. A segunda aborda aspectos locais, relacionados à história, à economia e às atividades sócio-culturais da região estudada. Em relação ao item economia, o destaque é dado aos setores agrícola e industrial. A última seção deste capítulo discute os rumos econômicos que a região tomou, face às características ocupacionais da população ativa. Analisa-se, em particular, o fenômeno da pluriatividade das famílias de agricultores, marcadamente presente no local de estudo.

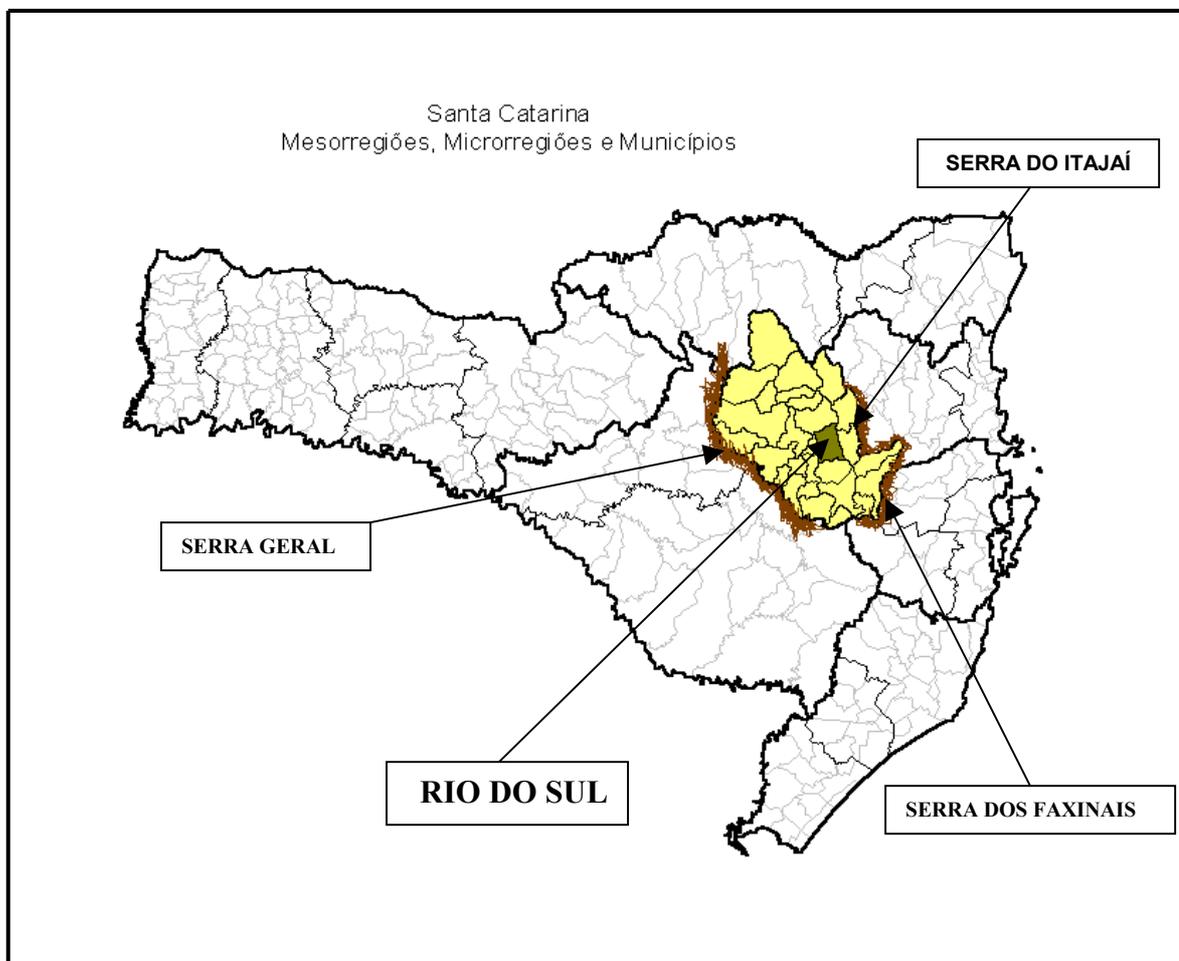
1. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

Em Santa Catarina, a região do Alto Vale do Itajaí³¹ está localizada entre a Serra Geral e a Serra do Mar. Situa-se entre os paralelos 26° 46' e 27° 42' de latitude sul e 49° 28' e 50° 26' de longitude oeste (Mapa 1). Esta região é composta por 28 municípios, que integram

³¹ Parte da região do Vale do Itajaí, onde o rio Itajaí-Açú e seus formadores, o rio Itajaí do Oeste e o rio Itajaí do Sul, se localizam numa altitude média superior a 400 metros. O Alto Vale limita-se ao norte com o Planalto Norte, a oeste com a Serra Geral, a leste e sul, respectivamente, com as serras do Itajaí e dos Faxinais, que em conjunto compõe a Serra do Mar.

a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), da qual Rio do Sul faz parte e abriga sua sede.

Mapa 1 – Estado de Santa Catarina, destacando a região do Alto Vale do Itajaí e a localização de Rio do Sul.



Fonte: Ibge – mapas e cartogramas, 1999.
Adaptação: ALVES, A. F.

O município de Rio do Sul possui uma área total de 261,2 Km². Faz limite geográfico com os municípios de Presidente Getúlio ao norte, Aurora ao sul, Agronômica e Laurentino a oeste e Lontras e Ibirama a leste. Localizado aproximadamente no centro dessa região (Mapa 2), situa-se numa zona subtropical, com clima agradável cuja temperatura média gira em torno de 18° C. Com uma altitude média de 338,88 metros, o ponto mais alto no município (824 metros), encontra-se na Serra do Mirador, onde nasce o Ribeirão das Cobras, na divisa com o município de Presidente Getúlio.

Mapa 2 - Microrregião do Alto Vale do Itajaí, municípios integrantes e Rio do Sul em destaque.

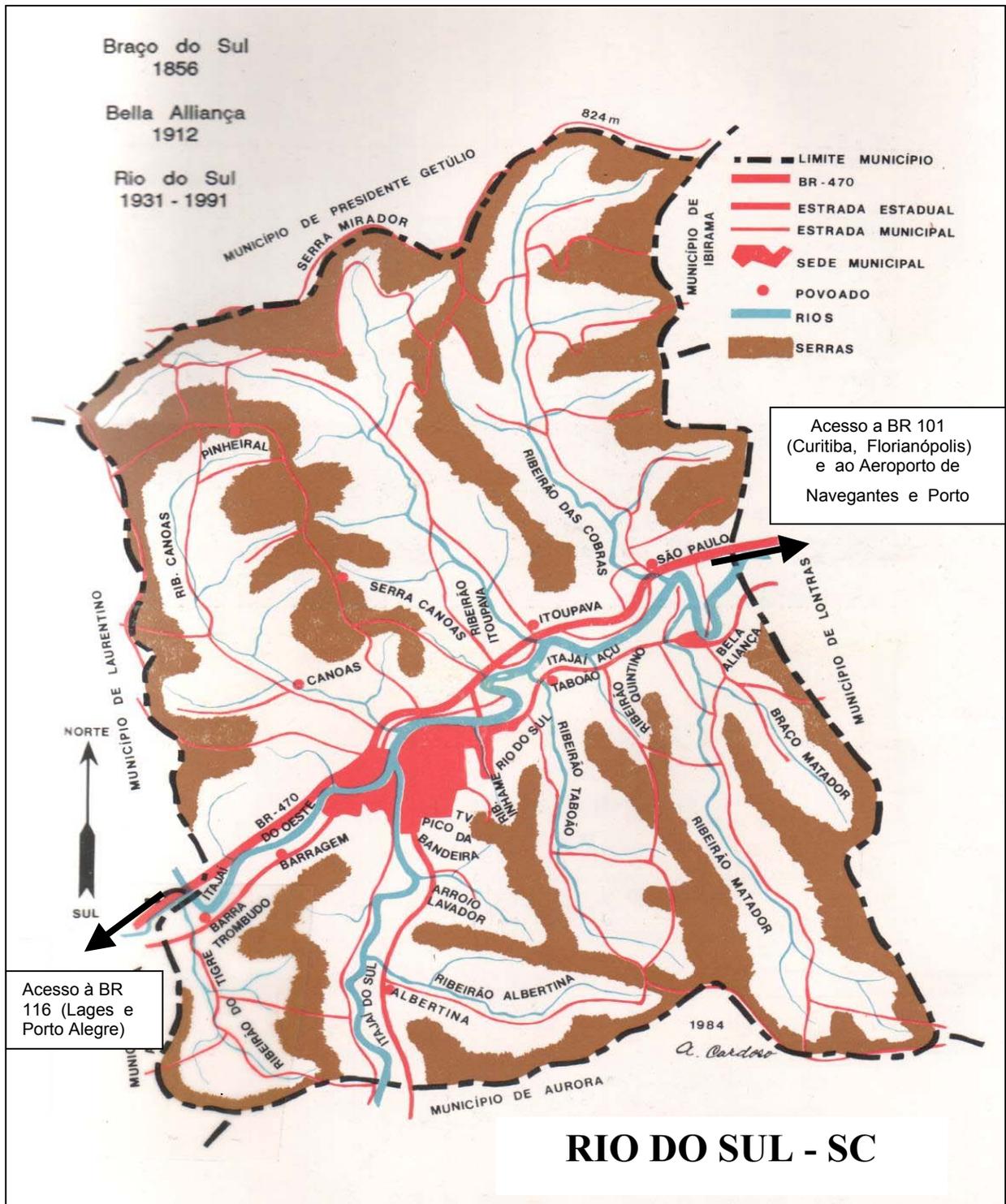


Fonte: Prefeitura Municipal de Rio do Sul. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo (2001).
Adaptação: ALVES, A. F.

Na sede do município ocorre a formação do rio Itajaí-Açú, através da junção dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul. O rio Itajaí-Açú recebe, ao longo do município, inúmeros ribeirões, formando as “valadas”³², utilizadas especialmente para a agricultura. Acompanhando o trajeto do rio Itajaí-Açú, a BR 470 exerce a importante função de ligação com o município de Blumenau e deste ao aeroporto de Navegantes e o porto marítimo de Itajaí (Mapa 3).

³² Denominação genérica dada pelos colonizadores europeus aos vales secundários do vale do rio Itajaí-Açú, onde ocorreu o início da exploração agrícola na região, devido à facilidade de acesso e à boa fertilidade dos solos.

Mapa 3 - Município de Rio do Sul, mostrando Relevo (Serras e Valadas) e hidrografia formadora do Rio Itajaí-Açú.



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio do Sul – Fundação Cultural de Rio do Sul. (1991).
Adaptação: ALVES, A. F.

Na intensa malha hidrográfica, o recurso natural água apresenta em toda a região muitos problemas, principalmente no que diz respeito à sua qualidade. Segundo a EPAGRI (2001), a poluição dos mananciais por dejetos humanos (esgoto urbano) e animais

(principalmente de esterco de suínos) é preocupante. Além disso, tem-se uma carga excessiva de agrotóxicos, utilizados na agricultura, especialmente nas culturas da cebola e do arroz irrigado. Por outro lado, a presença de muitas indústrias, que nem sempre seguem a legislação ambiental no que diz respeito à correta destinação e/ou tratamento de seus resíduos, acabam contribuindo para a contaminação das águas e do solo, como também para a poluição do ar, através da emissão de gases.

A exemplo da região, Rio do Sul apresenta uma grande variação geológica, tanto do tipo de solo, quanto do relevo. Sua maior parte é composta por relevo acidentado e solo de baixa fertilidade natural. Segundo Thomé *et al.* (1999), a classe de solo com aptidão predominante no Alto Vale do Itajaí, com 35,8% da área total, apresenta restrições para a fruticultura e aptidão regular para pastagens e reflorestamento, cuja maior limitação é a declividade do relevo³³. Os principais problemas de solo são decorrentes do manejo inadequado, que provoca sua erosão.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS

Nesta seção realizamos um resgate histórico acerca do processo de ocupação da região do Alto Vale do Itajaí. Em seguida, analisamos o processo de desenvolvimento econômico, a partir dessa ocupação territorial, na qual o extrativismo deu lugar a uma agricultura de subsistência, seguida pela entrada de um número expressivo de indústrias na região e, de forma especial, em Rio do Sul.

2.1. Resgate histórico

Disponibilizadas grandes porções de terra nas Américas à exploração e colonização européia, a partir do século XVI, os europeus defrontaram-se com culturas muito diferentes. Este estranhamento vai resultar em tentativas de abranger estes costumes, de elucidar o desconhecido, de “domar” esta nova natureza e os povos que nessas terras habitassem, buscando incluí-los nos projetos expansionistas.(Dagnoni, 2001).

No Brasil, além da pequena faixa litorânea, sempre foram bastante desafiadoras a estrutura topográfica e a cobertura vegetal à exploração das regiões interioranas. Além disso, essas regiões contavam com a presença de inúmeras civilizações silvícolas.

³³ Maiores detalhes sobre os solos da região podem ser encontrados em EPAGRI (2001).

Na região da Mata Atlântica, entre o Norte do Rio Grande do Sul até o Sul do Paraná vivia uma numerosa população indígena. Portanto, os ocupantes originais do Vale do Itajaí foram os Xoclog³⁴, também conhecidos como “Bugres”.

Seguindo a política da coroa portuguesa, adotada no início do século XIX para ocupação das terras despovoadas da região meridional do Brasil - áreas intermediárias entre o litoral e o planalto -, as terras da Província de Santa Catarina foram consideradas preferenciais. Tratava-se também de uma estratégia de segurança, principalmente após 1808, com a vinda da família real para o Brasil.

O litoral catarinense já era habitado por portugueses, da mesma forma que o planalto, devido à sua economia alicerçada na pecuária, através do comércio de gado entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Nessa região, importantes povoações se destacavam, como Lages e Curitiba, porém faltava ocupar as regiões intermediárias. Ademais, a ligação entre o planalto e o litoral era dificultada não só pelas condições topográficas e uma íngreme floresta atlântica pouco conhecida, mas pelos riscos de enfrentamentos com indígenas, que habitavam toda essa região de montanhas e vales.

O governo da Província criou mecanismos de salvaguardar os transeuntes que faziam a ligação litoral-planalto e vice-versa. O tráfego de comerciantes, tropeiros e viajantes era assegurado por guarnições militares, das quais destaca-se a atual cidade de Alfredo Wagner, sediada numa localidade equidistante entre Desterro (atual Florianópolis) e Lages. O principal compromisso desse posto militar, segundo Cardoso (1991), era dar proteção, principalmente, aos tropeiros. O autor relata que os integrantes da guarnição dessa localidade, se interessaram em conhecer o trajeto de um rio que corria em direção norte, contrariando em tese o percurso normal por não estar seguindo em direção ao mar, a leste dessa localidade. Essa curiosidade fez com que, em 1856, uma equipe de 25 homens acompanhada de um índio “manso”, que conhecia bem a região, partisse para explorar o referido rio. Após uma viagem de 22 dias rio a baixo, a equipe chegou a um povoado, atual cidade de Blumenau. Essa localidade fora ocupada desde 1850 por colonizadores alemães, sob a coordenação do Dr. Otto Hermann Blumenau.

³⁴ Designação dada à população indígena de parte da região Sul do Brasil, que apresenta características nômades, deslocando-se constantemente por uma vasta área territorial. Por esse aspecto, também eram chamados de “Lankaños”, nome que significa “povo que conhece todos os caminhos”. Esta característica fazia aumentar as possibilidades de enfrentamentos com brancos, muitas das quais de forma casual, que passaram a transitar e se instalar nessa região. Veja mais sobre Botocudos e Xoclog em Dagnoni, (2001) e Klug, & Dirksen, (org.), (1999).

O desejo do “Dr. Blumenau”, como era chamado na região, era explorar a região do Vale do Itajaí, em busca de acesso à região do planalto. Na visão do colonizador, a construção de uma estrada acompanhando o rio permitiria chegar facilmente ao planalto. Isso apresentava boas perspectivas de expansão comercial dos produtos dos colonos do vale. A missão que descera o Rio Itajaí-Açú fez aumentar essa perspectiva. O colonizador pensava, também, ampliar a área de ocupação ao longo do Rio Itajaí-Açú, em direção a oeste, tendo em vista sua riqueza madeireira e seus férteis vales propícios à agricultura (Lucas, 2001).

Organizou-se, então, em 1863, a primeira expedição na tentativa de encontrar um caminho que conduzisse ao planalto, sob o comando do Engenheiro Alemão Emílio Odebrecht, homem de inteira confiança do Dr. Blumenau. Essa tentativa, assim como a próxima, foi frustrada, devido a enfrentamentos com índios xokleng. Somente em 1867, após 87 dias de descida na Serra Geral, conseguiram o feito, demarcando definitivamente um novo caminho de acesso ao planalto da Província.

Assim, iniciou-se a construção, em 1874, de uma picada à margem direita do rio Itajaí-Açú, sendo concluída em 1878³⁵. A mesma passou a ser trafegada pelo sistema de animais cargueiros, geralmente constituídos por mulas. A partir de 1892, a transposição do rio para seguir em direção ao planalto passou a ser feita por uma balsa. O balseiro Basílio Corrêa de Negredo foi o primeiro morador fixo na confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, sendo mais tarde considerado o fundador oficial de Rio do Sul. Esse local, denominado inicialmente de Braço do Sul, e de Vila Bela Aliança (a partir de 1912), teve sua emancipação política de Blumenau em 1931, passando a se chamar Rio do Sul.

Em 1897, oriundos de Hamburgo da Alemanha, novas levas de colonizadores fundaram outras comunidades, como a de Hansa (atualmente Ibirama). No decorrer das quatro décadas seguintes, através da Sociedade colonizadora de Santa Catarina, surgiram outros municípios do Alto Vale do Itajaí como Presidente Getúlio, Salete, Ituporanga, Atalanta e outros. A etnia predominante nesse processo de ocupação foi a alemã, seguida da italiana, além de um pequeno número de açorianos vindos do litoral. Nessa época, em decorrência dos constantes enfrentamentos entre colonizadores e indígenas, o governo da província e as empresas colonizadoras apontavam diversas soluções para o “problema” Xocleng: a catequese ou a simples eliminação. De fato, quase houve um extermínio dos Xocleng. Atualmente, um reduzido número vive aldeado na reserva de José Boiteux (Dagnoni, *op. cit.*).

³⁵ Nesta rota, temos atualmente a BR 470, construída em sua maior extensão na margem esquerda desse rio.

Em 1900, a Sociedade Colonizadora Hanseática iniciou o loteamento de terrenos às margens do rio Hercílio (Itajaí do Norte). Os colonos logo sentiram a necessidade de um melhor sistema de transporte por todo o Vale do Itajaí. Surge, portanto, a idéia da construção de uma estrada de ferro, que facilitasse o comércio exterior, especialmente de madeira para a Alemanha. Em 1907 teve início a construção da estrada de ferro, a partir de Blumenau. A finalização do trecho de 101 quilômetros entre Blumenau-Hansa ocorreu em outubro de 1909.

De acordo com Santos (2000), a ligação desta região ao extremo oeste catarinense, através de uma linha férrea, traria a modernidade para Santa Catarina. Em 1929, com a ampliação, a estrada de ferro chega a Lontras. Somente em 1932, fica pronto mais um trecho da mesma, de Lontras a Rio do Sul, ligando definitivamente a comunidade de Rio do Sul à Blumenau. Isto veio facilitar enormemente o transporte da produção madeireira e agrícola para o litoral, em destaque no tópico seguinte.

2.2. Aspectos socioeconômicos

Este tópico subdivide-se em duas partes. A primeira trata da fase do extrativismo e do início da agricultura, a partir do contexto histórico de ocupação, ocorrido no final do século XIX. A segunda discute o desenvolvimento das atividades industrial e comercial, surgidas mais tarde, através do financiamento propiciado pelo extrativismo e pela agricultura. Esses setores econômicos apresentam uma forte associação à tradição européia, trazida pelas novas levas de colonizadores, que chegaram na região a partir de 1920.

2.2.1. Do extrativismo à agricultura

Os primeiros colonizadores voltaram-se para a exploração intensiva da madeira, visto a exuberante floresta nativa. Essa exploração se restringia ao corte e à exportação desse produto, especialmente para a Europa, sem se preocupar num processamento industrial que agregasse mais valor. Com isso ocorreu uma degradação intensa das florestas da região.

Pelos dados do Projeto Radambrasil, atual IBGE, a região de Rio do Sul era, originariamente, representada por duas regiões fitoecológicas: a região da floresta Ombrófila Densa e a região da floresta Ombrófila Mista (floresta com pinheiros)³⁶. Na floresta

³⁶ “A floresta Ombrófila consiste na formação arbórea com altura média aproximada de 20 m de altura, localizada em região montanhosa, sobre solos litólicos, apresentando acumulação turfosa nas depressões onde ocorre a floresta. Sua estrutura é integrada por fanerófitos com troncos e galhos finos, folhas miúdas e coriáceas e casca grossa com fissuras [...]”. (IBGE, 1992: 19).

Ombrófila predominava espécies de madeira de lei, como Canela-preta, Canela-sassafrás, Peroba vermelha, Canela-fogo, Imbuia e Pau-óleo. A intensa exploração dessa floresta, associado ao baixo nível tecnológico de industrialização local da madeira, levou rapidamente a uma descaracterização da paisagem original. Nas áreas desmatadas surge uma agricultura de subsistência pouco especializada. Atualmente, as áreas mais declivosas não são mais utilizadas para a agricultura e pecuária, sendo destinadas para reflorestamentos de eucaliptos e pinus ou com espécies secundárias como samambaias, Capim-rabo-de-burro, vassourões, bracatingas e Canelas guaicá.

Em relação à atividade agrícola, pode-se dizer que, desde o início da ocupação, foi uma atividade relevante, principalmente em termos de subsistência das colônias³⁷. As áreas dos colonos variavam entre 25 e 30 hectares. As principais culturas eram milho, batata, arroz, cebola e mandioca. Essa última, de acordo com Peluso (1942), era cultivada nas piores terras e voltada para a produção de fécula.

A importância da agricultura para Rio do Sul ultrapassa a condição de sustento da unidade familiar. Isso fica demonstrado com a criação, na década de 1920, das “Domingueiras Agrícolas”³⁸, visando fomentar uma melhora da produtividade dos produtos agrícolas de maior expressão. Nessa época, a grande ênfase era dada à cultura do fumo e, posteriormente, à do milho e do arroz.

No decorrer da década de 50, houve um grande estímulo às novas técnicas de desenvolvimento da agricultura, certamente fruto das “Domingueiras Agrícolas”, o que originou a organização de vários Postos de Cooperação³⁹ da Associação Rural de Rio do Sul. A partir disso, surgiram na década seguinte inúmeras cooperativas ligadas ao setor agrícola por toda a região do Alto Vale. Dentre elas destaca-se a Cooperativa Regional Agropecuária

³⁷ Segundo Seyferth (1987), o conceito de “colônia” está intimamente relacionado à imigração alemã, pois se refere ao conjunto dos lotes de uma área previamente estabelecida pelo Governo, juntamente com um núcleo populacional mais denso, a vila, servindo como sede administrativa e local onde se realizam os serviços religiosos, comércio e vida recreativa. Com o mesmo termo “colônia”, os imigrantes alemães e seus descendentes designavam a pequena propriedade agrícola de sua família (Hering, 1987).

³⁸ Reuniões de agricultores realizadas aos domingos na Sociedade de Atiradores *Bella Aliança* – Rio do Sul, com o objetivo de debater as melhores formas de produção. Desta iniciativa surge, em 1928, o Banco Agrícola de Bella Aliança, entidade financeira local de crédito que, em 1936, incorporou-se ao Banco INCO (Indústria e Comércio) e ao BRADESCO, no ano de 1968.

³⁹ Pequenas associações de agricultores, derivadas da “Domingueiras Agrícolas”. Elas tinham a mesma finalidade das “Domingueiras Agrícolas”, que era congregar os agricultores em torno de interesses comuns relacionados ao crescimento da agricultura. Dentre as atividades desenvolvidas estavam o crédito agrícola, a divulgação dos produtos e a introdução de novas técnicas agrônômicas (Klug & Dirksen (org.), 1999).

do Alto Vale do Itajaí (CRAVIL), fundada em 1971, a partir da união de cinco cooperativas agropecuárias da região (Lindner, 1998).

Atualmente, a CRAVIL, com sede em Rio do Sul, congrega em torno de 4.660 associados de 39 municípios do Alto e Médio Vale do Itajaí. Desses associados, 84% têm propriedades com área inferior a 50 hectares. No ano de 1997, a CRAVIL recebeu e comercializou 76 mil toneladas de produtos agropecuários, com destaque para o leite, o arroz, o feijão e o milho. O faturamento total da cooperativa, nesse ano, foi de R\$ 46 milhões.

Dentre os principais produtos agrícolas de Rio do Sul, apresentados na Tabela 1, a seguir, o destaque é para a cultura do milho. Em termos de área, o cultivo desse cereal assumiu a liderança na última década, ultrapassando a área da cultura do fumo, que desde a década de 1920 sempre foi superior. No entanto, observa-se que a cultura do fumo ainda é expressiva na constituição da renda do agricultor, sendo em valores absolutos o dobro do faturamento, quando comparada à cultura do milho, embora sua área seja inferior a um terço. Percebe-se ainda, a pouca expressão da cultura da mandioca em termos de área plantada. Em 1999, essa cultura não atingiu 100 hectares, contrastando com o significado econômico que teve desde a colonização até o início dos anos noventa. A mandioca teve seu auge na economia agrícola municipal em 1993, quando representou a maior produção do estado (IBGE, 1993). Hoje, visto que muitas feculares foram desativadas, a cultura perdeu sua importância econômica na região.

Tabela 1 – Principais Produtos Agrícolas do Município de Rio do Sul – Lavouras anuais, 1999.

| <i>CULTURA</i> | <i>Área Cultivada (ha)</i> | <i>Produtividade (Kg/ha)</i> | <i>Faturamento (R\$)</i> |
|----------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| Milho (grão) | 1100 | 3.600 | 594.000 |
| Fumo (folha) | 330 | 1.954 | 1.193.000 |
| Arroz | 255 | 8.000 | 61.2000 |
| Feijão | 170 | 823 | 74.000 |
| Cebola | 130 | 16.000 | 520.000 |
| Mandioca | 90 | 18.000 | 78.000 |
| Batata Doce | 18 | 10.000 | 32.000 |

Fonte: IBGE (1999).

Rio de o Sul é tido como maior pólo agrícola da região. Isso se deve, em grande parte, ao escoamento da produção agrícola dos municípios da região para os armazéns da CRAVIL, principal canal de comercialização agrícola e fonte de assistência técnica.

Em relação à atividade pecuária, observa-se na Tabela 2, a seguir, seu baixo peso econômico, quando comparado às atividades agrícolas, tendo em vista que não está inserida no quadro das grandes agroindústrias. Dados da CIDASC (2000) apontam que o rebanho bovino do município não chegava 7.500 cabeças em 2000. Deste total, 30% estão voltados à produção leiteira, ou seja, em torno de 2.000 cabeças. Isso representa, de acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura de Rio do Sul, uma média de 2,5 vacas leiteiras por produtor, visto que Rio do Sul possui em torno de 750 produtores rurais⁴⁰ cadastrados na Secretária Municipal da Agricultura. Os demais rebanhos, em particular o de suínos e aves, sugerem uma exploração de subsistência, típica de uma agricultura familiar. No entanto, há que se referenciar a existência de uma agroindústria de carnes no município, com forte viés para o mercado internacional⁴¹. A abrangência regional do Frigorífico Riosulense, implica em que quase a totalidade dos integrados seja de outros municípios. Atualmente, ele exporta para o mercado Europeu e Asiático, grande volume de carne suína, levando-o a buscar matéria-prima em outras regiões do estado, a exemplo da região sul.

Tabela 2 - Produção Pecuária do Município de Rio do Sul em número de cabeças em 2000.

| <i>ESPÉCIES</i> | <i>Número de Cabeças</i> |
|-----------------|--------------------------|
| Bovinos | 7.433 |
| Suínos | 1.709 |
| Eqüinos | 485 |
| Caprinos | 68 |
| Ovinos | 191 |
| Aves | 14.619 |

Fonte: CIDASC (2000).

A agricultura de Rio do Sul, como dos demais municípios da região do Alto Vale, caracteriza-se por unidades familiares de produção diversificadas. O tamanho médio das famílias rurais é de 4,5 pessoas. A mão-de-obra familiar é complementada esporadicamente por contratações em períodos de maior demanda de trabalho.

⁴⁰ A Secretaria Municipal da Agricultura de Rio do Sul estima esse número de produtores com base em antigos cadastros de produtores que utilizavam os serviços técnicos no início da década de 1990, especialmente dos serviços da patrulha agrícola.

⁴¹ Dentre os países maiores compradores de carne suína produzida pelo Frigorífico Riosulense, destacamos Rússia, Hong Kong, Singapura, Argentina e Emirados Árabes Unidos.

Dados da EPAGRI (2001) indicam que em toda a região do Alto Vale do Itajaí a saída do campo foi expressiva. Estes dados demonstram que, em 1970, havia 20.046 adolescentes com faixa etária de 10 a 14 anos. Desse contingente, em 1991, apenas 7.953 ainda estava no meio rural, representando apenas 38 % do total, numa faixa etária de 31 a 35 anos. Entre 1970 e 1991, quando significativa parcela da população rural migrou para a cidade de Rio do Sul, não só da própria zona rural, mas dos municípios vizinhos, a grande maioria era constituída por jovens.

Dentre as causas mais expressivas desse êxodo rural, apontada por Nicoladelli *et. al.* (2000) *apud* EPAGRI (2001), está a baixa rentabilidade econômica da atividade agrícola, a falta de valorização social do meio rural e das pessoas que nele vivem e trabalham, o trabalho árduo no meio rural, sem os direitos similares aos dos trabalhadores urbanos, e pais “conservadores” que resistem às inovações tecnológicas, levando à busca de melhor padrão de vida na zona urbana. Dados levantados pela CRAVIL acrescentam que 74,8% dos agricultores da região possuem idade superior a 40 anos, indicando a migração de jovens para os centros urbanos maiores, especialmente para Blumenau e Joinville. Isto reforça, portanto, as afirmações anteriores que apontam para a situação de famílias rurais constituídas pelos pais com idade acima dos quarenta anos e, no máximo, dois filhos.

A estrutura fundiária de Rio do Sul, segundo dados do último Censo Agropecuário (1995/1996), é constituída por 584 estabelecimentos agrícolas, totalizando uma área de 12.318 ha. Desse total, 202 (34,58%) estabelecimentos têm área de até 10 ha, ocupando 1.032 ha, ou seja, apenas 8,4% da área total dos estabelecimentos. Os mesmos dados apontam que apenas 9 (1,54%) estabelecimentos possuem áreas entre 100 e 500 ha, ocupando uma área de 2.176,5 ha (17,67% da área total).

Ao contrário das “valadas”, anteriormente mencionadas, que permaneceram na mão de pequenos proprietários, as áreas de montanha passaram nos últimos 10 anos a ser exploradas por empresas de reflorestamento, que utilizam principalmente, pinus e eucalipto. Algumas dessas empresas exploram estas áreas na forma de arrendamento, pago normalmente após a colheita florestal, em equivalência produto.

O número de estabelecimentos diminuiu em média 40% em todas os grupos de áreas entre 1985 e 1995, conforme demonstra a Tabela 3, a seguir. Neste período, a diminuição mais significativa (53%) ocorreu naqueles de até 10 hectares. Em parte a explicação para esse fato reside na mudança de critério de coleta de dados do IBGE. Segundo Henfand e Brunstein (2001), o período de referência para a coleta de dados mudou no último

censo. Nos censos de 1970, 1975, 1980 e 1985, o ano-calendário (1º de janeiro a 31 de dezembro) era adotado, enquanto que para o censo de 1995-96 considerou-se o ano agrícola. Isto, de fato, modificou em muito os resultados, já que “[...] *muitos estabelecimentos têm natureza precária, sendo facilmente identificável apenas durante o período entre o plantio e colheita da safra*” (FIBGE, 1998, p. 36). Sendo assim, fora destes períodos, muitas vezes o responsável não é encontrado pelo recenseador. Outro fato em relação ao número de estabelecimentos na faixa entre 10 e 20 hectares, mesmo diminuindo em termos absolutos em 100 unidades, aumentou o percentual (21%) em 1995, em relação a 1985 (de 32,9% para 39,9%). Na mesma tabela, em relação ao *percentual de áreas* com tamanho entre 10 e 20 ha, se manteve estável entre os dois últimos censos na ordem de 24,7%, da área total. No entanto, entre as áreas com até 10 hectares, a redução desse percentual, entre 1985 e 1995, foi na ordem de 19,6%, representando, em termos de área absoluta, 996 hectares a menos. Verifica-se também um aumento relativo das áreas com mais de 100 hectares, que cresceram em 33,5% de 1985 para 1995, mesmo que em termos absolutos a área total tenha diminuído em 697 hectares.

Tabela 3 - Evolução fundiária de Rio do Sul-SC, por extrato de área em número e área e, percentual de ocorrência dos estabelecimentos agrícolas, em 1975, 1980, 1985 e 1995.

| <i>Estrato de área(ha)</i> | <i>Nº Estabelecimento</i> | | | | | | | | <i>Área Total</i> | | | | | | | |
|----------------------------|---------------------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|
| | <i>1975</i> | | <i>1980</i> | | <i>1985</i> | | <i>1995</i> | | <i>1975</i> | | <i>1980</i> | | <i>1985</i> | | <i>1995</i> | |
| | <i>nº</i> | <i>%</i> | <i>nº</i> | <i>%</i> | <i>nº</i> | <i>%</i> | <i>nº</i> | <i>%</i> | <i>área</i> | <i>%</i> | <i>área</i> | <i>%</i> | <i>área</i> | <i>%</i> | <i>área</i> | <i>%</i> |
| 0 < 10 | 311 | 33,8 | 487 | 44,1 | 435 | 43,0 | 202 | 34,6 | 1624 | 8,9 | 1955 | 9,9 | 2028 | 10,5 | 1032 | 8,4 |
| 10 < 20 | 358 | 38,9 | 348 | 31,5 | 333 | 32,9 | 233 | 39,9 | 4970 | 27,2 | 4778 | 24,1 | 4579 | 23,5 | 3185 | 25,9 |
| 20 > 50 | 209 | 22,7 | 227 | 20,5 | 203 | 20,0 | 123 | 21,0 | 5812 | 31,8 | 6135 | 31,0 | 5502 | 28,3 | 3377 | 27,4 |
| 50 > 100 | 29 | 3,1 | 28 | 2,5 | 25 | 2,5 | 15 | 2,5 | 1847 | 10,1 | 1744 | 9,0 | 1663 | 8,5 | 933 | 7,5 |
| 100 > 1.000 | 14 | 1,5 | 14 | 1,3 | 15 | 1,5 | 11 | 2,0 | 4002 | 22,0 | 4138 | 21,0 | 4488 | 23,0 | 3791 | 30,8 |
| + 1.000 | --- | --- | 1 | 0,1 | 1 | 0,1 | --- | --- | --- | --- | 1050 | 5,0 | 1200 | 6,2 | --- | --- |
| TOTAL | 921 | 100 | 1.105 | 100 | 1.012 | 100 | 584 | 100 | 22255 | 100 | 19800 | 100 | 19460 | 100 | 12318 | 100 |

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1975-1995).

Podemos verificar, também, na Tabela 4 a seguir, que a maioria dos estabelecimentos agropecuários (84,76%) está nas mãos de proprietários, embora o número tenha diminuído de 804 para 495 entre os dois últimos censos (-38,4%). Chama atenção a

diminuição expressiva do número de unidades rurais nos últimos 10 anos. De 1985 a 1995, a redução total foi na ordem de 42,3%, sendo que entre os proprietários a redução foi na ordem de 38,4%.

Tabela 4 – Evolução da condição do produtor em Rio do Sul-SC, em 1975, 1980, 1985 e 1995.

| <i>Ano Condições</i> | <i>1975</i> | | <i>1980</i> | | <i>1985</i> | | <i>1995</i> | |
|--------------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|----------------------|----------|----------------------|----------|
| | <i>n^o</i> | <i>%</i> | <i>n^o</i> | <i>%</i> | <i>n^o</i> | <i>%</i> | <i>n^o</i> | <i>%</i> |
| Proprietário | 830 | 90,12 | 897 | 81,18 | 804 | 79,45 | 495 | 84,76 |
| Arrendatário | 23 | 2,50 | 50 | 4,52 | 54 | 5,34 | 28 | 4,79 |
| Parceiro | 06 | 0,65 | 23 | 2,08 | 47 | 4,64 | 04 | 0,69 |
| Ocupante | 62 | 6,73 | 135 | 12,22 | 107 | 10,57 | 57 | 9,76 |
| Total/Varição | 921 | --- | 1.105 | +10,5 | 1.012 | -0,2 | 584 | -42,3 |

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1975-1995).
Adaptação: Cazella, A. A.

É sabido que a mudança de período de coletas de dados no último censo, conforme discutido anteriormente, explica em parte a queda do número de estabelecimentos. Contudo, isso se aplica, fundamentalmente, para as situações de precariedade de posse da terra (arrendatários, parceiros e ocupantes) e não para o caso dos proprietários. Informações obtidas junto à Prefeitura Municipal, através do cadastro de imóveis, dão conta que a redução da categoria dos proprietários tem sido maior nas unidades com áreas de até 5 ha, localizadas no perímetro urbano ou no seu entorno. Cazella e Alves (2003) constatam que, nos últimos 10 anos, esses estabelecimentos passaram a ser loteados, dando origem a novos bairros. Esse processo está diretamente associado ao dinamismo dos setores industriais e comerciais, traço característico da maioria dos municípios do Vale do Itajaí e, em particular, de Rio do Sul.

2.2.2. Indústria, comércio e comportamento demográfico

Historicamente, Rio do Sul sempre teve uma vocação industrial, devido à tradição dos seus colonizadores. No ano de 1909 foi instalada a primeira oficina de ferreiro, cujo proprietário era Edgar Odebrecht. No ano seguinte, no distrito de *Bella Alliança*, surgem outros estabelecimentos comerciais com a chegada do marceneiro Adolf Hoeltgebaum, do alfaiate Berndt e do sapateiro Karl Gerhard. Em 1915, instala-se a primeira indústria de artefatos de couro, de propriedade de Ângelo Tomio. Neste mesmo ano surge a primeira serraria, administrada por Frederico Feldmann (Klug & Dirksen, *op. cit.*).

Fato é que a maioria desses empreendimentos estava alicerçado na atividade agrícola. O marco da pujança industrial, sobretudo na área madeireira, dá-se partir de 1923, com a instalação de uma potente máquina a vapor na confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, gerenciada por Rodolf Odebrech. A mesma funcionava 24 horas por dia, servindo de dia à indústria e à noite acionando o dínamo que iluminava a cidade. Em 1930, esse sistema de iluminação foi assumido pela Empresa Força e Luz de Blumenau, mais tarde encampada pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Em 1933, dois anos após o desmembramento de Rio do Sul do município de Blumenau, era notório o crescimento industrial no novo município. A extração mais intensa de madeira fez surgir várias serrarias, e estabelecimentos comerciais e indústrias ligadas à madeira. Por volta da década de 1940, a indústria madeireira atinge o seu apogeu, existindo em Rio do Sul 140 serrarias, 13 fábricas de confecção de móveis e uma indústria de pasta de madeira⁴². Esta concentração de serrarias em Rio do Sul devia-se à estrada de ferro, que na década anterior havia chegado até o município. Aos poucos, também, começam a se estabelecer as primeiras indústrias de tecidos. Outra atividade que merece destaque é a relacionada com a indústria e comércio da banha e laticínios, a exemplo de Zwicker S.A e Dittrich S.A., pioneiras nas atividades de pecuária leiteira e suinícola.

Na década de 1940 surgem as agroindústrias ligadas ao beneficiamento da mandioca, que adquirem notável importância, chegando a um número total de 39, considerando as existentes em Rio do Sul e no município vizinho de Ibirama.

A partir de 1960, ocorre uma série de mudanças no país, que repercute na região. O transporte ferroviário é substituído, gradativamente, pelo rodoviário. Altera-se o processo de desenvolvimento do parque industrial brasileiro, decorrência da instalação de um número expressivo de indústrias estrangeiras de manufaturas de base. Com isso, há um grande fluxo de mão-de-obra do meio rural para as cidades, com a superação da população urbana em relação à rural.

Nos últimos 30 anos, houve uma alteração na estrutura demográfica de Rio do Sul e municípios vizinhos, conforme demonstrativo na Tabela 5, a seguir. A diminuição da

⁴² De acordo com Kock (1998), pasta de madeira é o produto obtido a partir de materiais celulósicos, através de um processo químico-termo-mecânico, que consiste submeter a madeira por um processo de picagem, aquecimento à temperatura de aproximadamente 150 °C, ocorrendo a partir daí o seu desfibramento intensificado pelo processo químico (utiliza-se NaOH em concentração de 1 a 7%, durante um período de aproximadamente 5 minutos ou ainda junto com NaSO³), que faz liberar a lignina. Desse processo resultam as fibras, que por despresurização, forma uma pasta, que é utilizada no fabrico do papel para higienização, para jornal e papelão.

população rural foi substancial na maioria dos casos. Rio do Sul, que em 1970 possuía 6.010 habitantes no meio rural, em 1991 passou a ter apenas 2.913 habitantes. Ou seja, um decréscimo de 48,46% em apenas 20 anos. Nos demais municípios este decréscimo variou entre 12% e 47%. Atualmente, dos 51.650 habitantes de Rio do Sul, 93,75% vivem na zona urbana. No entanto, o que chama atenção nos dados de Rio do Sul é que há 319 (10,95%) habitantes rurais a mais em 2000, quando comparado a 1991. Isto demonstra uma diminuição no êxodo rural, comparando-se a intensidade ocorrida principalmente na década de 1970.

Tabela 5 – Evolução populacional de Rio do Sul e municípios vizinhos, entre de 1970 e 2000.

| <i>Município</i> | <i>1970</i> | | | <i>1980</i> | | | <i>1991</i> | | | <i>2000</i> | | |
|------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | <i>Urbano</i> | <i>Rural</i> | <i>Total</i> |
| Agronômica | 499 | 4.276 | 4.775 | 511 | 4.039 | 4.550 | 701 | 3.071 | 3.772 | 872 | 3.385 | 4.257 |
| Aurora | 298 | 5.315 | 5.613 | 408 | 4.870 | 5.278 | 661 | 5.405 | 6.066 | 1.482 | 3.992 | 5.474 |
| Ibirama | 3.555 | 5.115 | 8.670 | 7.152 | 4.596 | 11.748 | 9.657 | 4.116 | 13.773 | 13.115 | 2.687 | 15.802 |
| Laurentino | 1.013 | 2.968 | 3.981 | 1.595 | 2.419 | 4.014 | 2.288 | 2.038 | 4.326 | 5.309 | 3.072 | 8.381 |
| Lontras | 1.678 | 5.328 | 7.006 | 3.789 | 3.535 | 7.324 | 4.417 | 3.161 | 7.578 | 3.238 | 1.824 | 5.062 |
| Pres.Getúlio | 2.452 | 6.947 | 9.399 | 4.780 | 5.329 | 10.109 | 6.310 | 5.062 | 11.372 | 7.867 | 4.466 | 12.333 |
| Rio do Sul | 21.528 | 6.010 | 27.538 | 33.362 | 2.878 | 36.240 | 42.766 | 2.913 | 45.679 | 48.418 | 3.232 | 51.650 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970/2000).

Segundo dados do IBGE (2002), a densidade demográfica média destes municípios, juntamente com os demais da região do Alto Vale do Itajaí é de 30,63 habitantes/km², enquanto a média catarinense é de 56,12 habitantes/km². Considerando a população de Rio do Sul em relação a sua área total de 261,2 km², verifica-se que sua densidade populacional de 197,74 habitantes/km² está bem acima dessas médias. Segundo critérios adotados por Veiga (2002) estaríamos frente a um município com características intermediárias ou híbridas entre rural e urbano, que o autor denomina de municípios “rurbanos”. Trata-se de caso isolado na região ou no estado?

A demonstração é de que a densidade demográfica de Rio do Sul, quando comparada a municípios catarinenses de outras regiões com área geográfica semelhante, não representa um caso isolado. Na Tabela 6, a seguir, ilustra outras situações com densidade próxima a 200 habitantes/km², inclusive alguns municípios com densidade superior a esse valor, a exemplo de Brusque e Tubarão, que possuem áreas geográficas muito semelhantes. No caso de Rio do Sul, a principal explicação para esse fato deve-se à emancipação de

inúmeros municípios vizinhos, diminuindo drasticamente o seu território, conseqüentemente, aumentando a sua densidade demográfica. Portanto, um caso isolado na região.

Tabela 6 – Área, população residente e densidade demográfica, de alguns municípios e do Estado de Santa Catarina, em 2000.

| <i>Municípios</i> | <i>Área (km²)</i> | <i>População Total Residente (n^o hab.)</i> | <i>Densidade Demográfica (n^o hab./km²)</i> |
|---------------------------------|------------------------------|---|--|
| Braço do Norte | 221,7 | 24.802 | 111,87 |
| Brusque | 283,5 | 76.058 | 268,28 |
| Camboriú | 213,2 | 41.445 | 194,39 |
| Içara | 292,8 | 48.634 | 166,10 |
| Rio do Sul | 261,2 | 51.650 | 197,74 |
| São Miguel do Oeste | 234,1 | 32.324 | 138,08 |
| Tubarão | 298,7 | 88.470 | 296,18 |
| Estado de Santa Catarina | 95.442,9 | 5.356.360 | 56,12 |

Fonte: Fundação IBGE – Censo Demográfico/SC, 2000 e SDE/DEGE/Gerência de Análise e Estatística (2002).

Segundo dados do IBGE, o Censo de 1960 apontava Rio do Sul com uma população urbana equivalente a 34,41% do total dos 37.931 habitantes. Em 1964, com o desmembramento dos distritos de Lontras e Aurora, o município perde grande parte de seu território, diminuindo em números absolutos sua população. Em 1958, já havia perdido considerável área territorial, com a emancipação de Pouso Redondo e Trombudo Central. Cardoso (1991, p.55) aponta que 12 municípios do Alto Vale do Itajaí se desmembraram de Rio do Sul após 1950, sendo nove na década de 1960. Entre eles, quatro situam-se há uma distância média de 12 km entre as sedes municipais. Isto também caracteriza a existência de uma área rural intermediária no entorno de Rio do Sul, constituída pelos municípios vizinhos, de pequeno porte populacional.

A desativação da ferrovia, no início dos anos 70, a redução drástica do potencial madeireiro e o pouco incentivo à agricultura, segundo afirmações de Klug & Dirksen (*op. cit.*), acentuaram a migração do meio rural. Isto não ocorreu somente em Rio do Sul, mas em toda a região. Nessa década, a madeira deixa, portanto, de ser a atividade econômica principal. Apontam ainda os autores que a população de Rio do Sul em 1950 era de 57.152 habitantes, com apenas 5.966 habitantes na zona urbana, maior portanto, que a atual população total do município (51.650 habitantes).

A partir de 1970 há um considerável aumento no número de indústrias e estabelecimentos comerciais. O impulso para isso foi devido, substancialmente, à pavimentação da BR 470 no final da década de 1960 e à melhoria dos meios de transporte rodoviários. Rio do Sul situa-se numa localização estratégica, em relação aos demais municípios da região. Além de centralizado, encontra-se exatamente no corredor de passagem proporcionado pela rodovia de ligação entre o litoral e a região oeste do estado.

Informações obtidas na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) mostram que, de 1970 a 1980, as empresas riosulenses que mais se destacaram foram as metalúrgicas, as madeireiras e as de artigos de vestuário. No período entre 1980 e 1989, o desenvolvimento no setor ligado à transformação de minerais não-metálicos, mobiliário, produtos alimentares e ao vestuário foi expressivo. Este último deu a Rio do Sul o título de “Cidade do Jeans” pelo destaque na produção de roupas a partir desse tecido.

Na última década, a indústria Riosulense também passou por uma verdadeira transformação no que tange à qualificação dos manufaturados, especialmente dos ligados à metalurgia. Muitas indústrias conseguiram o certificado ISO 9002⁴³, a exemplo da Metalúrgica Ciclo Ltda, responsável por 70% dos pedais e descansos para bicicletas utilizados no Brasil. Essa certificação fez Rio do Sul conquistar vários mercados, inclusive o externo, com seus produtos manufaturados, conforme pode ser observado no Quadro 2, que segue, relativo ao período de janeiro a abril de 2000.

Quadro 2 - Produtos e mercados da indústria de Rio do Sul.

| Indústria | País importador | Produto(s) |
|-----------------------------------|---|---|
| Metalurgia Riosulense S/A | Chile, Peru, Argentina, México, Uruguai e Equador | Válvulas, Guias de válvulas, Ponteiro hidráulico |
| Cerâmica Rainha, Ltda. | Argentina e Equador | Cumeeiras, Telhas esmaltadas e Lajotas coloniais. |
| Máquinas OMIL, Ltda | México, Chile e Argentina | Fresadura, Cepilhadora, Câmara de Sucção. |
| Indústria REX, Ltda. | Argentina e Uruguai | Parafusos, Barra roscada. |
| Ind. Agrocomercial CASSAVA, Ltda. | Argentina, Venezuela, Uruguai | Fécula de mandioca, Sacos de Papel e Amido de fécula. |

Fonte: Banco de Dados da ACIRS (2000).

⁴³ A *International Organization for Standardization* é uma organização não-governamental criada em 1947. A sigla "ISO" deriva do grego *isos*, que significa "igual", tais como "*isometric*" (dimensões iguais) e "*isonomy*" (igualdade das leis). É uma federação mundial existente em mais de 140 países que visa promover o desenvolvimento da standardização e de atividades relacionadas, facilitando as trocas internacionais dos bens e dos serviços, além da cooperação nas esferas da atividade intelectual, científica, tecnológica e econômica. O trabalho da ISO resulta em acordos internacionais, publicados como "Padrões Internacionais". A ISO 9002 refere-se a quesitos de qualidade industrial.

Atualmente, a economia riosulense está crescendo mesmo com todos os problemas enfrentados pela economia nacional, a exemplo das oscilações do câmbio, o desemprego e o aumento da carga tributária (ACIRS, 2001). Para referendar essa informação, dados da FIESC, relativos a 1997 e 1998, indicam que, dentre os 293 municípios de Santa Catarina, Rio do Sul era o 14º em arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). Pela Tabela 7, a seguir, percebe-se que em 1999, Rio do Sul teve uma evolução no *ranking* de arrecadação de ICMS, subindo de 14º em 1998, para 12º, estando entre os 20 municípios maiores arrecadadores do Estado de Santa Catarina, com quase 21 milhões de reais.

Tabela 7 – A arrecadação de ICMS em 20 municípios do Estado de Santa Catarina em ordem decrescente, no ano de 1999.

| <i>Nº / ordem</i> | <i>Município</i> | <i>Arrecadação</i> |
|-------------------|-------------------|----------------------|
| 1º | Florianópolis | 720.898.074,29 |
| 2º | Blumenau | 169.227.286,91 |
| 3º | Joinville | 165.073.006,93 |
| 4º | Jaraguá do Sul | 75.578.324,43 |
| 5º | Criciúma | 55.546.072,76 |
| 6º | Lages | 54.638.675,68 |
| 7º | Itajaí | 52.271.295,67 |
| 8º | São José | 50.251.323,27 |
| 9º | Brusque | 42.589.797,64 |
| 10º | Chapecó | 28.435.987,06 |
| 11º | Tubarão | 21.123.645,37 |
| 12º | Rio do Sul | 20.917.855,07 |
| 13º | São Bento do Sul | 20.786.633,77 |
| 14º | Gaspar | 15.775.410,61 |
| 15º | Caçador | 14.692.650,19 |
| 16º | Concórdia | 13.165.694,09 |
| 17º | Indaial | 12.859.172,33 |
| 18º | Timbó | 12.453.968,29 |
| 19º | Içara | 12.138.909,31 |
| 20º | Mafra | 10.548.953,62 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (2000).

Segundo Klug & Dirksen (*op. cit.*), Rio do Sul contava, no início da década de 1990, com 294 indústrias e 663 estabelecimentos comerciais, o que o qualifica como um pólo econômico da região. Esse aspecto, aliado à boa estrutura de órgãos públicos estaduais e federais torna-o a “Capital do Alto Vale”.

Conforme pode ser observado na Tabela 8, que segue, os dados tributários⁴⁴ do setor industrial/comercial cresceram significativamente, em todos os municípios vizinhos de Rio do Sul, com exceção de Aurora. Nesses mesmos municípios, a renda tributária gerada pela atividade agropecuária caiu em termos de percentual de participação, quando comparada à renda gerada pela atividade industrial/comercial. Rio do Sul apresentou a maior queda, reduzindo a participação agropecuária na movimentação tributária de um ano para o ano seguinte em quase 50%. Chama-se atenção para o fato de apenas dois municípios (Agronômica e Aurora) terem a agricultura como setor predominante. Nos demais, a indústria e o comércio têm maior participação, destacando-se Rio do Sul e Ibirama. A participação tributária do setor industrial/comercial, cresceu em média mais 25% de um ano para o outro, na maioria dos municípios, à exceção de Lontras. Desta maneira, evidencia-se uma crescente oportunidade no setor industrial/comercial em toda a região.

Tabela 8 - Comparativo Tributário entre o Setor Agropecuário e o Setor Industrial e Comercial de Rio do Sul e Municípios Vizinhos – Exercícios 2000/2001.

| Municípios | 2000 | | | 2001 | | | Diferença Participação Agropec. 2000/2001 % |
|------------|------------|-------------|------------------|------------|---------------|------------------|---|
| | Agrop. R\$ | Ind/Com R\$ | Partic. % Agrop. | Agrop. R\$ | Ind./Com. R\$ | Partic. % Agrop. | |
| Agronômica | 7.094.664 | 4.617.828 | 60,27 | 8.798.921 | 6.744.615 | 56,61 | -6,07 |
| Aurora | 10.935.74 | 3.944.717 | 73,49 | 12.070.25 | 3.418.235 | 77,93 | 6,04 |
| Ibirama | 2.620.996 | 56.957.736 | 4,40 | 2.635.675 | 71.245.079 | 3,57 | -18,86 |
| Laurentino | 5.957.617 | 9.621.359 | 38,24 | 6.962.453 | 13.733.593 | 33,64 | -12,03 |
| Lontras | 3.682.870 | 6.682.870 | 24,82 | 3.958.217 | 14.319.838 | 21,66 | -12,73 |
| Rio do Sul | 11.395.195 | 204.412.457 | 5,28 | 7.237.241 | 264.771.071 | 2,66 | -49,12 |

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda –SC, (2002). Adaptação ALVES, A. F.

Os estabelecimentos municipais por categoria de atividade maiores geradores de trabalho e renda, apresentados na Tabela 9 a seguir, é bastante significativo. O somatório desses estabelecimentos, conforme dados da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, já ultrapassavam a marca de 3.000 empreendimentos em 2001. O destaque se dá nos estabelecimentos comerciais (38,46%), seguidos do setor de serviços com 28,77% no que tange ao número total de estabelecimentos.

⁴⁴ Percentuais ou valores em reais referente aos impostos cobrados pela administração pública estadual. Neste caso, faz-se referências ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que incide diferenciadamente sobre os setores agropecuário e industrial/comercial.

Tabela 9 – Número de Estabelecimentos, por categorias de atividades, em Rio do Sul/SC 2001.

| <i>CATEGORIAS</i> | <i>Quantidade</i> | <i>%</i> |
|---|-------------------|---------------|
| Atividades de Profissionais Liberais | 191 | 5,78 |
| Cooperativa de Trabalho | 01 | 0,03 |
| Estabelecimentos Comerciais | 1.271 | 38,46 |
| Estabelecimentos Industriais | 431 | 13,04 |
| Prestadores de Serviços Pessoa Jurídica | 951 | 28,77 |
| Serviços Autônomos | 460 | 13,92 |
| TOTAL | 3.305 | 100,00 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio do Sul (2001).

Segundo a Divisão de Fiscalização de Tributos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, em janeiro de 2001, as oportunidades de trabalhos geradas por esses estabelecimentos comerciais, estavam assim distribuídas: 1.204 (10,1%) empregos eram em microempresas; 270 (2,3%) empregos em pequenas empresas; 8.750 (73,2%) empregos em médias e grandes empresas, especialmente no ramo industrial; e, 1.735 (14,5%) empregos em empresas prestadoras de serviços, totalizando 11.959 vagas. Existem ainda, sem uma estimativa oficial do município, diversos serviços terceirizados das indústrias da confecção, que tem como a principal atividade a das costureiras.

No decorrer dessa seção foram apresentados dados que auxiliam na compreensão de uma característica marcante da região: o da dupla-atividade de parte significativa das famílias rurais de Rio do Sul. O dinamismo industrial e comercial de Rio do Sul reforça a tese de que grande número de famílias rurais passou a atuar em atividades urbanas, sem necessariamente migrar para a sede municipal.

A demonstração, portanto, a partir desse conjunto de dados sobre a região e município, nos conduz ao tema da pluriatividade das famílias de agricultores. Na seqüência, tece-se algumas considerações acerca dessa tendência ocupacional regional e local.

3. O CARÁTER DA DUPLA-ATIVIDADE DAS FAMÍLIAS RURAIS

Como se viu no capítulo I, a noção de “dupla-atividade” foi interpretada inicialmente como um processo de diferenciação social em curso, que resultaria no desaparecimento dos agricultores que a praticassem. Desta forma, tratava-se de uma categoria em transição social, ambígua e provisória, que evoluiria para a proletarização dos “agricultores marginais”. Entretanto, Cazella e Mattei (2002b) salientam que estudos realizados nas décadas seguintes chamaram a atenção para a perenidade do fenômeno, que passa a ser vista como uma forma alternativa de trabalho para as populações rurais.

O crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural, traduziu-se num aumento do número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que já não estão mais exclusivamente relacionadas à produção agrícola. Os termos *part-time* e *pluriactivité* caracterizam a modalidade de dupla-atividade, ou seja, a prática de combinar trabalhos extra-agrícolas com atividades na propriedade agrícola. Esse processo dá ao agricultor um duplo caráter, o de empregado e de trabalhador por conta-própria, na agricultura e fora dela, simultaneamente. É portanto, aquele agricultor que tem um pé na agricultura e outro fora dela.

As mudanças no modelo de produção agrícola dos anos 60 na Europa – especialização e intensificação - provocaram a liberação de um grande contingente de mão-de-obra familiar, conforme descrição de Carneiro (1998). Para a autora, esta força de trabalho passou a se inserir no mercado industrial, ora como forma de sobrevivência pessoal dos envolvidos minimizando conflitos causados pela contradição entre projetos individuais e interesses coletivos, ora como forma de preservar no funcionamento da exploração agrícola por mais tempo, mesmo quando ela não era mais economicamente viável.

No Brasil, esta dinâmica ocupacional passou a ter mais espaço a partir da década de 1930, mediante o processo de industrialização ocorrido no país. A maioria das unidades agrícolas da época permaneceu fortemente ligada às tradições culturais dos colonizadores, mantendo toda a família na unidade de produção agrícola. Na região estudada, a necessidade de mão-de-obra para as indústrias fez com que grande parte da força de trabalho, ocupada até então na atividade agrícola, tivesse oportunidade de se engajar como operário nas indústrias nascentes. Surge então, na década seguinte, uma nova forma de unidade agrícola familiar, onde membros do grupo familiar passam a inserir-se em outras atividades econômicas.

Inicialmente, com o avanço das frentes “desbravadoras” na região, surgiu a possibilidade de desenvolvimento industrial, fruto da experiência européia desenvolvida no período pós-revolução industrial do século XIX. A partir da atividade madeireira houve uma forte movimentação econômica regional, gerando novas oportunidades de negócios. Surge então, a atividade têxtil, em meio a outras atividades ligadas à metalurgia e agroindústrias. Assim, alguns membros das famílias de agricultores se assalariaram nos trabalhos fabris, na maioria dos casos, em tempo parcial.

O surgimento da indústria têxtil, de fato, se dá a partir de 1914, com a crescente imigração européia decorrente do início da 1ª Guerra Mundial, passando de pequenas manufaturas para as indústrias em maior escala. O marco dessa fase ocorre no município de Blumenau, com o reaparelhamento da atividade industrial e comercial, voltadas a atender a demanda interna, especialmente da região sul do Brasil. Já por volta da década de 1960, a pujança industrial têxtil acabou ocupando espaços em torno das pequenas comunidades e cidades que iam surgindo no Vale do Itajaí. Posteriormente, estendeu-se pelo restante do vale, chegando a Rio do Sul.

Nesse município, percebe-se uma clara inserção de trabalhadores rurais em atividades urbanas. Isto é perceptível pelo grande tráfego de transporte coletivo rural-urbano-rural, principalmente no início e final de cada jornada de trabalho. No capítulo seguinte, a abordagem passa a ser sobre a comunidade escolhida para o trabalho de campo.

CAPÍTULO III

A COMUNIDADE DO BOM FIM E SEU VÍNCULO URBANO

Este capítulo apresenta a comunidade de estudo, abordando inicialmente as questões fisiográficas da comunidade: sua localização, aspectos físicos e características paisagísticas. Em seguida, trata da estrutura da comunidade no tocante aos serviços públicos e às características socioeconômicas das unidades agrícolas familiares.

É importante ressaltar que as informações e dados analisados neste capítulo foram coletados nos diferentes órgãos ligados de alguma forma a essa comunidade, a exemplo das Secretarias Municipais de Agricultura e de Saúde, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, CRAVIL, EPAGRI, CIDASC e CMDR. Neste sentido, foram realizadas entrevistas com profissionais de organizações governamentais e não-governamentais de apoio à agricultura, líderes políticos dos poderes executivo e legislativo, dirigentes de organizações profissionais agrícolas, associações de produtores e Conselheiros municipais.

Busca-se, com esta análise, demonstrar como a pluriatividade das famílias de agricultores articula-se com o caráter multifuncional da agricultura. Além disso esse pré-conhecimento da realidade da comunidade, a partir da atuação e informações de diferentes

instituições, demonstra o estreito vínculo das famílias rurais com o meio urbano. Na comunidade do Bom Fim a interação com a “cidade” é evidente, primeiro pela proximidade física, segundo pela estrutura de acesso aos serviços públicos, apontando inclusive a tendência em se constituir numa zona de refúgio da agitação urbana, com o surgimento de alguns sítios e chácaras de fim de semana de residentes urbanos.

1. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

A comunidade do Bom Fim, localizada na margem esquerda do Rio Itajaí do Sul, tem uma área de aproximadamente 10 km². Situada na zona sul do município, seus limites geográficos são ao sul com o município de Aurora, ao norte com a zona urbana de Rio do Sul (Bairro Sumaré/Rua Rui Barbosa), a oeste com a serra que a divide da Comunidade Ribeirão do Tigre e a leste com Rio Itajaí do Sul (Mapa 4).

A comunidade compõe parte do vale principal do Rio Itajaí do Sul, um dos afluentes formadores do Rio Itajaí-Açú. Esse vale possui as características topográficas típicas das “valadas”, com a presença de córregos que deságuam diretamente no Rio Itajaí-Açú. Ou seja, estreita faixa de terra relativamente plana que acompanha o traçado adjacente dos rios e ribeirões, entre a serra, de forma semelhante às demais valadas (São Paulo, Itoupava e Canoas).

Na região e igualmente na comunidade é notória a ação do homem sobre o ambiente natural, o que acabou contribuindo para uma profunda transformação da paisagem natural. As atividades agrícolas foram o fator de maior interferência no meio ambiente e, conseqüentemente, na paisagem de toda a região.

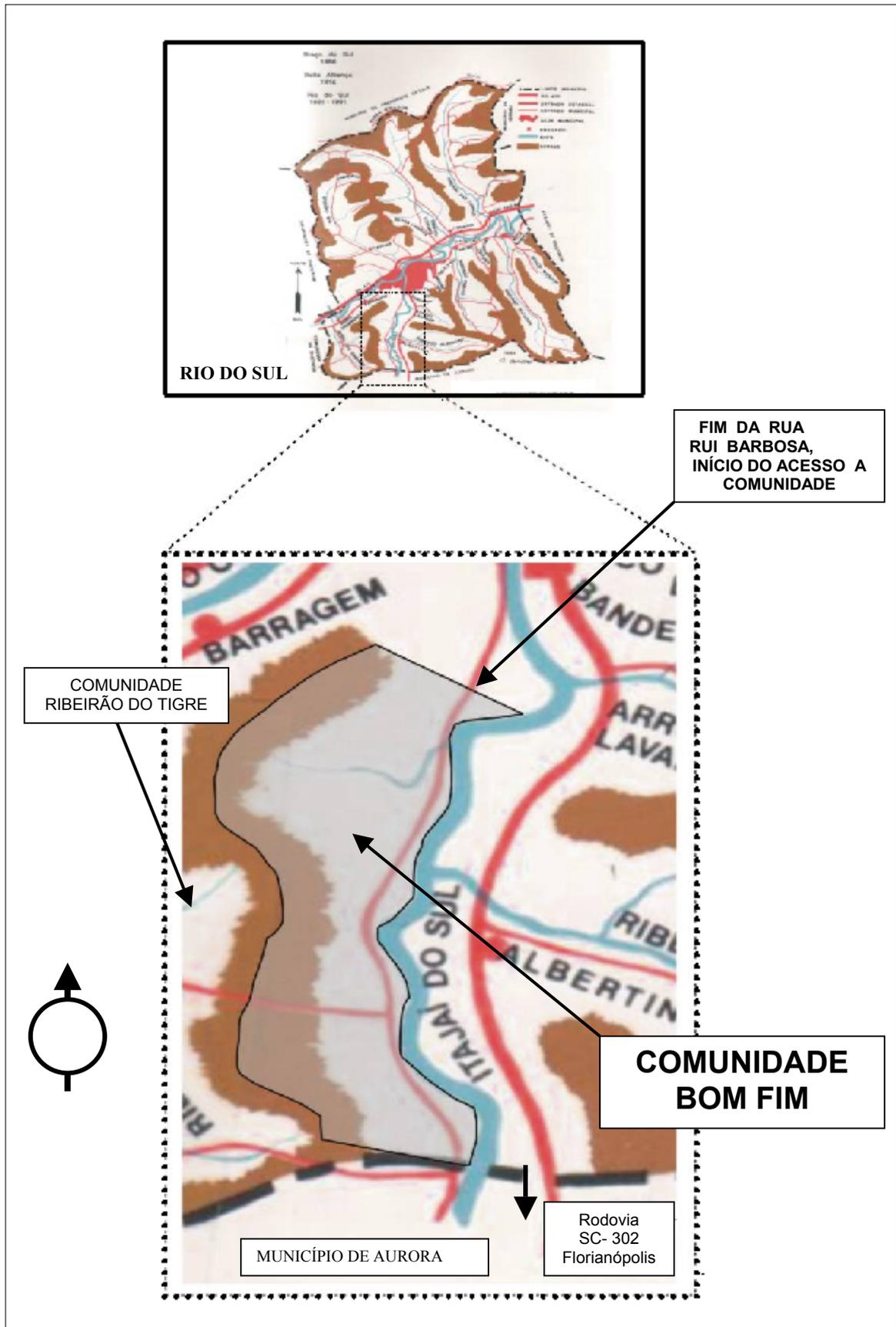
A característica que predomina atualmente é de uma comunidade que teve, ao longo das últimas quatro décadas, uma expressiva produção agrícola, percebida pela pouca presença de remanescente de mata nativa na maioria das unidades de produção agrícolas. Restam algumas áreas com matas somente na parte mais alta das propriedades, em geral, na fronteira com a comunidade do Ribeirão do Tigre, exatamente na serra que divide as duas comunidades. Além disso, nas propriedades onde a topografia é mais acidentada, sobretudo nas partes mais elevadas, percebe-se uma tendência a se voltar para a exploração florestal. Observam-se áreas de reflorestamento, mesmo pequenas, com pinus e eucalipto, que atendem a demanda local de lenha para as estufas de fumo e de madeira utilizada em instalações rurais.

A exemplo do ocorrido na região, as culturas agrícolas, primeiro da mandioca e, posteriormente, do fumo, ocuparam a maior parte das terras da comunidade, até o final dos anos 1980. Essas atividades, segundo alguns entrevistados e dados estatísticos, exigiram a abertura de novas áreas, gerando, desde muito cedo, a retirada das florestas nativas, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

No entanto, ao longo da última década, a mudança da paisagem tem sido em decorrência do recuo das culturas agrícolas, que tem cedido espaço à atividade pecuária, especialmente a de corte. O que se percebeu, inicialmente, é que estas áreas de pastagens são predominantes nos estabelecimentos em que seus membros executam outras atividades fora da unidade, caracterizando o que denominamos de agricultores pluriativos. Outra justificativa para este fato, preliminarmente apontada pelos entrevistados dos diferentes órgãos contatados está no desestímulo dos preços dos produtos agrícolas, somado aos problemas de solo e de comercialização da produção.

Em relação ao meio ambiente percebe-se problemas de erosão na maioria das propriedades da comunidade, certamente em decorrência de uma agricultura mal conduzida. Outra situação verificada é a escassez de fontes de água, na maioria das unidades. Mesmo que a comunidade seja margeada por um rio, a água para a manutenção das propriedades é escassa. Há apenas um pequeno córrego que corta um estabelecimento agrícola (ver Mapa 4), que reduz seu fluxo em períodos de estiagem. As poucas nascentes d'água nas unidades que ficam próximas ao topo da serra, não suprem a demanda para o consumo humano e para as atividades agrícolas.

Mapa 4 - Mapa de Rio do Sul, com detalhe ampliado da comunidade Bom Fim.



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio do Sul. (1991).
Adaptação: ALVES, A. F.

No item seguinte apresentamos um histórico sobre o surgimento da Comunidade Bom Fim. As informações foram obtidas junto aos moradores da comunidade, já que não existem documentos oficiais sobre a mesma.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

As informações preliminares colhidas junto aos residentes da Comunidade Bom Fim, principalmente entre os mais antigos, dão conta que a comunidade foi ocupada a partir da década de 1920. Não se sabe ao certo o ano da instalação dos primeiros proprietários. A informação é de que o primeiro morador, da família Schulze, oriundo da região de Blumenau, adquiriu uma área de terra na margem esquerda do Rio Itajaí do Sul. Posteriormente, a atual área da comunidade foi dividida em novos lotes, que foram adquiridos por novos imigrantes que chegavam a região.

Nessa época já havia a Comunidade do Ribeirão Albertina (a margem direita do Rio Itajaí do Sul), onde passava uma estrada acompanhando o leito do referido rio. Esta estrada ligava Bela Aliança (atual Rio do Sul) ao povoado de Catuíra (município de Alfredo Wagner). Era uma das rotas de tropeiros oriundos do Planalto Sul de Santa Catarina, que traziam gado para a região do Vale do Itajaí. A partir desta comunidade ocorreu a ocupação do outro lado do rio, dando origem a atual Comunidade Bom Fim. O acesso dos primeiros ocupantes ocorria somente pela travessia do rio.

Um acesso terrestre à comunidade foi aberto em 1927. Nele passavam, inicialmente, apenas animais cargueiros (mulas). O acesso principal continuou sendo de fato através do rio, onde os moradores utilizavam pequenas bateiras (botes) para a travessia. A melhoria do acesso terrestre deu-se em 1966, quando o caminho foi alargado, permitindo, ainda que de forma precária, o tráfego de veículos. Informações são de que, por iniciativa dos moradores, foi construída uma ponte pênsil sobre o Rio Itajaí do Sul, ligando a comunidade com a estrada de melhor trafegabilidade. Esta ponte, a princípio, era somente para pedestres. Em 1983, após ser danificada pela grande enchente que assolou toda a região Vale do Itajaí, foi reestruturada pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, permitindo a partir daí a passagem a veículos leves.

Até o final da década de 1920, poucos eram os ocupantes do local, em decorrência dos constantes enfrentamentos com a população silvícola. Contam alguns residentes, que seus antepassados enfrentaram muitos ataques de “bugres”. As afirmações foram de que esta

população de nativos cercava as residências, saqueando alimentos e roupas. Muitos moradores até adotavam o costume de deixar alimentos distante das residências, em áreas ainda não desmatada, no sentido de tentar uma convivência mais amistosa com os indígenas. Tentavam, dessa maneira, evitar trágicos conflitos, muitas vezes com mortes de ambos os lados. Com isso, esses acontecimentos fizeram diminuir o interesse pelas terras da margem esquerda do rio, retardando a ocupação da atual área da comunidade. Somente entre as décadas de 1940 e 1950, começaram a se instalar novos colonos oriundos de outras regiões. Muitos moradores descendem de famílias vindas da região do planalto, especialmente da região de Bom Retiro do Sul e Urubici. Outros são descendentes de comunidades da região, ocupadas anteriormente, como Bela Aliança, Matadouro e Lontras.

Até 1982, a comunidade tinha sua vida totalmente ligada a Comunidade Albertina, que possuía uma melhor estrutura. Nessa época, os residentes da margem esquerda do Rio Itajaí do Sul, organizados através da Associação dos Moradores, pressionaram a Prefeitura de Rio do Sul por melhorias na estrada, capaz de minimizar as dificuldades que enfrentavam no escoamento da produção agrícola. Fruto dessa mobilização fez surgir a denominação atual da comunidade, que até então era chamada simplesmente de “lado esquerdo da Albertina”. O empenho dessa associação junto ao poder público possibilitou, também, a vinda de outros benefícios à comunidade, como rede de energia e de água tratada. Segundo opinaram muitos moradores, somente em meados da década de 1980 a comunidade passou a ser mais bem reconhecida pelas autoridades locais de Rio do Sul.

No item seguinte apresenta-se a infraestrutura de serviços disponível na comunidade e a estrutura fundiária dos estabelecimentos agrícolas, visando identificar, preliminarmente, as diferentes formas de reprodução econômica das unidades agrícolas familiares da comunidade.

3. ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA COMUNIDADE

Cabe destacar, inicialmente, a contribuição das informações aportadas pela agente de saúde que atua na comunidade e de algumas lideranças locais para a elaboração deste capítulo. Dados da Prefeitura de Rio do Sul, através da Secretaria Municipal de Saúde, revelam que, atualmente, 61 famílias residem na comunidade.

Bom Fim possui uma boa via de acesso em estrada de terra, a partir do final da pavimentação da Rua Rui Barbosa, Bairro Sumaré. Esse acesso municipal às propriedades

rurais – estrada do Bom Fim – atinge a divisa com o município de Aurora, com uma extensão de 6 Km.

Ligando a comunidade à cidade há uma linha regular de transporte coletivo, que trafega no início do turno matutino e no final do turno vespertino, atendendo principalmente os moradores que possuem atividades diárias na zona urbana. Ainda em termos de ligação externa existe o serviço de transporte escolar, feito pela Secretaria Municipal de Educação do Município, responsável pelo atendimento dos alunos da rede pública municipal de ensino.

Toda a comunidade é servida de energia elétrica e, pelo menos, 80 % das unidades familiares possuem telefone. Ao longo da rede telefônica, com cerca de cinco quilômetros de extensão, existem quatro telefones públicos, demonstrando a existência de uma boa infraestrutura de serviços, pouco comum em comunidades rurais de outros municípios da região.

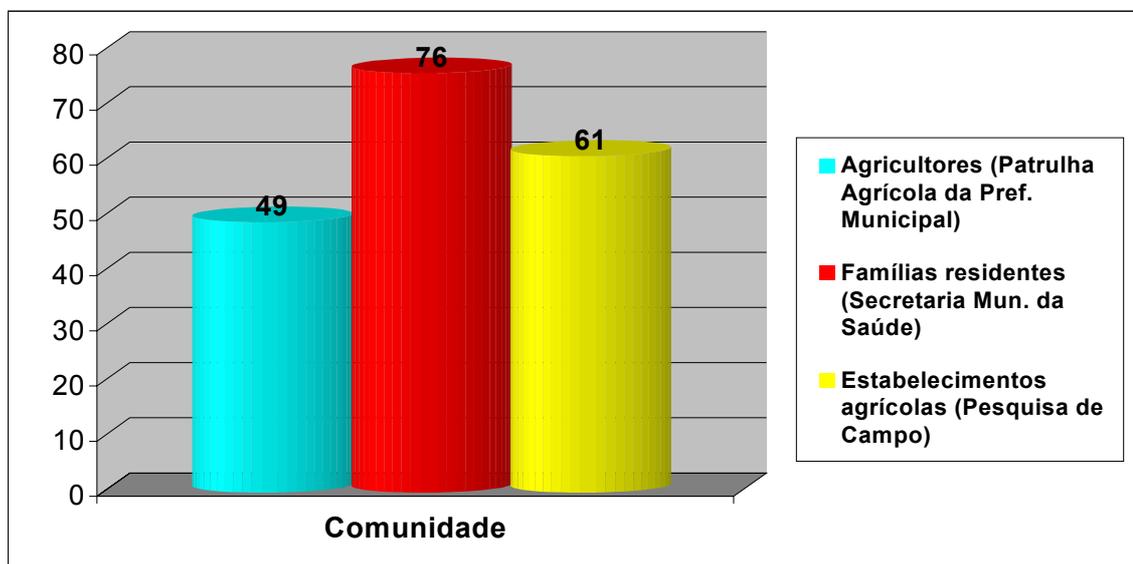
Outros serviços públicos estão presentes na comunidade, tais como: a) o abastecimento d'água; b) a coleta de lixo; e, c) a assistência técnica agropecuária. O abastecimento público d'água é de responsabilidade da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), estando disponível em pelo menos 50% da comunidade, com mais de três quilômetros de rede. O serviço de coleta de lixo, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, é realizado uma vez por semana. A assistência técnica aos agricultores é prestada pela Secretaria Municipal de Agricultura que, através da patrulha agrícola, realiza sazonalmente serviços de preparo e conservação de solos, plantio e colheita, principalmente da cultura do milho. Além disso, essa Secretaria presta serviços de assistência veterinária aos agricultores, através de atendimentos clínicos e de inseminação artificial do rebanho leiteiro. Há ainda ações na elaboração de projetos de financiamento agrícola, na orientação técnica e vigilância sanitária animal, realizado respectivamente pela EPAGRI e CIDASC, junto a alguns agricultores.

Os habitantes de Bom Fim mantêm uma estreita relação com a Comunidade Albertina, localizada do outro lado do rio. Isso ocorre devido a uma melhor infraestrutura presente em Albertina que, além do acesso pavimentado pela rodovia SC - 302, possui outros serviços inexistentes na comunidade de estudo, tais como: posto de saúde, comércio, clube social e igreja. Esse tipo de acesso é facilitado por duas pontes pênséis, ao longo dos 6 Km de extensão do Rio Itajaí do Sul. Uma dessas pontes serve de tráfego para veículos leves.

Da mesma forma, há uma estreita convivência com a comunidade Barra de Strëy, localizada na divisa sul, com o município de Aurora. Justifica-se esta forte ligação devido à organização interna dessa comunidade, que oferece maiores condições no que diz respeito ao lazer, possuindo inclusive uma associação de agricultores relativamente estruturada. O intercâmbio com essa comunidade se explica, também, pelas condições de acesso e proximidade. Até o centro da cidade de Aurora são menos de três quilômetros através de ponte de alvenaria e estrada pavimentada.

Dados iniciais, obtidos junto à Secretaria da Agricultura de Rio do Sul, através do cadastro de serviços da Patrulha Agrícola, dão conta que em 1999 existiam 49 agricultores na Comunidade Bom Fim. Os dados coletados junto a Secretaria Municipal de Saúde, através da agente de saúde local demonstram a existência de 76 famílias. Explicação para a diferença entre os dados desses órgãos está no fato de que a Secretaria Municipal de Saúde considera todas as famílias residentes, não levando em conta se estas estão no mesmo estabelecimento agrícola. Isto de fato foi observado nos primeiros contatos com a comunidade, quando se verificou que muitos estabelecimentos possuíam também as residências dos filhos que constituíam suas famílias, mas não têm mais vínculo com o estabelecimento agrícola. No entanto, a partir desse cadastro e do trabalho junto aos agricultores, identificou-se 61 estabelecimentos agrícolas familiares, conforme demonstrado do Gráfico 1, a seguir. O fato é que os dados da agente municipal de saúde estavam desatualizados, pois se tratavam de fichas cadastrais do ano de 2000. Esta informação, portanto, não possibilitou evidenciar preliminarmente a existência recente da venda ou divisão de lotes para novos proprietários, que viesse a conformar o número real de estabelecimentos.

Gráfico 1 – Tipificação numérica das unidades agrícolas familiares da comunidade Bom Fim.



Informações complementares coletadas junto a algumas lideranças locais, especialmente aquelas mais idosas, dão conta que houve uma diminuição na área média dos lotes ao longo dos anos. Essa redução ocorreu sobretudo na década de sessenta, quando os primeiros colonizadores iniciaram o processo sucessório familiar.

Dados do IBGE (1995) apontam que o tamanho dos lotes realmente diminuiu de forma expressiva, sendo que pouco mais de 80% tem área inferior a 20 hectares. O Quadro 3, a seguir, demonstra um elevado percentual de estabelecimentos (21,31%) com área inferior a 2,0 hectares. Esses estabelecimentos se encontram, principalmente, numa pequena faixa de terra entre a margem do Rio Itajaí do Sul e a estrada de acesso à comunidade. Tratam-se de lotes que foram adquiridos para moradia ou atividades agrícolas e de lazer nos finais de semana. Essas áreas, em sua maioria, não se encontram devidamente legalizadas, pois apresentam um tamanho inferior ao módulo rural definido pela Prefeitura de Rio do Sul, que é de 3,0 hectares. A maioria delas possui cerca de 2.000 m², sendo consideradas pela Prefeitura terrenos urbanos, já que para serem caracterizadas como rurais teriam que possuir o tamanho mínimo de três hectares⁴⁵. De um total de 13 unidades com até 2,0 hectares, sete famílias habitam nessa faixa de terra localizada entre a estrada e o rio de forma permanente. As seis unidades restantes são residências secundárias, em áreas desmembradas dos estabelecimentos. Além do risco de cheias, essa zona é classificada como Área de Preservação Permanente (APP)⁴⁶. Os antigos proprietários dessas áreas deixaram de utilizá-las nos últimos 10 anos, vendendo-as especialmente para “moradores” que apenas residem no local.

⁴⁵ Esta informação foi obtida junto ao Setor de Cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, que normatiza e fiscaliza os imóveis, enquadrando-os como rural ou urbano. Neste aspecto, há uma polêmica em relação a essas áreas, na qual a Prefeitura Municipal defende inclusive a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), alegando a prestação dos serviços urbanos como coleta de lixo, iluminação pública, etc.

⁴⁶ A *Lei nº 4.477, de 15 de setembro de 1965*, que instituiu o *Código Florestal*, em seu “Art. 2º considera de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: 1- de 30 (trinta) metros para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura; 2- de 50 (cinquenta) metros para os cursos d’água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (*Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989*); (...), assim como em seu “Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas: a) atenuar a erosão das terras; (...); f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção; (...)”; Esta Lei foi complementada pela *Lei nº 7.745 de 14 de abril de 1989*, que estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências, que em seu “Art. 2º Para os fins do disposto no artigo anterior, será constituída, nas nascentes dos rios, uma área em forma de paralelograma, denominada Paralelograma de Cobertura Florestal, na qual são vedadas a derrubada de árvores e qualquer forma de desmatamento,” bem como em seu § 1º Na hipótese em que, antes da vigência desta Lei, tenha havido derrubada de árvores e desmatamento na área integrada no Paralelograma de Cobertura Florestal, deverá ser imediatamente efetuado o reflorestamento, com espécies vegetais nativas da região.

Quadro 3 – Número de estabelecimentos agrícolas da comunidade do Bom Fim - Rio do Sul-SC, por grupo de área e percentual de ocorrência, em 2000.

| <i>Grupos de área (ha)</i> | <i>2000</i> | |
|--------------------------------|---------------|---------------------|
| | <i>Número</i> | <i>% Ocorrência</i> |
| Até 02 | 13 | 21,3 |
| 02 menor 10 | 21 | 34,4 |
| 10 menor 20 | 15 | 24,6 |
| 20 menor 50 | 10 | 16,4 |
| 50 e mais | 02 | 3,3 |
| Total | 61 | 100 |

Fonte: Dados Cadastrais da Agente Comunitária de Saúde e Pesquisa de Campo.

Em relação a esses “moradores” é importante salientar, segundo informações da agente de saúde local, que se tratam, em sua maioria, de famílias que têm atividades remuneradas na zona urbana. Informações complementares dão conta que a maioria desses moradores tem apenas um contrato de compra e venda dessas áreas com os antigos proprietários, não possuindo escritura pública. Nesses lotes percebeu-se a manutenção de hortas e de pequenas criações (aves), sendo a produção de leite e frutas, praticamente inexistentes.

No tópico seguinte será analisado o perfil socioeconômico das famílias da comunidade Bom Fim, considerando-se, também as situações dos “moradores”.

4. A PLURIATIVIDADE AGRÍCOLA DAS FAMÍLIAS

As diferentes formas de atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias da comunidade podem ser divididas em três grupos: a) atividades agrícolas, nas quais todos os integrantes do grupo familiar se dedicam com exclusividade; b) atividades agrícolas associadas a outras atividades econômicas, tanto internas na comunidade, como no meio urbano; e, c) atividades que não têm nenhuma ligação com a agricultura, sendo os membros do grupo familiar, moradores locais. Isso demonstra, inicialmente, uma grande heterogeneidade das ocupações remuneradas dos membros das unidades familiares, com uma forte presença de atividades externas às unidades agrícolas familiares.

Segundo dados levantados junto à agente comunitária de saúde, o trabalho externo não-agrícola compreende 75,4% das famílias. Em números absolutos, 46 famílias possuem um ou mais membros desenvolvendo a tempo integral, ou a tempo parcial, atividades remuneradas para terceiros ou ainda como autônomos, tanto na área rural quanto na área urbana. Outro fato relevante é que quase a metade das famílias (49,2%) possui pelo menos um aposentado ou pensionista, contribuindo para o incremento da renda familiar. O Quadro 4, a seguir, sistematiza esses dados gerais referentes às famílias da comunidade.

Quadro 4 - Dados gerais das famílias da comunidade Bom Fim.

| <i>Descrição</i> | <i>N^o</i> | <i>%</i> |
|--|----------------------|----------|
| População | 256 | --- |
| Total de famílias | 61 | --- |
| Famílias com aposentados/pensionistas | 30 | 49,2% |
| Total de aposentados/pensionistas | 48 | 18,7% |
| Famílias com trabalho externo | 46 | 75,4% |
| Total de trabalhadores externos | 77 | 30,1% |

Fonte: Cadastros da Secretaria Municipal de Saúde e entrevista com a Agente Comunitária de Saúde.

Em relação aos aposentados e pensionistas, o cadastro da agente de saúde demonstra que se tratam, em sua maioria, de benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo. No entanto, não foi possível identificar se esses benefícios são decorrentes de trabalhos não-agrícolas ou não. Esse aspecto será verificado pela amostragem do trabalho de campo apresentada no capítulo seguinte.

Dentre as ocupações remuneradas não-agrícolas, as atividades urbanas de empregados no comércio e empresas prestadoras de serviços⁴⁷ são as mais frequentes (24% das famílias), num total de 21 pessoas ocupadas, representando 27,3% de toda a população com trabalho externo. As demais ocupações não-agrícolas identificadas são as seguintes: trabalhadores na indústria têxtil (6,5%); trabalhadores na indústria metal-mecânica (19,4%); prestadores autônomos de serviços de eletricitas, pedreiros, jardineiros (19,4%);

⁴⁷ As empresas prestadoras de serviços são escritórios de contabilidade, auxiliares em serviços educacionais, clínica médica, escritório de advocacia, etc.

trabalhadores em serviços públicos de educação e saúde, trabalhadores eventuais como diaristas rurais, safristas (8,7%) e diaristas domésticas (13,1 % das famílias).

Na comunidade, contrariando as informações secundárias obtidas nos órgãos oficiais (ACIRS, Prefeitura Municipal), a maioria dos trabalhadores não está ligada à cadeia da indústria têxtil. Percebe-se que as atividades ligadas ao comércio, à prestação de serviços e no ramo da indústria metal-mecânica são predominantes. Durante o trabalho de campo foi possível identificar outras atividades que não constavam dos cadastros dos serviços de saúde, tais como: trabalhadores num abatedouro de bovinos (02), zelador de uma igreja (01), prestador de serviços com máquinas em colheita florestal (01) e caminhoneiro (01). O Quadro 5, a seguir, apresenta as principais ocupações externas das famílias.

Quadro 5 - Ocupações externas das famílias e número de pessoas ocupadas por ramo de atividade.

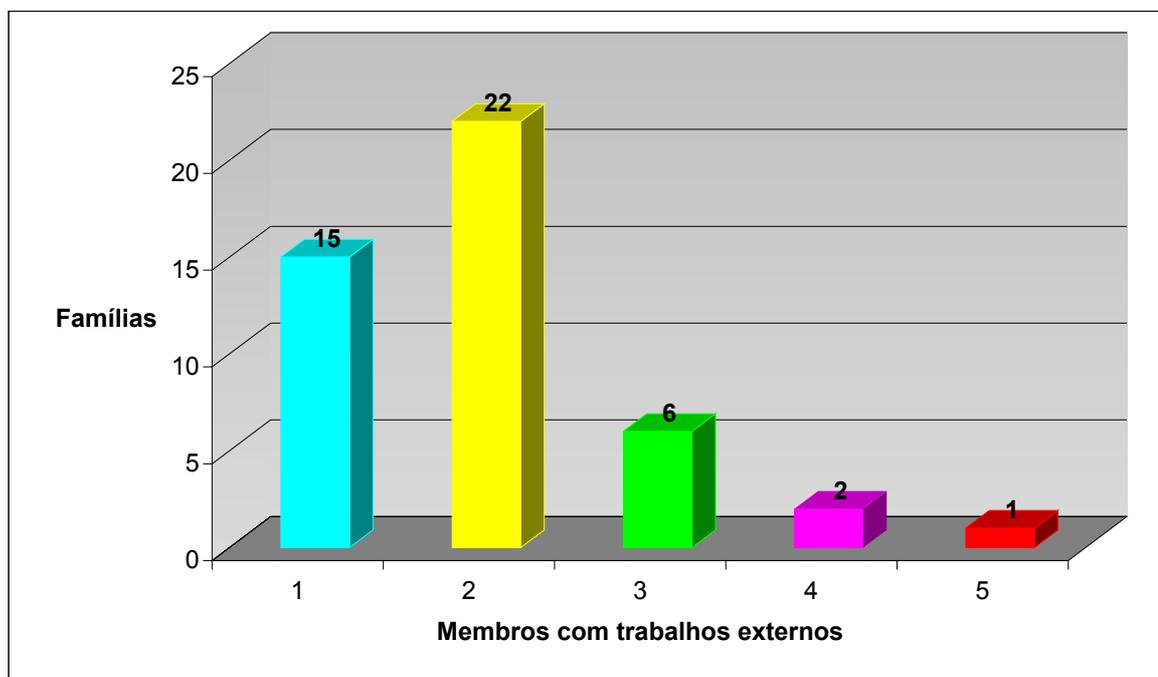
| <i>Ocupação</i> | <i>Famílias</i> | | <i>Pessoas Ocupadas</i> | |
|---|-----------------|------------|-------------------------|------------|
| | <i>Nº</i> | <i>%</i> | <i>Nº</i> | <i>%</i> |
| Indústria têxtil (tecelãs, costureiras) | 03 | 6,5 | 05 | 6,5 |
| Indústria Metal-mecânica (torneiro mecânico, ferreiro) | 09 | 19,6 | 12 | 15,6 |
| Atividades Urbanas (comerciários, frentistas) | 11 | 23,9 | 21 | 27,3 |
| Serviços autônomos (eletricista, jardineiro, pedreiro) | 09 | 19,6 | 15 | 19,5 |
| Serviço público (educação, saúde) | 04 | 8,7 | 07 | 9,0 |
| Serviços eventuais (diaristas rurais, safristas) | 04 | 8,7 | 06 | 7,8 |
| Serviços gerais urbanos (diaristas domésticas) | 06 | 13,0 | 11 | 14,3 |
| Total | 46 | 100 | 77 | 100 |

Fonte: Entrevista com a Agente Comunitária de Saúde.

Em relação às 46 famílias que possuem um ou mais membros com trabalhos externos procurou-se saber o grau de importância dessas atividades na constituição da renda familiar. Os dados fornecidos pela agente de saúde indicam, não só pelo número de famílias, mas pelo número de membros pluriativos em cada uma delas, que a renda dos trabalhos externos são certamente relevantes nas estratégias de reprodução familiar. No tocante ao número de pessoas ocupadas por família, observou-se que vai do individual (quinze famílias) a cinco membros (uma família). No entanto, a maioria dessas famílias (37) possui de um a

dois membros, representando 81% do total de famílias pluriativas, como demonstra, a seguir, o Gráfico 2. Quase a metade dessas famílias (48%) possui dois membros com trabalho externo, normalmente um dos pais e um(a) filho(a) adulto(a).

Gráfico 2 – Número de famílias segundo o número de membros com trabalhos externos remunerados.



Fonte: Pesquisa de Campo

Esses dados gerais da comunidade serão aprofundados com a pesquisa de campo, junto a uma amostragem de famílias da comunidade. Num primeiro momento, o propósito maior consistiu em destacar a importância do trabalho não-agrícola na reprodução do grupo familiar.

No capítulo seguinte, os dados de campo referente à dinâmica econômica de reprodução das unidades familiares pesquisadas têm o intuito de analisar a formação da renda total do grupo familiar. Pretende-se demonstrar, sobretudo, o grau de importância econômica da agricultura numa zona onde os setores industrial e comercial são hegemônicos.

CAPÍTULO IV

AS DIFERENTES FONTES DE RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os dados da pesquisa de campo realizada junto a 21 unidades agrícolas familiares (34,4%) da comunidade Bom Fim. Pretende-se explorar a dimensão multifuncional da agricultura familiar, a partir das peculiaridades locais.

Nossa intenção principal consiste em analisar a pluriatividade das famílias de agricultores, na ótica da multifuncionalidade da agricultura. Ou seja, perceber que apesar da importância das atividades remuneradas externas, a agricultura permanece desempenhando o papel, não menos importante, de manutenção da unidade do grupo familiar. Uma atenção especial foi dada às questões da renda no processo de reprodução familiar, procurando demonstrar o grau de importância econômica das atividades agrícolas em comparação às não-agrícolas.

1- DINÂMICA ECONÔMICA E DE REPRODUÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

A análise das atividades econômicas das famílias pesquisadas foi realizada a partir dos seguintes pontos: 1.1) situação legal e formas de utilização das terras; 1.2) a força de trabalho utilizada nas unidades e o apoio creditício e técnico; 1.3) produção para autoconsumo e comercialização de produtos agropecuários; 1.4) composição da renda e ocupação dos membros da unidade familiar.

1.1. Situação legal e formas de utilização das terras

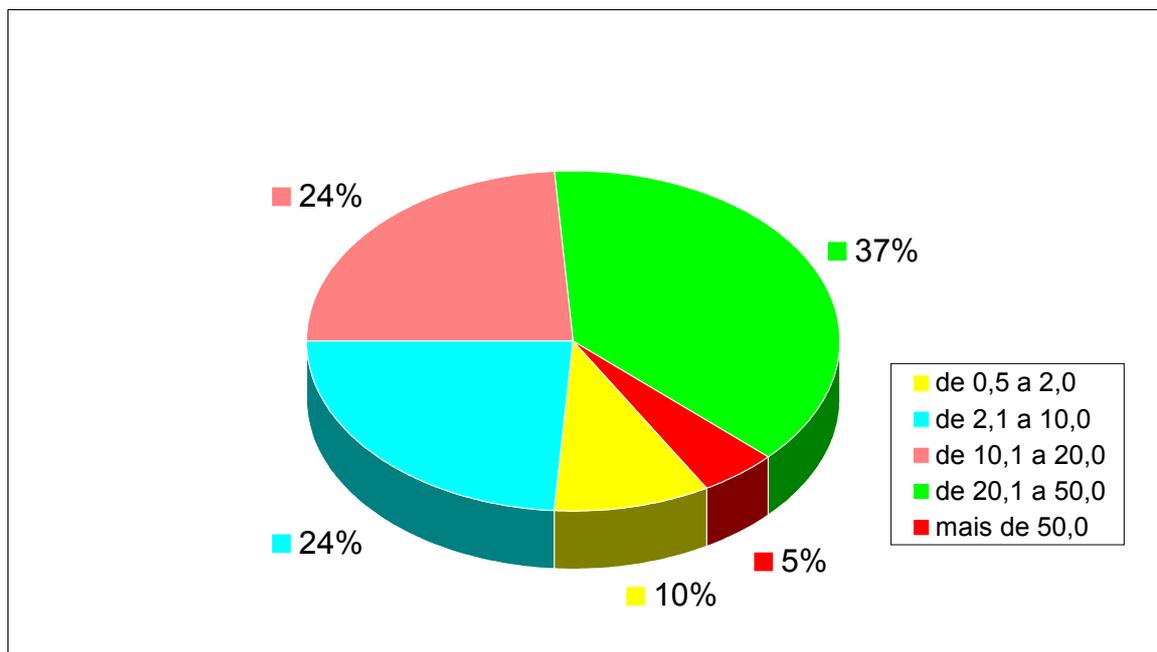
Em relação à condição legal da terra, verificamos que as 21 unidades familiares que compuseram nossa amostra de pesquisa detêm o título de propriedade. Dessa amostra, 13 entrevistados (62%) informaram possuírem posse legal há pelo menos 20 anos. Os demais (38%) têm posse legal entre 5 e 15 anos. Quanto à forma de aquisição, 10 entrevistados (48%) adquiriram através de compra de parentes ou vizinhos, sendo que as outras 11 famílias (52%) declararam terem sido beneficiados pela herança. Verificou-se também, que, nos últimos dois anos, 3 agricultores venderam parte de suas áreas, representando 14,3% do total de unidades pesquisadas. Dessas áreas, duas foram negociadas com vizinhos da comunidade, que ampliaram suas unidades, e uma foi vendida para morador oriundo do meio urbano.

O relato da maioria dos entrevistados foi de que, normalmente, a área original era transmitida para um dos herdeiros, em geral aquele que mais se identificava com a atividade agrícola, visando a manutenção do patrimônio familiar. Uma justificativa lógica para a diminuição de algumas áreas foi o traçado da estrada vicinal, que dividiu a maioria dos estabelecimentos agrícolas.

No conjunto, os estabelecimentos pesquisados se caracterizam por unidades agrícolas pequenas, cuja força de trabalho é familiar. A prova disso não só está no tamanho delas, mas na forma de transmissão, onde a maioria dos proprietários as adquiriu a partir de herança familiar.

O Gráfico 3, a seguir, demonstra que 37% dos entrevistados, totalizando 08 unidades, possuem entre 20,1 e 50,0 hectares. A amostragem apresenta 05 unidades (24%) no extrato entre 2,1 a 10 hectares e outras cinco unidades entre 10,1 a 20 hectares. Juntas, essas unidades representam quase a metade do total das unidades pesquisadas, com área inferior a 20 hectares. Duas unidades (10%) apresentam tamanho entre 0,5 e 2,0 hectares e apenas uma tem área superior a 50,0 hectares. Essas situações representam casos extremos em relação à média das propriedades da comunidade, que é em torno de 18,5 hectares. Das 21 unidades levantadas, apenas cinco (24%) têm área superior a 25 hectares. Tratam-se de propriedades orientadas para a atividade de pecuária de corte, que normalmente exige uma maior área de exploração. As informações ainda dão conta que a ampliação dessas áreas ao longo das duas últimas décadas deu-se através da compra, de partes das propriedades, entre vizinhos. Isto vem referendar dados mencionados no Capítulo I, em relação a Rio do Sul, que teve a diminuição numérica, total e por extrato de área, de seus estabelecimentos agrícolas.

Gráfico 3 – Percentual de estabelecimentos por extrato de área em hectare.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

A área destinada à atividade agrícola diminuiu nos últimos cinco anos, sendo que muitas delas encontram-se em formação de capoeira. Essa situação, de acordo com um dos entrevistados, está associada ao declínio do cultivo do fumo: “...*todos por aqui, [...] a maioria tinha estufa de fumo; umas vinte cinco estufa, hoje tem só uma tocando...*” (agricultor J. S.).

Atualmente, a cultura do fumo está presente em apenas uma unidade familiar da comunidade, que se encontra na amostra, a qual utiliza todo o aparato de assistência e tecnologias preconizado pelas fumageiras. Verificou-se, no entanto, que a olericultura vem ampliando seu espaço, com destaque para a produção agroecológica de hortaliças, realizada em duas propriedades da comunidade, também, incluídas na amostra da pesquisa. Uma delas possui vínculo junto a uma associação de produtores denominada *Agricultura Libertà Vita* (AGRIVITA)⁴⁸, tendo inclusive “selo de origem”⁴⁹.

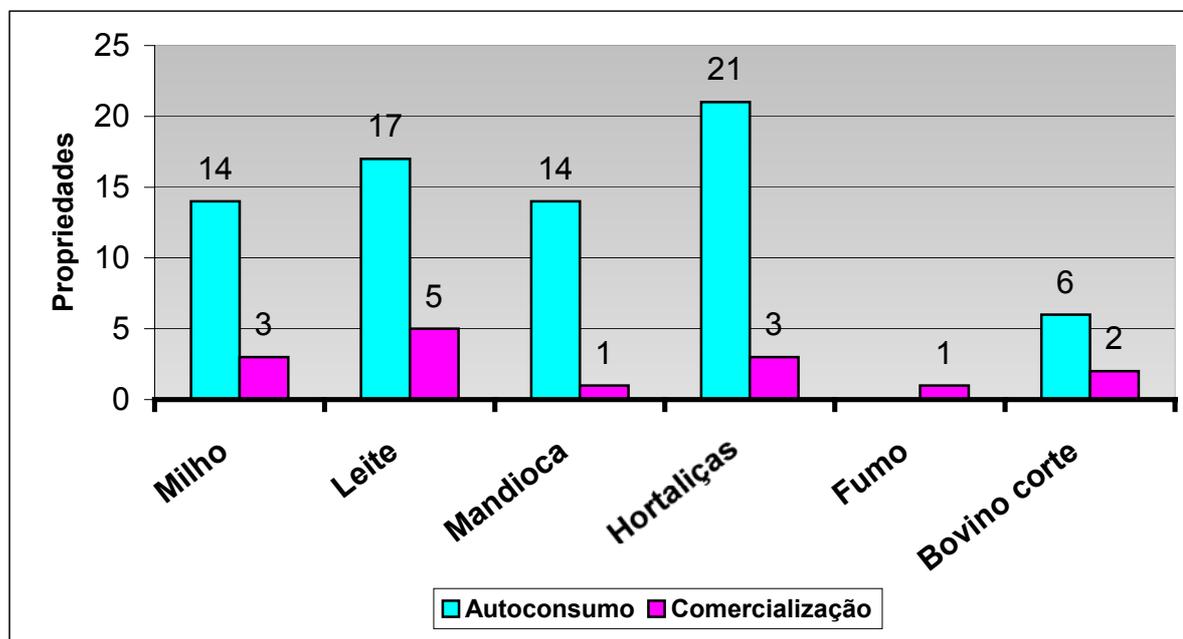
⁴⁸ Essa associação possui denominação em italiano por ter surgido numa comunidade rural denominada “valada” São Paulo, onde a grande maioria dos colonizadores eram provenientes da Itália.

⁴⁹ A Lei Estadual nº 12.117, de 07 de janeiro de 2002, aprovou a criação de selos de qualidade e de origem. Dentre os tipos de selos criados, destacam-se os da *Agricultura Orgânica* (ORG), que serve para identificar os produtos agrícolas ou os alimentos obtidos em sistema orgânico de produção, sem a utilização de aditivos químicos de síntese ou sintéticos e dos *Produtos de Origem Familiar* (FAM), que identificam os produtos agrícolas ou alimentos de elevado padrão de qualidade, produzidos totalmente de forma artesanal.

Apenas uma família, da amostra e da comunidade, se dedica de forma exclusiva à silvicultura. São 15 hectares de área plantada com pinus, ainda em fase de crescimento, numa propriedade de 30,1 hectares. Nessa unidade existe uma estrutura completa para as atividades de produção de aves de corte e suínos, ambas nos moldes preconizados pelos complexos agroindustriais, mas que se encontram desativadas.

Em relação à utilização das terras com atividades produtivas destacam-se os cultivos de milho e de mandioca em 14 unidades de produção (67%). As áreas de pastagem estão presentes em 17 propriedades (81%), que se dedicam, em maior ou menos grau, à atividade leiteira. No Gráfico 4, a seguir, é apresentada a produção de leite das unidades familiares, das quais apenas cinco (24%) comercializam a produção. Dentre esses agricultores tem-se um produtor de leite de cabra, que produziu aproximadamente 10.000 litros na última safra, representando um faturamento bruto em torno de R\$ 1.000,00 por mês. O grande destaque fica por conta da horticultura, que está presente em todas as propriedades da amostra, mesmo naquelas unidades de área inferior a 2,0 hectares. No entanto, apenas três se dedicam para fins comerciais. As demais cultivam para o autoconsumo.

Gráfico 4 – Principais produtos de autoconsumo e comercialização na comunidade Bom Fim na safra 2001/2002.



Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

A percepção que se tem a respeito do conjunto das unidades de produção pesquisadas é de que se está à frente de famílias com presença de uma forte lógica de autonomia em relação aos mercados, já que a maioria não utiliza insumos externos de forma intensiva.

No item que segue, serão discutidos aspectos referentes a força de trabalho utilizada nas unidades agrícolas familiares, assim como o suporte técnico e de crédito que recebem das instituições ligadas ao setor rural.

1.2. Força de trabalho utilizada nas unidades e o apoio crédito e técnico

A maioria das famílias entrevistadas é composta por um ou dois filhos, sendo que em algumas delas, os filhos permaneceram na propriedade. São filhos já casados que continuam residindo na mesma área dos pais, alguns trabalhando em conjunto na exploração agrícola. Em duas famílias da amostra, o grupo familiar ultrapassa 10 pessoas numa mesma unidade agrícola familiar. Nestes dois casos, têm-se filhos e netos exercendo atividades remuneradas não-agrícolas fora da unidade familiar.

Das 21 unidades agrícolas familiares estudadas, duas contratam mão-de-obra externa, uma em caráter permanente e na outra de forma temporária (diarista), o que representa apenas 9,5% do total de unidades da amostra. Informações complementares, obtidas junto aos entrevistados, dão conta que no universo total de unidades da comunidade (61 unidades), somente estas duas são as que utilizam mão-de-obra contratada. As demais têm como principal força de trabalho os membros do grupo familiar.

A maioria das unidades pesquisadas não recebe nenhum tipo de apoio financeiro externo para o custeio das atividades de produção agrícola. Apenas seis unidades (29%) recorrem a algum tipo de crédito agrícola. O mais comum é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), utilizado por 4 famílias para o custeio da produção. As outras duas fazem uso de linhas de crédito do Banco do Brasil para investimentos. Uma família está investindo em reprodutores e matrizes de caprinos, visando ampliar a produção de leite e a outra está aumentando a área de reflorestamento de eucalipto e construção de novas instalações de condicionamento da colheita de fumo.

Ficou evidenciado que entre os entrevistados prevalece uma imagem muito negativa em relação ao apoio financeiro ofertado pelos órgãos públicos. Na verdade, o que há é um processo de exclusão desses agricultores do mercado convencional, uma vez que suas capacidades produtivas, na ótica da agricultura comercial, não correspondem ao enfoque da *produção e produtividade* capaz de gerar uma renda agrícola atrativa para o sistema financeiro. Outra constatação na comunidade pesquisada em relação ao financiamento da produção, além da pouca participação em linhas de crédito e incentivo à produção familiar, é

uma generalizada argumentação de que os preços pagos aos produtos, mesmo àqueles diferenciados em qualidade, não permitem aventuras e riscos de endividamento junto aos bancos.

Quanto ao apoio técnico, também reivindicado pelos entrevistados, a percepção foi de que a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, através da Secretaria Municipal de Agricultura, é a instituição oficial que mais tem apoiado as atividades dos agricultores da comunidade. O trabalho tem sido no âmbito da mecanização agrícola, no plantio e na colheita do milho e de outras culturas anuais. Apenas oito propriedades da amostra (38%) têm algum tipo de máquina agrícola, em sua maioria micro-tratores e alguns implementos. A maioria dos demais recorrem aos serviços de máquinas agrícolas prestados pela Prefeitura de Rio do Sul.

Quando questionados sobre a adoção de alguma técnica ou prática em particular, voltada à qualidade de seus produtos, como o cultivo orgânico e a valorização do produto colonial, os entrevistados sentem-se inseguros para adotar tecnologias diferenciadas. A pesquisa revelou que apenas duas unidades (9,5%) adotam técnicas diferenciadas do cultivo convencional, através da produção de hortaliças agroecológicas. Na maior parte das unidades visitadas, os cultivos e as criações são manejados de forma convencional, sendo corrente o uso da adubação química, de sementes certificadas e de algum tipo de herbicida, entre outros insumos externos. Nesse aspecto, mesmo que se tenha constatado entre a maioria dos entrevistados, a percepção acerca da necessidade de utilizar práticas menos agressivas ao meio ambiente, vigora o entendimento de que para se produzir algo e em maior quantidade é necessário fazer uso de insumos químicos.

1.3. Produção, autoconsumo e comercialização de produtos agropecuários.

Cabe destacar, inicialmente, algumas dificuldades na coleta das informações prestadas pelos entrevistados, principalmente quando eram relativas ao montante da produção agrícola e sua estimativa em termos de renda por ela gerada.

Para Minayo (2000, p.131-132), as dificuldades em obter determinadas informações autênticas, decorrem da espontaneidade das respostas e ao efeito da presença do pesquisador. Além disso, pode acontecer do entrevistado, por razões variadas, procurar ocultar ou deturpar dados buscados pelo pesquisador, emitindo respostas aleatórias ou evasivas. Desta forma, a autora salienta que a autenticidade dessas respostas é aferida pelo pesquisador no decorrer da entrevista, através de outras questões formuladas, e/ou de visitas à unidade familiar. Nessa mesma direção, Carneiro (*op. cit.*) sustenta que, muitas vezes, as

informações referentes a renda não são fornecidas de forma precisa em função do agricultor enfrentar dificuldades em determinar o seu valor. Essa situação ocorre, principalmente, em relação à produção voltada ao autoconsumo, já que o cálculo foge à percepção do agricultor, por se tratar de uma atividade realizada com pouco ou quase nenhum custo externo, como insumos químicos e crédito.

Esse parece ser o caso das unidades agrícolas familiares pesquisadas, pelo fato desse tipo de produção ser pouco expressiva do ponto de vista econômico. Em muitos casos, o envolvimento de membros familiares em outras atividades não-agrícolas, em sua maioria em tempo integral, coloca em segundo plano a produção agrícola. Para esses, a *renda agrícola* é secundária, já que muitos a exercem nos períodos de folga das atividades não-agrícolas (finais de tarde no horário de verão, finais de semana e feriados).

Diante da existência de uma grande diversidade de ocupações e de atividades remuneradas exercidas pelos integrantes do grupo familiar, a grande dificuldade, a princípio, foi identificar qual a principal fonte de renda familiar. Do conjunto das fontes de renda, tais como empregos urbanos, aposentadorias, produção agrícola e outros serviços prestados no interior e fora da propriedade, procurou-se traçar uma tipologia que atendesse essas diferentes situações.

Ao construir uma tipologia dos agricultores de uma região francesa, quando desenvolveu uma pesquisa de campo sobre a pluriatividade, Carneiro (1998, p. 52) defrontou-se com vários obstáculos frente à diversidade de atividades econômicas praticadas pelas famílias agrícolas. Isso a levou a criar um rol de categorias, a partir da ocupação do chefe dessas famílias. Neste estudo de caso, também se observou um variado número de atividades, tanto agrícolas, quanto não-agrícolas. No entanto, diferente da autora citada, tomou-se como referência a família e não o chefe do estabelecimento.

Dessa forma, a adoção de uma tipologia, que atendesse essa variada situação, levou-nos a dividir as unidades agrícolas familiares da amostra em três categorias: a) os “*agricultores monoativos*”, cuja renda e atividade familiar é composta, exclusivamente, pela produção agrícola; b) os “*agricultores pluriativos*”, cuja renda e atividade familiar é composta pela produção agrícola e diferentes meios de inserção de seus membros no mercado de trabalho não-agrícola e, c) os “*moradores*”, cuja renda agrícola do conjunto dos integrantes é inexpressiva e voltada prioritariamente para o autoconsumo. Suas rendas monetárias derivam de outras situações como aposentadorias não-agrícolas e atividades urbanas. Cabe lembrar que para as três categorias, a determinação da renda proveniente da produção agrícola inclui

toda a produção agropecuária da unidade, ou seja, a produção comercializada e a produção destinada ao autoconsumo, tanto na alimentação da família, quanto na manutenção de outras atividades agropecuárias (cessões internas). Essa tipificação foi realizada com base nos dados fornecidos pelos questionários e processadas em planilha eletrônica⁵⁰.

A pesquisa de campo demonstrou que em quatro unidades, seus membros não tinham nenhuma atividade ligada à produção agropecuária para fins comerciais, tratando-se de residentes com ocupações não-agrícolas. Dentre essas atividades destacamos a de pedreiro, de jardineiro e a de massagista, sendo esta desenvolvida no estabelecimento familiar. Mesmo assim, nessas propriedades havia pelo menos uma horta destinada à produção para o autoconsumo. No entanto, do ponto de vista conceitual em relação a pluriatividade, esses residentes, aos quais denominamos de “moradores”, são igualmente pluriativos. Essa divisão foi porém, no intuito de melhor caracterizar a origem da renda mantenedora dos integrantes dessas unidades agrícolas familiares.

Nas três tabelas seguintes, representando cada categoria, apresentamos os valores das rendas, proveniente das atividades agrícolas de cada unidade da amostra. A determinação das rendas (em reais) das unidades agrícolas, referentes aos produtos informados, teve como parâmetro a **Renda Líquida Total** da produção, calculado segundo os critérios metodológicos apresentados na introdução deste trabalho.

Na Tabela 10, a seguir, é apresentado o valor da *Renda Líquida Total Média Mensal* de quatro famílias da categoria “**agricultores monoativos**”. A renda líquida média calculada dessas famílias atingiu a cifra de R\$ 863,92, muito aquém do valor mensal médio (R\$ 1.300,00) estimado pelos entrevistados. Ressalta-se que nessas unidades, a exceção de uma que contrata esporadicamente mão-de-obra nos períodos de colheita, as demais atividades são tocadas somente pelos integrantes do grupo familiar. O destaque nessa categoria fica por conta de uma unidade, que possui uma razoável produção de verduras encontrando-se em fase de transição para o sistema agroecológico, visando atender o mercado local. Além disso, uma unidade possui uma estrutura de produção de leite de cabra. Entre os produtos agropecuários destacam-se: milho e leite, produzidos nas quatro unidades da categoria, sendo a produção de milho, em duas propriedades, a principal atividade geradora de renda.

⁵⁰ Os dados foram tabulados em planilhas do programa *Microsoft Access*, adotado pela equipe de pesquisa em nível nacional sobre a multifuncionalidade, já mencionada na introdução deste trabalho (Maluf, 2001b).

Tabela 10 – Renda Líquida Total anual por produto agropecuário da unidade agrícola familiar dos agricultores monoativos da comunidade Bom Fim, em R\$, no período julho 2001 a junho 2002.

| <i>Produtos Agropecuários</i> | <i>Agricultores Monoativos</i> | | | |
|--|--------------------------------|------------------|-------------------------|-----------------|
| Milho | 2.242,24 | 3.589,74 | 2.156,00 | 1.617,00 |
| Mandioca | 1,01 | 10,10 | ---- | 3,03 |
| Batata | ---- | 391,67 | ---- | ---- |
| Batata Doce | 5,00 | ---- | ---- | ---- |
| Feijão Preto | ---- | 135,00 | ---- | 337,50 |
| Abóbora | ---- | 1.500,00 | ---- | ---- |
| Verduras Agroecológicas | ---- | ---- | 9.500,00 | ---- |
| Repolho | 40,00 | 1.200,00 | ---- | ---- |
| Melancia | ---- | 615,00 | ---- | ---- |
| Laranja | 18,50 | 18,50 | 7,50 | ---- |
| Tomate | ---- | ---- | 48,00 | ---- |
| Cebola | 15,75 | ---- | ---- | 31,50 |
| Caprino Vivo | ---- | ---- | 1.500,00 | ---- |
| Bovino Vivo | 1.388,40 | 1.321,88 | ---- | 555,36 |
| Peixe Vivo | ---- | ---- | 420,00 | ---- |
| Mel | 261,00 | ---- | 1.305,00 | ---- |
| Leite | 2.700,00 | 112,50 | 189,00 | 109,00 |
| Leite Caprino | ---- | ---- | 6.840,00 ⁽¹⁾ | ---- |
| Queijo Colonial | ---- | ---- | 30,00 | ---- |
| Suíno Vivo | 550,00 | 1.500,00 | ---- | 100,00 |
| Frango Vivo | 18,00 | 6,00 | ---- | 9,00 |
| Ovo colonial | ---- | 132,00 | 88,00 | ---- |
| <i>Renda Líquida Total</i> | 6.689,90 | 10.562,39 | 22.053,50 | 2.162,39 |
| <i>Renda Líquida Total Média Mensal</i> | 557,49 | 880,20 | 1.837,79 | 180,20 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

(1) Para a determinação da renda considerou-se custo de produção de leite bovino a partir de dados do Instituto CEPA/SC, visto ser manejo idêntico. Neste, o valor pago ao produtor foi de R\$ 1,00/litro.

Uma de nossas hipóteses iniciais era de que, o caráter multifuncional da agricultura permite o exercício de atividades não-agrícolas, sem descaracterizá-la de seu papel econômico, especialmente no tocante à segurança alimentar. A condição de se produzir alimentos, mesmo quando esta atividade não é mais a principal fonte de renda, continua representando uma função estratégica na lógica de reprodução familiar. Assim, a produção de autoconsumo, mesmo que na maior parte dos casos não seja contabilizada como “renda” é de suma importância no processo de reprodução da unidade familiar. Um exemplo ilustrativo disso é encontrado nas entrevistas, quando muitos agricultores afirmaram que “*o pouco que se produz ajuda muito, principalmente na hora de se fazer o rancho se vê o quanto se economiza*” (entrevistada S. G.).

Desse modo, em relação à categoria dos “*agricultores pluriativos*”, que apresentam renda de atividades não-agrícolas superior àquela oriunda da agricultura, procurou-se avaliar a importância da renda agrícola na composição da renda total das famílias, mesmo sabendo, de antemão, que ela teria um menor peso em comparação às atividades externas ao estabelecimento.

A *renda líquida total* proveniente das atividades agrícolas é bastante variada entre os integrantes da categoria dos “*agricultores pluriativos*”, conforme demonstra a Tabela 11, a seguir. Essa variação é decorrente do tamanho da área em cada unidade, que é destinada para o cultivo. Em alguns casos, as mesmas não chegam a um hectare. Nas propriedades menores, as atividades produtivas se restringem à condução de hortas e de pequenas criações, em especial, de aves. Entre os diferentes cultivos, há que se destacar as hortaliças diversas e algum tipo de frutíferas, presentes em todas as unidades, mesmo com produção insuficiente até mesmo para o autoconsumo. A renda agrícola média dessas famílias é de R\$ 401,03, muito abaixo do valor mensal médio (R\$ 1.100,00) estimado pelos entrevistados. No entanto, ressaltam-se nessa categoria, a presença muitas unidades agrícolas familiares com renda proveniente da produção bem superior à renda agrícola, de pelo menos a metade, dos que integram a categoria dos agricultores monoativos. Nessa categoria, o destaque fica por conta de dois estabelecimentos, que apresentam *renda líquida total* bem superior à média dos demais. Ou seja, R\$ 562,92 (14,37%) acima da média da categoria, superior inclusive a algumas famílias de agricultores monoativos. Um deles produz totalmente segundo os preceitos do sistema agroecológico e o outro, em área de 50 hectares, mantém atividades dedicadas à bovinocultura de corte. Encontra-se ainda nessa categoria, a única propriedade que produz fumo. Percebe-se que este produtor, tem *renda líquida total* anual de R\$ 7.202,49, representando a quarta melhor renda agrícola dentre os agricultores pluriativos.

Tabela 11 – Renda líquida Total anual por produto agropecuário da unidade agrícola familiar dos agricultores pluriativos da comunidade Bom Fim, em R\$, no período julho 2001 a junho 2002.

| <i>Produtos Agropecuários</i> | <i>Agricultores Pluriativos</i> | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------------------|----------|----------------------|----------|-----------------------|----------|-----------|----------|-----------|-------------------------|----------|----------|----------|
| Milho | 449,14 | 1.796,66 | --- | 898,33 | --- | 355,74 | 894,74 | 539,00 | 3.234,00 | 1617,00 | 894,74 | 161,70 | --- |
| Mandioca | 8,08 | --- | 10,10 | 15,15 | --- | 2,02 | 1,51 | 1,01 | --- | 2,02 | 0,50 | 2,02 | --- |
| Feijão Preto | --- | --- | --- | 13,50 | --- | --- | 22,41 | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Batata Inglesa | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 7,82 | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Batata Doce | --- | 50,00 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 25,00 | 40,00 | --- | --- |
| Fumo-Estufa | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 4.802,00 ⁽²⁾ | --- | --- | --- |
| Cana | --- | 98,70 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 19,74 | --- |
| Pepino | --- | --- | --- | --- | 320,00 ⁽¹⁾ | 2,00 | --- | 2,40 | --- | --- | --- | --- | 8,00 |
| Repolho | 45,00 | --- | 25,00 | 7,50 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 20,00 | --- | --- |
| Alface | 2,50 | 2,40 | 1,20 | 2,40 | --- | 0,60 | --- | 0,70 | --- | --- | 1,20 | 1,00 | 1,60 |
| Cebola | 8,40 | 5,25 | 4,20 | 12,60 | 8,40 | 10,50 | 1.470,00 | 29,40 | --- | --- | 12,60 | 10,50 | 12,60 |
| Verdur. Agroec. | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 8.500,00 | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tomate | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 24,00 | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Pimentão | --- | 0,70 | --- | 1,05 | 1,40 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1,40 |
| Laranja | 5,00 | 5,55 | 3,70 | 7,40 | 6,47 | 4,62 | 18,50 | 1,85 | 7,40 | 6,47 | 18,50 | 12,95 | --- |
| Pêssego | --- | 45,00 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 22,50 | --- | --- |
| Bovino Vivo | 1.133,04 | 2.266,08 | 566,52 | 944,20 | 250,00 | 188,84 | --- | 944,20 | 7.165,20 | --- | 1.133,04 | 944,20 | 7.553,60 |
| Peixe Vivo | --- | 56,00 | --- | --- | --- | --- | --- | 84,00 | 280,00 | --- | --- | 98,00 | --- |
| Frango Vivo | 180,00 | 7,50 | 110,00 | 8,00 | --- | --- | --- | 15,00 | --- | --- | 3,50 | 12,50 | --- |
| Mel | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1.957,00 |
| Leite | 315,00 | 270,00 | 135,00 | 270,00 | 270,00 | 216,00 | 135,00 | 270,00 | --- | --- | 540,00 | 270,00 | --- |
| Queijo | 300,00 ⁽¹⁾ | --- | --- | --- | --- | 217,00 | --- | 217,50 | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ovo colonial | 66,00 | 66,00 | 158,40 | 88,00 | --- | 110,00 | 66,00 | --- | 1.250,00 | --- | 79,20 | 132,00 | --- |
| Suíno Vivo | 600,00 | 400,00 | 1100,00 | --- | 120,00 | 95,00 | --- | 1.100,00 | --- | 750,00 | 150,00 | --- | --- |
| Banha | --- | --- | 55,00 ⁽¹⁾ | --- | --- | 45,00 | --- | 35,00 | --- | --- | 45,00 | --- | --- |
| Renda L. Total | 3.112,16 | 5.069,84 | 2.169,12 | 2.268,13 | 972,27 | 1.227,32 | 11.199,98 | 3.239,56 | 11.936,60 | 7.202,49 | 2.960,78 | 1.664,61 | 9.534,20 |
| Renda L T Mensal | 259,34 | 422,48 | 180,76 | 189,01 | 81,35 | 102,27 | 933,33 | 269,96 | 994,71 | 600,21 | 246,73 | 138,71 | 794,51 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

(1) Valor agregado do pepino, transformado em conserva, fornecido pelo produtor.

(2) Calculado a partir de dados fornecido pela AFUBRA e preço ao produtor a partir do Instituto CEPA/SC.

O levantamento da ‘*produção*’ da categoria dos “*moradores*”, apresentado na tabela seguinte, é de todos aqueles representantes da amostragem que definitivamente não dependem das atividades agrícolas para se reproduzirem socialmente. Trata-se de residentes locais, com outras atividades fora da unidade e que possuem outras rendas sem nenhuma relação com a atividade agrícola. Nessa categoria, o levantamento da produção agrícola foi igualmente realizado com o objetivo de avaliar a sua importância no autoconsumo familiar, já que se tratam de pequenos cultivos e criações. Nessas unidades encontramos pequenas hortas onde se cultivam consorciadamente frutas e hortaliças e, em algumas unidades, tem-se a criação de aves. Cabe ressaltar que nessa categoria a área total não ultrapassa a 3,0 hectares, sendo duas delas inferior a um hectare. Antecipadamente, já se previa o baixo peso econômico dessa produção, porém a importância está no significado em se produzir algo, pelo apego aos afazeres rurais ou pela importância de produtos sadios e/ou mais baratos, como foram os depoimentos de alguns dos entrevistados agrupados nessa categoria.

Observa-se na Tabela 12, que as *rendas líquidas totais* levantadas são do ponto de vista econômico, extremamente insignificantes. No entanto, o importante é destacar os demais papéis desempenhados pela agricultura em relação a estes residentes, quando se consegue perceber o apego a valores culturais da colonização local, além de outros ligados à produção de alimentos, mesmo em pequena escala.

Tabela 12 – Renda líquida Total anual por produto agropecuário da unidade agrícola familiar dos *moradores* da comunidade Bom Fim, em R\$, no período julho 2001 a junho 2002.

| <i>Produtos Agropecuários</i> | <i>Moradores</i> | | | |
|--|------------------|--------|-------|--------|
| Milho | 808,50 | ---- | ---- | ---- |
| Mandioca | ---- | 1,01 | 0,45 | 0,55 |
| Pepino | 1,25 | 2,24 | 2,80 | 1,60 |
| Alface | 1,00 | 1,20 | 1,80 | 1,20 |
| Repolho | 15,00 | 12,00 | 15,00 | 35,00 |
| Pimentão | 1,75 | 1,75 | 0,70 | 0,85 |
| Laranja | 4,99 | 14,80 | 3,70 | 3,70 |
| Pêssego | ---- | 90,00 | 11,25 | ---- |
| Tomate | ---- | 24,00 | ---- | 48,00 |
| Cebola | 7,35 | 6,30 | 4,20 | 8,40 |
| Leite | 162,00 | ---- | ---- | 10,80 |
| Queijo Colonial | 87,00 | ---- | ---- | ---- |
| Suíno Vivo | ---- | ---- | ---- | 100,00 |
| Frango Vivo | ---- | ---- | ---- | 1,50 |
| Ovo colonial | ---- | ---- | 52,80 | 79,20 |
| <i>Renda Líquida Total</i> | 1.088,84 | 129,30 | 92,70 | 242,80 |
| <i>Renda Total Média Mensal</i> | 90,73 | 10,77 | 7,72 | 20,23 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

No item que segue, serão discutidos aspectos referentes à composição do grupo familiar e sua inserção em atividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de renda.

1.4. Composição da renda total e ocupação dos membros da unidade agrícola familiar

Diante da diversidade socioeconômica das famílias rurais, Wanderley (1997) chama a atenção para que se “enxergue” o rural muito além de um espaço físico onde a população rural está inserida. Para esta autora, o rural deve ser concebido como um ambiente onde se processam relações entre o meio rural e a cidade (sede municipal). Nesse mesmo sentido, Wanderley (2000) sustenta a idéia de que o rural é um espaço diversificado, na qual inclui-se indivíduos e grupos que realizam, além daquelas tarefas produtivas normalmente atribuídas aos agricultores, outras atividades (industriais, por exemplo). Para a autora, o espaço rural, além de ser defendido pelos agricultores como espaço de vida, também passa a ser buscado pelos que não são agricultores, como locais para novos empreendimentos ligados ou não à agricultura ou até mesmo como local de residência, onde a melhor qualidade de vida e a relação com a natureza ganham importância.

A partir dessas considerações e frente a situações encontradas no interior das unidades produtivas pesquisadas, optou-se por adotar critério semelhante ao utilizado por Carneiro (*op. cit.*). Desta forma, mantendo-se a tipificação adotada quando da determinação da *Renda Líquida Total* da produção agrícola (tópico 1.3), alguns parâmetros foram levados em consideração, para determinar a composição da renda e perfil ocupacional dos membros da unidade familiar. Os itens considerados foram os seguintes: a) área das unidades levantadas; b) produção agrícola e autoconsumo (calculadas); c) aposentadorias rurais e outras pensões; d) valor total da renda das atividades não-agrícolas do conjunto dos integrantes da unidade agrícola familiar. Estes parâmetros nortearam a elaboração da Tabela 13, apresentada a seguir, que contempla o conjunto dessas informações, auxiliando na definição do perfil econômico das unidades agrícolas familiares pesquisadas.

É importante lembrar que as rendas mensais (em reais) da produção, calculadas para o autoconsumo, conforme afirmado no tópico anterior, estão embutidas no cálculo da renda líquida total da produção agrícola levantada em cada unidade agrícola familiar pesquisada. Portanto, a coluna percentual relativa ao autoconsumo é em relação à renda da produção agrícola calculada. Estes valores e seus respectivos percentuais auxiliam na identificação da importância do autoconsumo, reforçando desta forma o significado da

agricultura para o conjunto das rendas que integralizam a manutenção dos integrantes do grupo familiar de cada unidade.

A categoria dos “*agricultores monoativos*” abrange as unidades de produção, onde a agricultura é a fonte exclusiva da renda familiar, podendo estar complementada pela renda oriunda de aposentadorias rurais e trabalhos a terceiros relacionados às atividades agrícolas. Somente uma família que realiza trabalhos assalariados temporários, conferindo-lhe uma renda extra de R\$ 100,00/mês, foi incluída nessa categoria. A categoria dos “*agricultores pluriativos*”, por sua vez, engloba aquelas unidades em que outras atividades, tanto urbanas quanto no interior dos estabelecimentos não relacionadas à produção agrícola (no caso serviços de jardinagem, serviços de marcenaria, empregos num abatedouro existente na comunidade e atividade de comércio), representam a fonte principal de renda e a renda agrícola tem caráter secundário. A categoria dos “moradores” compreende aqueles nas quais as rendas não-agrícolas são as que mantêm a família. Nesta renda, incluímos também as rendas provenientes de outras aposentadorias, que não as da Previdência Rural.

Na Tabela 13, percebe-se a existência de quatro unidades (19%) consideradas como de “*moradores*”, representadas pelas unidades com área de até três hectares. Verificamos que 100% dessas unidades apresentam toda a produção agrícola voltada exclusivamente para o autoconsumo, portanto, sem produção comercializável. A renda mensal dessa produção nessa categoria não ultrapassa a R\$ 100,00. Observamos também, que apenas quatro unidades (19%) vivem exclusivamente das rendas agrícolas. Ou seja, nenhum de seus membros tem renda proveniente de atividades não-agrícolas e aposentadorias/pensões que não sejam da Previdência Rural. Nessa categoria 73% das unidades têm a agricultura como pilar da renda familiar, complementada por aposentadorias rurais de pelo menos um membro do grupo familiar. Numa delas, além do peso econômico, a renda da produção tem forte significado (66,6%) para o autoconsumo. Esta situação é um tanto atípica para os dados encontrados entre os que foram enquadrados nessa categoria, visto que a atividade agrícola das outras três tem maior expressão em termos de renda monetária. A explicação para tal fato, é que se trata de unidade em que seu proprietário a adquiriu a pouco mais de cinco anos e a mesma encontra-se em fase de estruturação.

As demais, 13 unidades agrícolas familiares (62%) apresentam rendas de atividades não-agrícolas superiores àquelas obtidas da produção agrícola, que vai desde pequenas hortas, pomares e criações, até atividades com geração de renda bastante significativa para o grupo familiar. No entanto, percebe-se que para 08 (61,5%) unidades a

renda agrícola total calculada é maior que 1,0 salário mínimo⁵¹, onde em duas delas ultrapassam a 4,5 salários mínimos. Dessa renda agrícola calculada, a renda da produção utilizada para o autoconsumo é, igualmente, para 61,5% das unidades, superior a meio salário mínimo. Isto vem demonstrar a importância das atividades produtivas no interior dos estabelecimentos agrícolas familiares. Constatou-se também, que a maioria das unidades integrantes dessa categoria é beneficiada por algum tipo de renda proveniente de políticas públicas compensatórias. Verificou-se que 76,9% das famílias têm renda advinda da Previdência Social, sendo que cerca de 61,5% delas possuem aposentadoria rural, com pelo menos um membro familiar usufruindo dessa política pública. Isto vem reforçar a condição de agricultor, especialmente para os aposentados, em meio às inúmeras atividades não-agrícolas exercidas pelos integrantes dos grupos familiares da categoria dos *agricultores pluriativos*. Há que se acrescentar a importância dessas aposentadorias na integralização das rendas de cada grupo familiar.

A tabela traz ainda o número de membros do grupo familiar em cada estabelecimento levantado, importante na determinação da renda individual. Constatou-se uma média de 5,85 integrantes por família. Exceção é de duas famílias, que apresentam 14 membros cada uma. Trata-se de unidades, nas quais os filhos permaneceram, mesmo depois de casados, ajudando a tocar as atividades do estabelecimento, morando em pedaço de terra cedido pelos pais. A renda *per capita* média do conjunto das famílias é de R\$ 245,47, equivalente a 1,22 salários mínimos. No entanto, a renda *per capita* por categoria, conforme o critério analítico adotado no item 1.3 deste capítulo, demonstrou que: a) na categoria dos *Agricultores* é de R\$ 182,23; b) na categoria dos *Agricultores Pluriativos* é de R\$ 345,54; e, na categoria dos *Moradores* é de R\$ 369,96. Percebe-se, primeiramente, que não há uma diferença significativa entre os *Agricultores Pluriativos* e os *Moradores*, visto que a manutenção da reprodução do grupo familiar, em ambas categorias, está em grande parte alicerçada nas atividades não-agrícolas, executadas fora da unidade agrícola familiar. Em segundo lugar, a renda média *per capita* dessas duas categorias é 50,9% superior a renda *per capita* da categoria dos *Agricultores*. Isto porém, não reduz a importância que das atividades agrícolas *stricto sensu*, se considerarmos os outros papéis desempenhados pela mesma, quando propicia a permanência dos integrantes do grupo familiar no interior do estabelecimento.

⁵¹ O salário mínimo vigente na época da coleta dos dados era de R\$ 200,00.

Tabela 13 – Perfil geral das fontes de rendas das famílias da Comunidade Bom Fim.

| Categorias | Nº Total Membros da Unidade | Área (ha) | Rendas Mensais em (R\$) | | | | | | | | | | | Total** Familiar | Renda per capita familiar |
|-----------------------------|--------------------------------------|--------------|--------------------------|--------|--------------------------|--------|------------------------|------|----------|--------|----------------|----------|----------|---------------------|------------------------------------|
| | | | da Produção ¹ | | | | Outras rendas | | | | | | | | |
| | | | Agrícolas | | Autoconsumo ² | | Aposentadorias/Pensões | | | | Não-agrícolas* | | | | |
| | | | Calculada | % | Calculada | % | Rural | % | Outras | % | Informada | % | | | |
| Agricultores | 05 | 15,8 | 180,20 | 47,4 | 120,00 | 66,6 | 200,00 | 52,6 | --- | --- | --- | --- | 380,20 | 76,01 | |
| | 08 | 20,0 | 880,20 | 74,6 | 115,00 | 13,1 | 200,00 | 17,0 | --- | --- | 100,00 | 8,5 | 1.180,20 | 147,52 | |
| | 05 | 12,5 | 557,49 | 73,6 | 175,00 | 31,4 | 200,00 | 26,4 | --- | --- | --- | --- | 757,49 | 151,50 | |
| | 07 | 29,0 | 1.837,79 | 82,1 | 210,00 | 11,5 | 400,00 | 17,9 | --- | --- | --- | --- | 2.237,79 | 319,68 | |
| Agricultores Pluriativos | 08 | 51,0 | 794,51 | 24,5 | 65,00 | 8,2 | 400,00 | 12,5 | --- | --- | 2.000,00 | 62,6 | 3.194,51 | 399,31 | |
| | 06 | 8,0 | 138,71 | 6,5 | 75,00 | 54,1 | 400,00 | 18,7 | 1.000,00 | 46,7 | 600,00 | 28,0 | 2.138,71 | 356,45 | |
| | 07 | 16,8 | 246,73 | 14,7 | 135,00 | 54,7 | --- | --- | --- | --- | 1.430,00 | 85,3 | 1.676,73 | 239,53 | |
| | 06 | 21,5 | 933,33 | 48,3 | 150,00 | 16,1 | 200,00 | 10,4 | --- | --- | 800,00 | 41,4 | 1.933,33 | 322,22 | |
| | 04 | 50,0 | 994,71 | 33,2 | 55,00 | 5,5 | --- | --- | --- | --- | 2.000,00 | 66,8 | 2.994,71 | 748,67 | |
| | 14 | 28,0 | 600,29 | 18,2 | 215,00 | 36,0 | 400,00 | 12,1 | --- | --- | 2.300,00 | 69,7 | 3.300,29 | 235,73 | |
| | 04 | 30,1 | 269,60 | 21,2 | 195,00 | 72,3 | 200,00 | 15,7 | --- | --- | 800,00 | 63,0 | 1.269,60 | 317,40 | |
| | 03 | 8,1 | 102,27 | 6,6 | 65,00 | 63,5 | 400,00 | 25,5 | --- | --- | 1.000,00 | 63,8 | 1.502,27 | 500,75 | |
| | 08 | 18,5 | 81,35 | 2,7 | 55,00 | 67,6 | --- | --- | --- | --- | 2.950,00 | 97,3 | 3.031,35 | 378,91 | |
| | 04 | 18,0 | 189,01 | 15,9 | 125,00 | 66,1 | 200,00 | 16,8 | --- | --- | 800,00 | 67,3 | 1.189,01 | 297,25 | |
| | 03 | 4,5 | 180,76 | 31,0 | 175,00 | 97,0 | 200,00 | 34,5 | --- | --- | 200,00 | 34,5 | 580,76 | 193,58 | |
| | 14 | 25,0 | 422,48 | 11,8 | 350,00 | 83,0 | 200,00 | 5,6 | 250,00 | 7,0 | 2.700,00 | 75,6 | 3.572,48 | 255,17 | |
| 03 | 26,0 | 259,34 | 20,6 | 120,00 | 46,3 | 200,00 | 15,9 | --- | --- | 800,00 | 63,5 | 1.259,34 | 419,78 | | |
| Moradores | 04 | 2,5 | --- | --- | 90,73 | 100,0 | --- | --- | --- | --- | 1.200,00 | 93,0 | 1.290,73 | 322,68 | |
| | 04 | 3,0 | --- | --- | 10,77 | 100,0 | --- | --- | --- | --- | 2.500,00 | 99,6 | 2.510,77 | 627,69 | |
| | 02 | 0,6 | --- | --- | 7,72 | 100,0 | --- | --- | 500,00 | 76,0 | 150,00 | 22,8 | 657,72 | 328,86 | |
| | 04 | 0,8 | --- | --- | 20,23 | 100,0 | --- | --- | --- | --- | 700,00 | 97,2 | 720,23 | 180,05 | |

Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

1-Calculada a partir dos dados fornecidos pelo questionário, estando inclusos nas *Rendas Líquidas Totais Médias Mensais* constantes nas tabelas 10, 11 e 12 deste capítulo;

2-Valores que integram a renda mensal da produção agrícola calculada, portanto seus percentuais são determinados em relação aos valores das rendas agrícolas calculadas;

* Somatório das rendas das atividades não-agrícolas levantadas no questionário informadas pelos entrevistados;

** Somatório das rendas da Produção e Outras rendas.

Outra importante questão constatada foi a grande diversidade de atividades exercidas numa mesma família, tanto no que se refere ao tipo de ocupação principal dos responsáveis pelas propriedades, como também na definição da composição da renda familiar, principalmente naquelas unidades familiares caracterizadas como de “*agricultores pluriativos*”. Nesta categoria, vários responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas, apresentam atividades externas de relativa estabilidade, no que tange a garantia da renda familiar. Dentre as ocupações econômicas destacam-se as atividades assalariadas nos ramos: comercial (três), industrial marmoreiro (uma) e metalúrgico (uma).

O perfil ocupacional das 21 unidades familiares levantadas, representadas na Tabela 14, a seguir, totaliza 132 pessoas, perfazendo, portanto, 51,6% dos habitantes da comunidade (256). A amostra nos revelou um contingente de 21 pessoas com aposentadorias e pensões (16%), que recebem em média R\$ 261,90 por mês. O valor médio desse provento encontra-se acima do valor das aposentadorias rurais (R\$ 200,00) em razão da existência de aposentados e pensionistas de outras ocupações profissionais. Em relação ao perfil ocupacional e renda das outras atividades remuneradas não-agrícolas, fora da propriedade, a amostra apontou para uma renda média de R\$ 656,76/mês, superior a renda média de R\$ 606,25/mês oriunda exclusivamente das atividades agrícolas. Há uma pequena participação de empregados da agricultura (1,5%), com uma remuneração média mensal de R\$ 200,00. Neste grupo, apenas duas propriedades recorrem ao assalariamento agrícola, uma em regime permanente e a outra no sistema diarista eventual, principalmente em períodos de colheita.

Tabela 14 – Perfil ocupacional e renda mensal média das atividades remuneradas das unidades agrícolas familiares da Comunidade Bom Fim.

| <i>Perfil Ocupacional</i> | <i>Nº de Pessoas</i> | <i>%</i> | <i>Renda Média Mensal (R\$)</i> |
|--|----------------------|------------|---------------------------------|
| Aposentados | 21 | 16,0 | 261,90 |
| Atividades domésticas sem renda | 16 | 12,1 | ---- |
| Atividades exclusivamente agrícolas | 16 | 12,1 | 606,25 |
| Atividades remuneradas não-agrícolas fora da propriedade | 34 | 25,7 | 656,76 |
| Atividades remuneradas não-agrícolas na propriedade | 02 | 1,5 | 150,00 |
| Empregados agrícolas | 02 | 1,5 | 200,00 |
| Sem atividades (filhos pequenos, estudantes, desempregados, etc) | 41 | 31,1 | ---- |
| TOTAL / Média Perfil Ocupacional Remunerado | 132 | 100 | 374,98 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

Dentro da categoria de “*agricultores pluriativos*”, a existência de inúmeras áreas de atuação remuneradas externas nos levou a subdividi-los em oito grupos principais, abrigoando uma diversidade de ocupações. Estes grupos foram constituídos segundo os critérios de áreas de ocupação, tais como: indústria, comércio, serviços autônomos, serviços domésticos, serviços públicos, serviços sociais e setor ligado à construção civil.

A Tabela 15, que segue, apresenta as principais *ocupações remuneradas não-agrícolas fora da propriedade*, agrupadas por áreas de atuação e o número de pessoas ocupadas. Aproximadamente um terço desse contingente (32,3%) está ocupado na indústria de transformação, com destaque para as atividades na área metalúrgica, com sete ocupações. Há um grande número de ocupados (14,7%) na indústria da construção civil, destacando-se as profissões de pedreiros e carpinteiros. Em igual percentual (11,8%), estão as ocupações no ramo do comércio e de serviços domésticos urbanos. Esta última é exercida sobretudo por mulheres, com baixa escolaridade e oriundas de famílias em que a renda dos demais membros foi apontada como insuficiente na manutenção do grupo familiar. Também se verificou que a renda média mensal dessa ocupação é de R\$ 250,00, enquanto que a média das demais ocupações ultrapassa a R\$ 600,00, conforme apresentado na tabela anterior. Nesse grupo se destacam algumas ocupações, com renda mensal superior a R\$ 1.000,00, especialmente as do ramo metalúrgico e de ocupações na administração pública.

Tabela 15 – Ocupações não-agrícolas remuneradas por áreas de atuação e número de pessoas da Comunidade Bom Fim.

| <i>Áreas de Atuação</i> | <i>Nº de Pessoas</i> | <i>%</i> |
|--|----------------------|------------|
| Administração pública | 03 | 8,8 |
| Comércio de mercadorias | 04 | 11,8 |
| Indústria da construção (pedreiros, carpinteiros, etc.) | 05 | 14,7 |
| Indústria de transformação (têxtil, metalúrgica, madeireira, etc.) | 11 | 32,3 |
| Prestação de Serviços (eletricistas, mecânicos, jardineiros, etc.) | 03 | 8,8 |
| Serviços sociais (enfermeiros, educadores, etc.) | 02 | 5,9 |
| Serviços domésticos em outras atividades econômicas | 04 | 11,8 |
| Outras atividades | 02 | 5,9 |
| TOTAL | 34 | 100 |

Fonte: Pesquisa de Campo (2002).

As duas tabelas anteriores procuram demonstrar, tanto a inserção dos integrantes das unidades agrícolas familiares entrevistadas nas diferentes atividades, representadas respectivamente pelo *perfil ocupacional* e *áreas de atuação* não agrícolas remuneradas, quanto a importância que as atividades agrícolas ainda têm no âmbito da reprodução familiar. Verificou-se que apesar da grande participação dos integrantes das famílias em atividades remuneradas não-agrícolas fora da propriedade, a atividade agrícola ainda tem forte significado, principalmente no que tange a uma identidade constituída pelos agricultores e sua ligação com a terra. Para referendar essa afirmação, a pesquisa mostrou que 75,4% dos entrevistados consideram-se pessoas ligadas a agricultura e que ela ainda é o melhor meio de reprodução social das famílias. Isso vem reforçar o sentimento dos agricultores em relação à terra e ao *'pertencer'* a uma comunidade, constituindo-se em importante fator de distinção de outras categorias sociais.

Ainda em relação a possibilidades que a agricultura oferece na estruturação econômica da família, a constatação foi de que a maioria (81%) a vê relacionada à oferta de alimentos mais baratos. Outra parcela (19%) da amostra manifestou que a agricultura ainda é o meio capaz de gerar renda e movimentar a economia local. Muitos desses ainda afirmaram que seus filhos poderiam ficar na propriedade, em vez de optarem por ocupações fora da agricultura, desde que houvesse mais incentivo de parte do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatarmos a primeira hipótese desta pesquisa, que consiste em afirmar que a noção de multifuncionalidade agrícola reatualiza a importância da agricultura na dinâmica de desenvolvimento rural, mesmo quando o setor agrícola é pouco representativo para a economia local, demonstramos ao longo do estudo as possibilidades que a agricultura oferece, na produção de alimentos e na geração de renda. Nesse aspecto, a pesquisa permite afirmar que, independente da categoria de agricultores (monoativos e pluriativos) a produção diferenciada em termos de qualidade, pode gerar mais renda agrícola e maior ocupação dos membros familiares nas atividades do estabelecimento rural. Exemplo disso foi um estabelecimento de *agricultores pluriativos* que se voltou para a produção de hortaliças agroecológicas com selo de origem e outro que buscou a melhoria da qualidade e inspeção na produção de leite de caprinos na categoria dos *agricultores monoativos*. Em ambos os casos, os filhos permaneceram na unidade agrícola familiar.

A pesquisa indicou, também, que o percentual de participação das atividades agrícolas em termos de renda familiar, quando comparadas a outras rendas provenientes de atividades remuneradas não-agrícolas, têm importância para um número expressivo de famílias. Para 81% das unidades agrícolas familiares incluídas nas categorias de agricultores *monoativos* e *pluriativos*, a renda proveniente da agricultura é imprescindível para a reprodução social das famílias. Desse percentual, 64,7% das unidades possuem renda agrícola calculada que varia de 1,23 a 9,19 salários mínimos mensais. Entre estas unidades, 70,5% possuem renda da produção ao autoconsumo calculada que varia de 0,6 a 1,75 salários mínimos mensais. Nessas duas categorias, 52,9% das unidades têm na agricultura, um forte

significado, o da segurança alimentar, correspondendo em mais de 50% da renda calculada da produção. Isto demonstra o caráter não menos importante da produção para o autoconsumo. Somente para os 19% restantes da amostragem, a renda da agricultura é pouco representativa seja em renda monetária, seja em volume de produção autoconsumida.

Há que se destacar em relação ao rol de rendas das famílias agrícolas pesquisadas a significativa parcela de membros do conjunto da amostra que contribuem na manutenção do grupo familiar através das remunerações fruto das políticas públicas compensatórias. As aposentadorias beneficiam 66,7% do número de famílias. A maior parte desses auxílios está relacionada à agricultura, uma vez que seus beneficiários exerceram a atividade agrícola por longo período e ainda permanecem ligados através dos filhos que herdaram a propriedade ou através de uma produção em menor escala. Muitas dessas atividades desenvolvidas pelos aposentados garantem parte significativa do autoconsumo, além de auxílios eventuais nas atividades comerciais das unidades agrícolas familiares.

A segunda hipótese desta pesquisa era de que o caráter multifuncional da agricultura contempla o exercício de atividades não-agrícolas remuneradas. No decorrer do nosso trabalho afirmamos que o debate sobre a multifuncionalidade da agricultura, articula-se com as discussões sobre a pluriatividade das famílias rurais. O contato inicial com a comunidade demonstrou que a pluriatividade era uma prática rotineira, propiciada por fatores estruturais da comunidade tais como a proximidade da área urbana, as facilidades de acesso e estrutura de serviços, os quais caracterizam igualmente muitas outras comunidades da região. Corroborando ainda nesse sentido, a tradição trazida da Europa em ocupações fora da agricultura, em determinadas épocas do ano, é um dos fatores que ajudam a explicar a existência do fenômeno da pluriatividade.

A situação constatada comprova que a baixa renda agrícola da maior parte das famílias pesquisadas justifica a busca de alternativas de trabalho fora da propriedade. Evidenciou-se portanto, que as atividades não-agrícolas reforçam a integração da comunidade à vida urbana, através das inúmeras ocupações exercidas pelos membros do grupo familiar, ao mesmo tempo em que garantem uma renda significativa para 62% das famílias, representada pelos estabelecimentos caracterizados como sendo de *Agricultores Pluriativos*.

As impressões colhidas junto às famílias e aos atores sociais entrevistados dão conta que o setor rural de Rio do Sul tem plenas condições de corresponder às expectativas, no que tange à produção agropecuária, atendendo os requisitos de quantidade e qualidade, bem como manutenção da qualidade de vida dos produtores envolvidos, no que diz respeito à

geração de renda e postos de trabalho. O que falta efetivamente, é uma proposta de desenvolvimento rural em seu sentido mais amplo, tanto em nível nacional quanto local, a ser construída pelas diferentes instituições que atuam no município e região, conjuntamente com os agricultores familiares envolvidos.

A nível local, a realização de projetos de desenvolvimento, baseados na agricultura familiar, dependem fundamentalmente de intervenção estatal para regular as assimetrias impostas pelo mercado. A agricultura familiar, como está colocada, torna-se alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção, levando também à redução daquela fatia de atividades voltadas à subsistência. Fazem-se necessários portanto, ajustes efetivos das políticas públicas, contrabalançando os efeitos negativos decorrentes de imperfeições dos mercados.

O trabalho buscou demonstrar que as comunidades rurais já não podem continuar o seu processo de reprodução sem um conjunto mínimo de condições estruturais, à semelhança do que acontece no meio urbano. O espaço rural não é um meio exclusivo de atividades eminentemente agrícolas, com objetivos somente voltados à produção agrícola. Neste sentido, o desenvolvimento de outras atividades, além daquelas relacionadas à produção de bens agrícolas, juntamente com uma infraestrutura de base, tais como energia, água, acesso e comunicação entre outras, devem ser incentivados, proporcionando o bem estar das comunidades familiares rurais.

Além disso, a crescente revalorização de um rural multifuncional exige um novo olhar sobre as populações rurais, imprimindo à agricultura um conceito espacial e multissetorial, alicerçado em indissociáveis funções: a de produzir bens e serviços (econômica), a de gestão do meio ambiente (função ecológica) e a de ator do mundo rural (função social). Desta maneira, o rural tende a ser crescentemente percebido (e valorizado) em quatro dimensões centrais: de espaço produtivo, de espaço de residência, de espaço de serviços (inclusive os de lazer, turismo) e de espaço patrimonial (valorizado pela função de preservação dos recursos naturais, dos bens comuns e culturais).

Outro aspecto importante destacado pela pesquisa é a contribuição que o conceito de multifuncionalidade da agricultura propicia para o processo de legitimação e reconhecimento social da agricultura familiar. O trabalho apontou a necessidade de um novo ordenamento político-administrativo às atividades desenvolvidas no meio rural, capazes de contribuir no sentido daquilo que os agricultores almejam. Isso remete-nos à definição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e à agricultura familiar.

Rio do Sul é um exemplo, onde se pode constituir um processo de desenvolvimento local tendo a agricultura familiar como um segmento social estratégico nesse processo. Composto de unidades agrícolas familiares com áreas média inferiores a 30 hectares, o município possui uma área rural pequena e intimamente ligada ao meio urbano através dos serviços de que se utiliza. Também o meio urbano depende dessas comunidades rurais no que se refere à produção e oferta de produtos agrícolas, em especial, de hortifrutigranjeiros. Prova disso foram as entrevistas com os atores sociais, que revelaram ser ainda bastante forte a participação da comunidade rural quanto ao fornecimento de produtos, denominados ‘coloniais’, especialmente por se acreditar que são de boa qualidade.

Nossa pesquisa pôde verificar que é possível atuar nessa e, certamente, em outras comunidades do município e região, implementando políticas voltadas ao desenvolvimento, capazes de gerar novos empreendimentos rurais, criar novos postos de trabalho no campo, manter e até trazer de volta muitos que dessas áreas rurais migraram para as cidades. Neste aspecto, destacamos o grande número de jovens agricultores que saíram do campo para a zona urbana, especialmente na década de 1980. Nesse mesmo período houve uma forte diminuição no número de estabelecimentos agrícolas, substancialmente em Rio do Sul, comprovando uma precariedade nas políticas voltadas ao meio rural. O trabalho demonstrou que 84,76% dos estabelecimentos agropecuários está nas mãos de proprietários e, que entre os dois últimos censos agropecuários (1985/1995), diminuíram 38,4% em números absolutos. A diminuição total do número de unidades rurais no período foi na ordem de 42,3%. Isto leva-nos a perceber a necessidade de se aprofundar estudos, capaz de apontar causas e soluções, para o problema do abandono de muitas áreas rurais.

Ao término deste estudo de caso, percebe-se que muito se tem a fazer no sentido de compreender o caráter multifuncional da agricultura, em especial, a do tipo familiar. Isso tanto na área científica, através de estudos sobre a real situação de como se encontram as comunidades rurais, quanto na área político-administrativa, através de programas de valorização desse segmento da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

1- ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, LIVROS E TESES

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: Hucitec / Anpocs / Ed. Unicamp, 1998.

_____. **Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social**. Brasília, NEAD, 2000.

_____. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia**. Revista de Economia e Sociologia Rural - SOBER. Vol. 40, nº 2, abril/julho 2002. p. 235 – 264.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989a.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade / UFRGS, 1998.

BECKER, Dinizar F. (org). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 2.ed. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 1999. 238 p.

BLANCHEMANCHE, S. *et al.* **Multifonctionnalité de L'agriculture et statuts d'activité**. *Économie Rurale, Paris*, 260/novembre-décembre, 2000. p. 41-51.

CARDOSO, Alfredo E. **Compêndio histórico e geográfico de Rio do Sul**. 2ª. ed. Rio do Sul, SC: Jawi Ind. Gráfica Ltda, 1991. 125 p.

CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Conta Capa, 1998.

_____. O ideal rurano: a relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA da SILVA, F. C. R.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (org.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

CAZELLA, Ademir A. **A multifuncionalidade da atividade agrícola: uma análise numa zona rural marginalizada de Santa Catarina**. Florianópolis: CCA/UFSC, 2001a. (Projeto de pesquisa – Programa institucional de bolsas de iniciação científica).

_____. **Dinâmica de desenvolvimento rural numa região marginalizada da Santa Catarina: o caso do município de São José do Cerrito.** Florianópolis: CCA/UFSC, 2002. (mimeo)

_____. Multifuncionalidade agrícola: retórica ou trunfo para o desenvolvimento rural? In: CASTILHO, Mara L; RAMOS, José M. (editores). **Agronegócio e desenvolvimento sustentável.** Francisco Beltrão, PR: Calgan Editora Gráfica Ltda., 2003. p. 81 – 104.

CAZELLA, Ademir A. e ALVES, Arilde F. **A multifuncionalidade agrícola em zonas rurais contrastantes: os casos dos municípios catarinenses de São José do Cerrito e Rio do Sul.** Workshop "Agricultura familiar: reestruturação social e capacitação humana", 2003, 23 p.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DAGNONI, Catia. Os Índios Xockleng – Cultura material. In: **Rio do Sul: nossa história em revista.** Rio do Sul: Fundação Cultural de Rio do Sul, Arquivo Público Histórico. *TOMO III, n. 3*, julho 2001, Ed. Nova Era, 2001. 62 p.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAO. **Contribución da la Francia a la conferencia de la FAO sobre el carácter multifuncional de la agricultura y la tierra.** Maastricht (Países Bajos), septiembre/1999.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 2^a. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S. A., 1986.

FRANKLIN, S. H. **The European Peasantry: the final phase.** London: Methuen, 1969.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982 (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. **O novo rural brasileiro.** (Coleção Pesquisas 1). Campinas, SP: Unicamp/IE, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José, MARCH, Jean e BIANCHINI Valter. **O rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Série texto para discussão nº 2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / NEAD, 2001.

HELFAND, Steven M. e BRUNSTEIN, Luis F. **Mudanças estruturais no interior agrícola brasileiro e as limitações do censo agropecuário 1985-1986.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 39, nº 3, 2001.

HERING, Maria, L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau, SC: Editora da FURB, 1987. 333 p.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO). **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro, 1992.

IICA/GTZ (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA/DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT). **Tecnología y sostenibilidad de la agricultura en la América Latina: desarrollo de un marco conceptual**. San José, Costa Rica: CIDIA, 1992.

INSTITUTO CEPA/SC.. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. março 2002. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. p. 94 – 95.

KAY, R. D. **Farm management planning, control and implementation**. Tokyo: Mc Graw-Hill, 1983. 370 p.

KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. (organizadores). **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul, SC: Ed. da UFSC, 1999. 315 p.

KOCK, Umberto. **Polpa de papel**. Série didática nº 4/98. Curitiba: FUPEF / PARANÁ, 1989. 121 p.

LAMARCHE, Huges (Coord.). A agricultura familiar: Comparação internacional. Vol. I: **Uma realidade multiforme**. 2 ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. A agricultura familiar: Comparação internacional. Vol. II: **Do mito à realidade**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998.

LAURENT, Catherine. **Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité**. Pour. Paris, GREP, nº 164, 1999. pp. 41-46, 227 p.

LAURENT, Catherine; MOURIAUX, Marie-Françoise. **La multifonctionnalité agricole dans le champ de la pluriactivité**. Centre D'Etudes de L'Emploi, La Lettre 59, octobre 1999.

LINDNER, Glauco H. **Avaliação de uma cooperativa agropecuária orientada para o seu aperfeiçoamento utilizando a metodologia multicritério em apoio à decisão**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis, SC: UFSC, 1998.

LUCAS, Victor. **Olhos azuis: a história de um rio...**vol. I. Rio do Sul, SC: Gráfica e Editora Nova Era, 2001. 198 p.

MAESTRELLI, Sérgio R. **Agricultura familiar e profissionalização no contexto do Novo Rural: um estudo do programa de profissionalização e das atividades não-agrícolas no meio rural do Vale do Itajaí-SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Florianópolis, SC: PGAGR/CCA/UFSC, 1999.

MALUF, Renato S. Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural e a Segurança Alimentar, In: Leite, S. (org.). **Políticas públicas e agricultura: Estado e desenvolvimento rural no Brasil do final do século XX**. P. Alegre: Ed. da UFRGS, 2001a.

MALUF, Renato S. (coord.). “**A noção de Multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: experiência francesa e o caso do Brasil**”. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001. 49 p. (Acordo CAPES-COFECUB). Projeto em andamento.

_____. (coord). **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, set. 2001b. 21 p. (CNPq/COAGr, Chamada 001/2001). Projeto aprovado e em andamento.

_____. **Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, mar. 2002. 23 p.

MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo. “A modernização agrícola e a panela do povo”. In: MARTINE, G. & GARCIA, R. (orgs.): **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. pp 81-95.

MATTEI, Lauro F. **Pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Florianópolis, SC: Cepagro, abril, 1998. 18 p. (Idéias & Ações, ano II, n^o 4).

_____. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia. Campinas: Unicamp, 1999.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, Maria C. de S. Fase de trabalho de campo. In: **O desafio do conhecimento**. 7^a ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2000.

NICOLADELLI, N. *et. al.* **Migração – um fenômeno de múltiplas causas**. Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável. EPAGRI/UNOESC Campos Novos, junho 2000. (Seminário).

PELUSO, Victor A. Jr. **Rio do Sul (monografia estatístico-descritiva)**. Publicação n^o 26. Florianópolis, SC: IBGE/DEE-SC, Imprensa Oficial do Estado, 1942. 141 p.

ROUX, Bernard. **Agricultura Multifuncional** (Palestra proferida aos acadêmicos da Agronomia da UFSC). Florianópolis, CCA/UFSC, 2001.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas, RS: UFPel/Editora Universitária, 1995.

SANTOS, Sílvio C. dos. A modernidade chega pelo trem. In: **Santa Catarina no Século XX**. 1ª. ed. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994a. (Dissertação de mestrado).

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

_____. A pluriatividade com estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 164 – 184, abril, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 29, 1984. (Nova Série).

_____. **Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários**. In: LOPES, J. S. L. (org.). Cultura e identidade operária. São Paulo: Marco Zero, 1987.

SILVESTRO, Milton L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1995.

SIZE Pierre. (Trad. e adaptação Serge Goulart). **Dicionário da Globalização: a economia de A a Z**. Curitiba, PR: Editora Obra Jurídica, IBERT, 1997.

SOLDATELLI, Daltro. Margem bruta, lucro e outros índices.. In: **SEMANA DE ATUALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO RURAL**, 1991, Lages, SC. **Anais...** Florianópolis: EPAGRI, 1992. p. 27-47.

SOLDATELLI, Daltro, HOLZ, Élio, TREVISAN, Inácio, ECHEVERRIA, Luis Carlos R., SANTOS, Osvaldo V. dos, NADAL, Raul de, PINHEIRO, Sérgio L. G. Glossário de termos de administração rural. In: **SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, II**, 1992, Concórdia-SC. **Anais...** Florianópolis: EPAGRI, 1993. p. 75-105.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMÉ, V. M. R. *et. al.* **Zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina: (Versão preliminar)**. Florianópolis, SC: EPAGRI, 1999.

VEIGA, José E. **“Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula”**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2002. 304 p.

WANDERLEY, Maria de N. B. O ‘lugar’ dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais...** Natal, RN: SOBER, 1997.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87 – 1145, outubro, 2000.

WEID, Jean Marc von Der. **Qual estratégia para o desenvolvimento rural?** José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília : (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001. 110p.

2- OUTROS DOCUMENTOS IMPRESSOS

AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil). **Relatório de atividades – 2001/202**. Santa Cruz do Sul: RS, junho 2002. 32 p.

CIDASC. **Sistema de cadastro da Ficha do Criador - SCFC**, abril/2000.

EPAGRI. **Estudos básicos regionais de Santa Catarina: estudo básico regional do Alto vale do Itajaí – UPR 5**. Florianópolis, SC: EPAGRI, 2001. 66 p.

_____. **Plano diretor: Epagri Alto Vale do Itajaí – 2001-2004**. 2ª. versão. Rio do Sul, SC: Gerência Regional de Rio do Sul, EPAGRI, 2000. 33 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do projeto UTF/BRA/036. Brasília: FAO, 1994.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo agropecuário 1995-1996. n. 1**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. **Censo demográfico /SC: 2000**. Florianópolis, SC: SDE / DEGE/ Gerência de Análise e Estatística, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário 1975: Santa Catarina**. v. I, tomo 19, Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Censo Agropecuário 1980: Santa Catarina.** v. II, tomo 21, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Censo Agropecuário 1985: Santa Catarina.** n. 23, Rio de Janeiro, 1986.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola.** Rio de Janeiro, maio, 1993.

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996: Santa Catarina.** n.º 21, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Censo Demográfico 1960: Santa Catarina.** v. I, tomo XV, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Censo Demográfico 1970: Santa Catarina.** v. I, tomo XX, Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980: Santa Catarina.** v. I, tomo 3, n.º 19, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Censo Demográfico 1980: Santa Catarina.** v. I, tomo 5, n.º 21, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Censo Demográfico 1980: Santa Catarina.** v. I, tomo 6, n.º 21, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Mapas e cartogramas.** Rio de Janeiro, 1999.

INSTITUTO CEPA/SC. **Agroindicador: indicadores para a agricultura catarinense.** Vol. 3, n.º 3, julho 2002. Florianópolis: Instituto Cepa/SC.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE ET DE LA PÊCHE. Le contrat territorial d'exploitation : une nouvele alliance entre les agriculteurs et la société.. (folder). Paris: est un supplément du Bima n.º 1481, 1999. 4 p.

NEHMI, Isabel M. D. *et al* (coordenadores). **ANUALPEC 2002 : anuário de pecuária brasileira.** São Paulo : FNP Consultoria & Negócio. Ed. Argos Comunicação, 2002. 400 p.

_____. **AGRIANUAL 2002 : anuário de pecuária brasileira.** São Paulo : FNP Consultoria & Negócio. Ed. Argos Comunicação, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. **Produção agrícola municipal,** Rio do Sul, 1999.

SANTA CATARINA (Estado). **Comparativo tributário dos setores agropecuário, industrial e comercial dos municípios da AMAVI: comparativo de valores – exercício 2000 e 2001**. Florianópolis, SC: Diretoria de Administração Tributária, Gerência de Cadastro Tributário, 2002.

3- REFERÊNCIAS EM SUPORTE ELETRÔNICO

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE RIO DO SUL –ACIRS (Brasil). Disponível em: <<http://www.acirs.com.br/portal/noticias/index.pho?:região=2>> Acesso: 23 jan. 2002.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal.

Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/legislação.htm>> Acesso em: 18 abril 2003.

_____. Lei n. 7.754, de 14 de abril de 1989. Estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação.htm>> Acesso em: 18 abril 2003.

CAZELLA, Ademir A. **Revitalização das zonas rurais marginalizadas : a construção social da multifuncionalidade agrícola na França**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39; 2001, Recife, PE: SOBER, 2001, Grupo 4, 1 CD-ROM.

CAZELLA, Ademir A. e MATTEI, Lauro. Multifuncionalidade agrícola das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para pensar o desenvolvimento rural. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA, V, Florianópolis, 2002a. **Anais...**, CD Rom.

_____. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais. In: **CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL (ALASRU)** “*Sustentabilidad y Democratización de las Sociedades Rurales Latinoamericanas*”, 6, 2002b, Porto Alegre. **Relação de Trabalhos**. Porto Alegre: UFRGS, Grupo temático n° 21, 1 CD-ROM.

CHASSAIGNE, André & NOWOTNY, Claude. **Agriculture: Contrats Territoriaux d’Exploitation**. Dans le Meme Rubrique, Paris, 5 février, 2003. Disponível em : <<http://www.andrechassaigne.org.php/article.php>> Acesso em: 18 abr. 2003.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-CNPq (Brasil). **Programa de pesquisa em agropecuária e agronegócio/COAGR**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/servicos/editais/ct/agriculturafamiliar.htm>> Acesso: 21 jan. 2002.

FRANÇA. *INRA: presentation, organisation e missions. Intitut National de la Recherche Agronomique*. Disponível em: <<http://www.inra.fr/presinra/index.htm>> Acesso: 31 mai. 2003.

IBGE. **Sinopse Preliminar Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/default.php>> Acesso em set/2001.

_____. **Censo 2000**. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>Acesso <: 23 fev.2002.

INSTITUTO CEPA/SC. **SC - AGRO 2000: informações da agricultura catarinense**. Florianópolis, SC: ICEPA/SC – SDRA, 2001. 1 CD-ROM.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. Disponível em: < <http://www.iso.ch/isso/em/ISOOnline.FrontPage.htm> > Acesso: 17 fev 2003.

MALUF, Renato S. **Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar**. 1999. Disponível em <<http://www.polis.org.br/publicações/papers/>>. Acesso em setembro de 2002. Polis Papers 1999a Nr. 4.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. **Perfil do município de Rio do Sul**. Rio do Sul, SC: Séc. de Indústria, Comércio e Turismo, 2001. Disponível em: <<http://www.riodosul.sc.gov.br/>> Acesso em: 30 jun. 2002.

ANEXO 1

Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da

Projeto CNPq/COAGr 520755/2001-4

Roteiro de Entrevista

Este roteiro de entrevista se aplica aos diversos tipos de atores sociais com atuação na região, com destaque para os técnicos (governamentais, de organizações não-governamentais de apoio e de entidades de produtores), líderes políticos (poderes executivo e legislativo), dirigentes de entidades (cooperativas, sindicatos, etc.) e integrantes de conselhos municipais (CMDR's e outros).

Nome do Entrevistador _____

Local da entrevista: _____

I-Identificação do (a) entrevistado(a):

Nome do (a) informante:

Sexo:..... Idade:..... Instituição em que trabalha/atua:

Função:

Atuação (direta ou indireta) do (a) entrevistado (a) ou sua instituição junto às famílias rurais:

.....

II- Informações gerais sobre o município ou região

1- Qual a importância da agricultura para o município e quais os principais produtos produzidos?

.....

2- Quais os maiores problemas do município e em geral e, particularmente, de sua área rural?.....

.....

III- Perfil sócio-econômico das famílias rurais**a) Produção agrícola e comercialização**

1- O que os pequenos produtores familiares estão produzindo?

.....

2- Eles vêm se especializando em algum tipo de produção? Qual? Esse produto já era produzido na região anteriormente?

.....

3- Qual a importância da produção dos pequenos agricultores para o município e para a região?

4- A população do município atribui alguma importância especial ou tem alguma restrição aos produtos oriundos da pequena produção local ou regional?

5- Que tipo de tecnologia vem sendo utilizada pelos pequenos agricultores? Ela se diferencia da tecnologia predominantemente utilizada na região?

6- Os pequenos produtores vêm processando ou industrializando a sua produção? Em caso positivo, esse processo se faz com base em organizações próprias?

7- O Trabalho desenvolvido por sua entidade tem propiciado algum tipo de inovação no que diz respeito ao processo produtivo (tecnologias; organização da produção; capacitação da mão-de-obra; financiamentos; comercialização/industrialização; projetos agro-industriais; novas profissões; padrão de organização espacial do assentamento; organização de grupos de jovens e mulheres; etc.)?

8- Há entidades que financiam os projetos desenvolvidos pelos pequenos agricultores? De onde são? Como é a relação com essas entidades?

9- Os pequenos produtores dispõem de alguma forma de organização relativa a sua produção?.....

10- Existe algum curso especificamente voltado para capacitar os pequenos produtores? Qual? Como funciona? Quem promove tais cursos?

11- Na sua opinião, qual a importância econômica dos pequenos agricultores no município e na sua região?.....

.....

b) Condições de vida, trabalho e renda.

1- Os pequenos agricultores têm conseguido melhorias nas suas condições de vida? Em caso positivo, sob que aspectos? Em caso negativo, porque?

.....

2- De uma forma geral, nesta região, as unidades familiares rurais ocupam toda a mão-de-obra dos moradores no domicílio? Além da atividade agrícola, há outras atividades rurais não-agrícolas importantes para a renda familiar?

.....

3- Há muitas saídas de pessoas para trabalhar fora do estabelecimento rural, estudar, ou desenvolver outras atividades? Caso positivo, quem sai mais (jovens, mulheres, homens, etc.)? E porque optam por não ficar trabalhando na ter.....

.....

4- As unidades familiares rurais geram emprego agrícola ou não-agrícola para não-residentes no estabelecimento? Em caso positivo, quais?

.....

c) Relação com o meio ambiente

1- Os solos das unidades familiares são bons para a agricultura? É preciso algum tipo de correção? Elas (unidades) utilizam práticas de conservação do solo? Em caso positivo, quem orienta?

.....

.....

2- Os pequenos agricultores têm preocupação com a preservação do meio ambiente? Usa-se agrotóxicos? De que tipo? Há cuidados com os mananciais? Que tipo de cuidados? Há tratamentos de dejetos? Há algum uso de tecnologias agroecológicas, orgânicas, alternativa? Qual? Veio através de quem?

.....

3- Os pequenos agricultores têm causado algum tipo de dano ao meio ambiente (desmatamento, erosão do solo, assoreamento de rios, intoxicações, contaminação da água, etc.)? A forma de utilização dos recursos naturais vem ameaçando de alguma forma as condições de reprodução dos pequenos agricultores?

.....

4- Existe alguma área de reserva no município ou região? Como ela é vista pelas famílias rurais? (há preocupação em mantê-la, há depredação, é vista como um problema, etc.)

.....

5- Há algum trabalho de educação ambiental sendo desenvolvido junto aos pequenos agricultores? Quem promove e quais as suas características principais?

.....

IV- Sociedade e manifestações culturais

1- Os pequenos agricultores promovem festas religiosas, atividades esportivas. Rodeios, feiras, etc. no município? Especificar o tipo e frequência?

.....

2- Qual a opinião da população do município/região sobre os pequenos agricultores? A população da cidade tem interação frequente com os agricultores? Participa dos eventos promovidos por eles?

.....

3- Quais associações congregam pequenos agricultores ou nas quais eles têm participação significativa? Quais as principais demandas dos agricultores encaminhadas por estas associações?

.....

4- Há algum tipo de organização de mulheres agricultoras?

.....

5- Há algum tipo de organização de jovens entre as famílias rurais? Que tipos de demandas fazem?

.....

6- Os meios de comunicação locais/regionais costumam fazer cobertura sobre algum tipo de atividade desenvolvida pelos pequenos agricultores (aspectos relativos à produção-comercialização, ações reivindicativas, festas, eventos esportivos, etc.)? Em caso positivo, esta cobertura recebe atenção do conjunto da população do município?

.....

.....

V- Políticas públicas

1-Os pequenos agricultores procuraram a entidade do entrevistado? Em caso positivo, explorar o tipo de contato que há e através de que canais ele se dá:

.....

.....

2- A quem os agricultores ou as associações/cooperativas costumam dirigir suas demandas e qual o procedimento de encaminhamento dessas demandas? Quais são os interlocutores privilegiados?

.....

3- Os órgãos públicos (secretarias municipais, prefeitura, governo estadual, etc.) têm atendido às demandas? No momento, com está sendo a relação dos pequenos agricultores com a

Prefeitura e com a Câmara de Vereadores? Que tipos de demandas são trazidos por eles?
Quem faz e como são feitas essas demandas?

.....

.....

.....

4- Há representantes de pequenos agricultores participando de conselhos municipais (de desenvolvimento rural, de saúde, de emprego e renda, etc.)?

.....

.....

.....

5- Há políticas ou programas municipais voltadas para os pequenos agricultores? Em caso positivo, quais e como elas vêm sendo implementadas?

.....

.....

.....

.....

6- Qual a opinião da população do município/região sobre os pequenos agricultores?

.....

.....

.....

.....

7- Os pequenos agricultores têm alguma influência ou algum peso na vida política local?

.....

.....

.....

.....

8- Como os políticos locais se comportam frente aos pequenos agricultores?

.....

.....

.....

.....

ANEXO 2

Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras

Projeto CNPq/COAGr 520755/2001-4

Questionário - Famílias rurais

Entrevistador:

Data da entrevista: ____ / ____ / 2002.

Pessoa entrevistada (nome e posição na família):

Atenção: - a unidade familiar é composta pelo conjunto das pessoas que habitam o mesmo domicílio

- famílias rurais são aquelas cujo responsável trabalha diretamente a terra, em uma ou mais parcelas

I. Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar

Quadro 1 - Identificação da propriedade ou parcela de terra

| | | |
|---|------------|------------------------|
| Nome do(a) responsável: | | |
| Comunidade: | Município: | |
| Residência do responsável: [] No estabelecimento [] Em outro local - urbano [] Em outro local - rural | | |
| Cidade mais próxima: | Distância: | Tempo de deslocamento: |
| Há quanto tempo trabalha nesta propriedade ou parcela de terra? | | |
| 01. 20 anos ou mais [] 02. entre 15 e 20 anos [] 03. entre 10 e 15 anos [] | | |
| 04. entre 5 e 10 anos [] 05. entre 1 e 5 anos [] 06. menos de 1 ano [] | | |
| 07. outro (especificar) [] _____ | | |
| Condição legal da terra: 01. própria [] 02. arrendada [] 03. parceria [] 04. posse [] | | |
| 05. outra (especificar) [] _____ | | |
| Se terra própria: | | |
| Forma de aquisição: 01. herança do pai/mãe [] 02. herança do pai/mãe da/o esposa/o [] 03. compra de vizinho | | |
| 04. compra de parente [] 05. assentamento [] 06. outros (especificar) []: _____ | | |
| Alteração na área nos últimos 5 anos: 01. aumentou [] 02. diminuiu [] 03. não se alterou [] | | |
| Se aumentou: 01. comprou de parente [] 02. comprou de vizinho [] | | |
| 03. outro (especificar)[]: _____ | | |
| Se diminuiu: 01. vendeu p/ parente [] 02. vendeu p/ vizinho [] 03. vendeu p/ gente de fora [] | | |
| 04. outro (especificar) []: _____ | | |
| Informações complementares: | | |

Quadro 2 - Utilização das terras nos últimos 12 meses

Atenção: - quando o(a) entrevistado(a) explorar áreas descontínuas, considerar o total das áreas exploradas e especificar o nº de parcelas (ou glebas) na linha

- quando se tratar de exploração coletiva, considerar a área total explorada pelo grupo e especificar embaixo do quadro o número de famílias participantes do grupo

| Utilização | Hectares | Utilização | Hectares |
|---|----------|--------------------------------------|----------|
| 2.1. Lavoura | | 2.5. Sede e outras construções | |
| 2.2. Pastagem | | 2.6. Área de recreação para turistas | |
| 2.3. Horta ou roça para auto-consumo | | 2.7. Açude | |
| 2.4. Mata nativa e plantada e capoeira (total) | | 2.8. Outra (especificar): | |
| 2.4.1. Área de preservação ambiental | | 2.9. Área total | |
| 2.4.2. Reflorestamento (anotar se for c/ esp. nativa) | | 2.10. Número de parcelas ou glebas | |

Quadro 3 - Composição e ocupação dos membros da unidade familiar

| Nome de referência | a. Parentesco com responsável | b. Sexo | c. Idade | d. Escolaridade | e. Ocupação principal | f. Renda mensal na ocupação principal | g. Ocupação secundária | h. Renda mensal na ocupação secundária | i. Dedicção à atividade agrícola |
|--------------------|-------------------------------|---------|----------|-----------------|-----------------------|---------------------------------------|------------------------|--|----------------------------------|
| 3.1 | | | | | | | | | |
| 3.2 | | | | | | | | | |
| 3.3 | | | | | | | | | |
| 3.4 | | | | | | | | | |
| 3.5 | | | | | | | | | |
| 3.6 | | | | | | | | | |
| 3.7 | | | | | | | | | |
| 3.8 | | | | | | | | | |
| 3.9 | | | | | | | | | |
| 3.10 | | | | | | | | | |

| | | | |
|---|---|--|--|
| a. parentesco c/ responsável 01 responsável 02 cônjuge 03 filho/filha 04 pai/mãe/sogro(a) 05 nora/genro 06 neta(o) 07 agregados 08 outros b. sexo 01 masculino 02 feminino | d. escolaridade 01 analfabeto 02 lê e escreve 03 Mobral 04 Até 4ª Série (Primário) 05 1º G incompleto 06 1º G completo (Ginásio) 07 2º G incompleto 08 2º G completo (Colegial) 09 Nível técnico 10 Superior incompleto 11 Superior completo 12 não soube informar | e./ g. ocupação principal e secundária 01 trabalho por conta-própria na agricultura 02 trabalho assalariado na agricultura 03 trabalho não remunerado na agricultura 04 serviços domésticos 05 estudante 06 aposentado(a) 07 transformação agroindustrial 08 comércio de mercadorias 09 serviços de transporte 10 administração pública 11 atividades de ensino 12 indústria da construção 13 outras (especificar) 14 não se aplica | f. / h. renda mensal 01 até R\$ 200 02 R\$ 200 a 400 03 R\$ 400 a 600 04 R\$ 600 a 1.000 05 mais de R\$ 1.000 i. dedicação à atividade agrícola (média anual) 01 Mais de 80% do tempo de trabalho total 02 Entre 50 e 80% t.t.t. 03 Menos de 50% t.t.t. 04 Trabalhos esporádicos |
|---|---|--|--|

Atenção nos quadros 4.1 a 4.3 (a seguir):

- eles se referem aos produtos parcial ou integralmente comercializados, bem como aqueles destinados à criação animal ou à transformação no estabelecimento; anotar o percentual da produção total destinado a cada finalidade
- caso não haja produtos em qualquer destas condições, anotar o motivo
- o quadro 4.4.é específico para as atividades (e produtos) destinadas exclusivamente para o auto-consumo

Quadro 4.1 - Produção, consumo e comercialização de produtos vegetais (período ago/2001 a jul/2002)

| Principais Produtos | Produção média anual (kg) | Venda (%) | Alimentação animais(%) | Transfor. no estabel. (%) | Consumo Próprio (%) | Forma Comercializ. (a) |
|---------------------|---------------------------|-----------|------------------------|---------------------------|---------------------|------------------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

(a) 01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito 05. Varejo (sm e outros)

06. Feira 07. Direto ao consumidor 08. Outros (especificar): _____

Quadro 4.2 - Produção, consumo e comercialização de produtos animais (período ago/2001 a jul/2002)

| Principais Produtos | Rebanho (cabeças) | Produção média anual | Venda (%) | Transform. no estabel. (%) | Consumo Próprio (%) | Forma de Comercialização(a) |
|---------------------|-------------------|----------------------|-----------|----------------------------|---------------------|-----------------------------|
| Aves | | cab | | | | |
| Bovinos | | cab | | | | |
| Suínos | | cab | | | | |
| Ovinos-caprinos | | cab | | | | |
| Leite | | lt | | | | |
| Ovos | | dz | | | | |
| Peixes | | kg | | | | |
| Mel | | kg | | | | |

(a) 01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepoto

05. Varejo (sm e outros) 06. Feira 07. Direto ao consumidor 08. Outros (especificar): _____

Quadro 4.3 - Produção, consumo e comercialização de produtos extrativos (período ago/2001 a jul/2002)

| Principais Produtos | Produção média anual | Venda (%) | Transform. no estabel. (%) | Consumo Próprio(%) | Forma de Comercialização (a) |
|---------------------|----------------------|-----------|----------------------------|--------------------|------------------------------|
| Lenha-carvão | | | | | |
| Ervas medicinais | | | | | |
| Outros | | | | | |

(a) 01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepoto

05. Varejo (sm e outros) 06. Feira 07. Direto ao consumidor 08. Outros (especificar): _____

1. Qual o seu ganho mensal total com as atividades mencionadas nos quadros 4.1 a 4.3, descontadas as despesas de produção? [período agosto-2001 a julho-2002]

01. até R\$ 200,00 []

02. R\$ 200,00 a 400,00 []

03. R\$ 400,00 a 600,00 []

04. R\$ 600,00 a 1.000,00 []

05. R\$ 1.000,00 a 2.000,00 []

06. mais de R\$ 2.000,00 []

07. não sabe responder []

08. não quis responder []

Quadro 4.4. Atividades exclusivas para autoconsumo

| Atividades de autoconsumo | Principais produtos | Quem cuida (a) | Observações complementares (b) |
|---------------------------|---------------------|----------------|--------------------------------|
| Pomar | | | |
| Roça | | | |
| Horta | | | |
| Criação animal | | | |

(a) 01. Responsável 02. Filho(a) 03. Cônjuge 04. Outros (especificar): _____

(b) Quando houver, registrar procedimentos especiais (em relação aos agrotóxicos, etc.) e outras particularidades

2. Caso tivesse que comprar os alimentos que obtém diretamente na(s) sua(s) parcela(s), quanto o(a) senhor(a) avalia que gastaria por mês? (atenção: considerar o total do autoconsumo informado nos quadros 4.1. a 4.3 e na questão 2)

01. até R\$ 50,00 []

02. R\$ 50,00 a 100,00 []

03. R\$ 100,00 a 200,00 []

04. mais de R\$ 200,00 []

05. não sabe avaliar []

Quadro 5 - Atividade agroindustrial rural - agregação de valor

| |
|---|
| 5.1. Realiza processamento regular de matéria-prima*? 01. Sim [] 02. Não [] |
| 5.2. Principais produtos e quantidades vendidas: |
| 5.3. Unidade de processamento: 01. Individual [] 02. Associativa rural [] 03. Associativa urbana [] |
| 5.4. Origem da matéria prima: 01. Própria [] 02. Terceiros [] 03. Ambos [] |
| 5.5. Renda líquida total: R\$ Não sabe informar: [] |
| 5.6. O(s) produto(s) que vende é(são) inspecionado(s) ou registrado(s)? 01. Sim [] 02. Não [] Se não, por quê? |

(*) Exemplos: farinha, queijo, requeijão, iogurte, embutidos de carne, conservas, doces, polpa de frutas, açúcar, cachaça, rapadura, etc.

Quadro 6 - Outras fontes de receitas e auxílios da família - período ago/2001 a jul/2002

| Tipos de receitas monetárias | Valor bruto recebido | |
|--|----------------------|----------|
| | (R\$) | Não sabe |
| 6.1. | | |
| 6.2. | | |
| 6.3. | | |
| 6.4. | | |
| 6.5. Total outra receita monetárias | | |

Exemplos: renda fundiária (arrendamento, parcerias), aluguel de pasto, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de casa de farinha e engenho, venda de esterco, aluguel de casa em área urbana, aluguel de alojamento para turismo rural, pesque-e-pague, bolsa-escola, bolsa-alimentação, cesta básica, etc.

3. Qual a renda monetária mensal total da família (incluindo rendas pessoais, da atividade produtiva e outras receitas)?

01. até R\$ 200,00 [] 02. R\$ 200,00 a 400,00 [] 03. R\$ 400,00 a 600,00 []
 04. R\$ 600,00 a 1.000,00 [] 05. R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] 06. mais de R\$ 2.000,00 []
 07. não sabe responder [] 08. não quis responder []

4. Qual a renda mais importante para a manutenção da sua família?

01. atividade agropecuária própria [] 02. trabalho em atividade agropecuária de terceiros []
 03. aposentadoria/pensão [] 04. comércio [] 05. artesanato []
 06. extrativismo [] 07. outra (especificar) : _____

Quadro 7 - Força de trabalho utilizada na(s) parcela(s) - período ago/2001 a jul/2002

| Atividades | Membro da família (a) | | Diarista (b) | Empregado(a) Permanente (No.) | Troca de dia (c) |
|-------------------------------|-----------------------|-----|--------------|-------------------------------|------------------|
| | Tipos | No. | | | |
| 7.1. Atividades agropecuárias | | | | | |
| 7.2. Indústria rural/caseira | | | | | |
| 7.3. Artesanato | | | | | |
| 7.4. Extração vegetal | | | | | |

(a) 01. cônjuge 02. filho(a) 03. filho(a) criança 04. pai/mãe 05. genro/nora 06. irmã(o) 07. outro membro

(b) Total de homens-dia-ano (total obtido tomando-se o número de diaristas contratados no último ano, multiplicado pelo número de dias trabalhados por cada um deles no mesmo período)

(c) 01. grupo familiar 02. grupo de vizinhança 03. grupo familiar e grupo de vizinhança
 04. outro - especificar: _____

Quadro 8 - Fontes de crédito

| Finalidade | Utiliza (a) | Fonte (b) |
|--------------------------|-------------|-----------|
| 8.1. Custeio | | |
| 8.2. Comercialização | | |
| 8.3. Investimento | | |
| 8.4. Animais | | |
| 8.5. Outro (especificar) | | |

(a) 01. Sim 02. Não

(b) 01. Banco - contrato Pronaf 02. Banco - crédito pessoal 03. Intermediário
 04. Cooperativa 05. Outro (especificar): _____

Se não utiliza(ou), por quê? _____

5. O senhor adota alguma conduta técnica particular visando a dar uma qualidade diferenciada para os produtos que comercializa (produtos orgânicos, coloniais, artesanais, saudáveis, etc.)? 01. Sim [] 02. Não []

Se adota:

5.1. Quais condutas? _____

5.2. Porque as adotou? _____

5.3. Contou com algum estímulo ou apoio? _____

Se não adota:

5.4. Por quê não? _____

6. Quando necessita de assistência técnica, a quem costuma procurar?

01. ONG's [] 02. Cooperativas [] 03. Empresas particulares [] 04. Sindicato []

05. Agroindústria integradora [] 06. Empresas públicas [] : identificar:

07. Outros [] especificar: _____

7. O(a) senhor(a) gostaria de modificar os tipos de produto que cultiva?

01. Diversificar mais [] 02. Especializar mais [] 03. Outro [] - especificar: _____

7.1. Por quê? _____

8. O(a) senhor(a) pensa em outras possibilidades de uso da terra além da atividade agropecuária?

01. Sim [] 02. Não []

8.1. Se sim, quais? _____

9. O(a) senhor(a) considera que sua família:

9.1. Está protegida contra o risco de não ter alimentos suficientes para comer? 01. Sim [] 02. Não []

9.2. Por quê? _____

9.3. Possui hábitos alimentares saudáveis? 01. Sim [] 02. Não []

9.4. Por quê? _____

10. O(a) senhor(a) considera que sua família e as demais famílias rurais da sua comunidade contribuem para que a sociedade não tenha falta de alimentos e para que estes alimentos sejam de boa qualidade e saudáveis? 01. [] 02. Não []

10.1. Se sim, como? _____

10.2. Se não, por quê? _____

II. Recursos naturais e meio ambiente

11. Qual(is) o(s) sistema(s) de cultivo que o(a) senhor(a) adota?

01. convencional - _____ ha

02. plantio direto - _____ ha

03. cultivo mínimo - _____ ha

04. orgânico - _____ ha

05. sistema agroflorestal - _____ ha

06. outro (especificar: _____) - _____ ha

Atenção: *Plantio convencional: refere-se ao sistema de preparo do solo baseado fundamentalmente na remoção do mesmo com aração e gradagem, em geral, com tração mecânica.*

Plantio direto: refere-se à prática de utilizar uma cobertura verde, em geral com gramínea, durante o período de inverno; em seguida, essa cobertura é "acamada" (com rolo-faca) ou dessecada (com herbicida), para posterior plantio da cultura de verão (milho ou soja no sul do país)

Cultivo mínimo: refere-se ao sistema de preparo do solo com o mínimo de movimentação possível; na maioria das vezes, utiliza-se algum tipo de cobertura vegetal, sendo realizado o sulcamento para posterior plantio.

11.1. Esclarecimentos adicionais (combinação de sistemas, existência de certificação de cultivo orgânico, etc.): _____

Quadro 9 - Uso de máquinas e Equipamentos

| Máquina-Equipamento | Utiliza (S/N) | Quantidade (a) | Condição (b) |
|---------------------|---------------|----------------|--------------|
| 9.1 Trator | | | |
| 9.2 Plantadeira | | | |
| 9.3. Arados | | | |
| 9.4. Tração animal | | | |

(a) 01. nenhum 02. um 03. dois 04. três 05. outro (especificar): _____

(b) 01. próprio 02. alugado 03. associação 04. outro (especificar): _____

Quadro 10 - Uso de insumos e outras técnicas

| Insumos e técnicas | Utilização (a) | Orientação (b) |
|--|-------------------|-------------------|
| 10.1. Adubos químicos | | |
| 10.2. Esterco | | |
| 10.3. Adubo verde | | |
| 10.4. Composto orgânico | | |
| 10.5. Semente certificada | | |
| 10.6. Semente própria | | |
| 10.7. Agrotóxicos | | |
| 10.8. Herbicidas | | |
| 10.9. Controle biológico | | |
| 10.10. Descanso do solo – pousio | | |
| 10.11. Conservação de solo | | |
| 10.12. Rotação de culturas | | |
| 10.13. Consórcio de culturas | | |
| 10.14. Medida para captação de água de chuva | | |
| 10.15. Queimada | | |
| 10.16. Lavouras resistentes à falta de água | | |
| 10.17. Animais resistentes à falta de água | | |
| 10.18. Depósitos de água | | |
| 10.19. Irrigação | | |

(a) **01.** muito freqüente **02.** freqüente **03.** pouco freqüente **04.** esporádico **05.** não utiliza

(b) **01.** Outros agricultores **02.** Emater **03.** Cooperativa **04.** Empresas particulares

05. ONG's **06.** Prefeitura **07.** Tradição familiar **08.** Outras fontes (especificar) _____

12. Nos últimos 10 anos, a produtividade das culturas (quantidade por área):

01. aumentou [] **02.** diminuiu [] **03.** permaneceu igual []

12.1. Por quê? _____

13. O(a) senhor(a) utiliza agrotóxicos? **01.** Sim [] **02.** Não []

13.1. Por quê? _____

Se sim:

13.2. Equipamento:

01. Pulverizador manual [] **02.** Pulverizador motorizado [] **03.** Tratorizado []

04. Outros [] - especificar: _____

13.3. Usa equipamento de proteção durante a aplicação? **01.** Sim [] **02.** Não [] **03.** Às vezes []

Caso sim, quais equipamentos utilizam? _____

Caso não, por quê? _____

13.4. Onde lava o equipamento?

01. No rio [] **02.** Perto do poço [] **03.** Lagoa []

04. Outros [] - especificar: _____

13.5. Já teve problemas de intoxicação com os produtos utilizados? **01.** Sim [] **02.** Não []

Caso sim, como se tratou? _____

13.6. Qual o destino dado ao lixo tóxico (embalagem de agrotóxico)?

01. Lixeira tóxica [] **02.** Queima [] **03.** Reutiliza [] **04.** Deixa no campo []

05. Faz tríplex lavagem [] **06.** Devolve para a revenda [] **07.** Outro [] - especificar: _____

14. Nos últimos 10 anos:

14.1. O uso de agrotóxicos (venenos) na região:

01. aumentou [] **02.** diminuiu [] **03.** não sabe opinar []

14.2. Por quê? _____

14.3. As pragas e doenças nas lavouras da região:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** não sabe opinar []

14.4. Por quê? _____

Quadro 11 - Abastecimento de água e saneamento

| | | | | | |
|--|----------------------------|-----|----------------------------|---|------------------------------------|
| 11.1. Qual sistema de abastecimento de água utilizado? | | | | 11.2. Qual o destino dado aos dejetos humanos ? | |
| [] | 01. Poço com proteção | [] | 05. Poço s/ proteção | [] | 01. Privada |
| [] | 02. Mina/fonte c/ proteção | [] | 06. Mina/fonte s/ proteção | [] | 02. Privada c/ fossa negra/séptica |
| [] | 03. Poço artesiano | [] | 07. Direto do rio | [] | 03. Descarregado no rio |
| [] | 04. Rede pública | [] | 08. Outro | [] | 04. Outro |
| 11.3. Qual o destino dado aos dejetos animais ? | | | | 11.4. Qual o destino das águas usadas? | |
| [] | 01. Céu aberto | [] | | [] | 01. Sumidouro |
| [] | 02. Buraco no chão | [] | | [] | 02. Céu aberto |
| [] | 03. Esterqueira | [] | | [] | 03. Outros |
| [] | 04. Outro | [] | | | |
| 11.5. Usa água para irrigação? 01. Sim [] 02. Não [] | | | | | |

15. Existe nascente ou rio na propriedade? **01.** Sim [] **02.** Não []

15.1. Caso sim, o volume nos últimos 10 anos: **01.** aumentou [] **02.** diminuiu [] **03.** permaneceu igual []

16. Existe um período de escassez de água? **01.** Sim [] **02.** Não []

16.1. Se sim, qual o motivo principal? **01.** Seca [] **02.** Uso intensivo e seca [] **03.** Muitos usuários [] **04.** Outros []

especificar: _____

17. Nos últimos 10 anos, as matas na região (de proteção às margens dos rios e nascentes e de topos de morro ou chapadas):

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** não se alteraram []

17.1. Por quê? _____

18. Nos últimos 10 anos, as enchentes na propriedade ou na região: **01.** aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** não sabe opinar []

18.1. Por quê? _____

19. Em relação à fauna e à flora da região, nos últimos 10 anos:

19.1. Os tipos de animais silvestres que são vistos com frequência:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** permaneceram iguais []

19.2. Explicar: _____

19.3. A quantidade e a variedade de peixes:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** permaneceram iguais []

19.4. Explicar: _____

19.5. A quantidade e a variedade da flora:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** permaneceram iguais []

19.6. Explicar: _____

III. Identidade e condições de vida e de trabalho

20. Qual é (ou era) a profissão de seus pais? 20.1- Pai: _____ 20.2- Mãe: _____
01. agricultor(a) **02.** trabalhador(a) assalariado(a) na agricultura **03.** comércio
04. trabalhador(a) assalariado(a) fora da agricultura **05.** outra (especificar); _____
21. Que outras ocupações remuneradas o(a) senhor(a) exerceu nos últimos 05 anos, além da sua condição atual?
01. trabalho assalariado na agricultura [] **02.** trabalho assalariado fora da agricultura []
03. comércio [] **04.** não exerceu [] **05.** outra [](especificar) : _____
- 21.1. Se sim, com que frequência? _____
22. Que nome o(a) senhor(a) acha mais acertado para definir a sua condição, considerando o seu trabalho na agricultura?
-
- Atenção: se o(a) entrevistado(a) não responder espontaneamente, oferecer as alternativas a seguir:*
01. agricultor(a) [] **02.** agricultor(a) familiar [] **03.** produtor(a) rural [] **04.** pequeno(a) produtor(a) []
05. trabalhador(a) rural [] **06.** camponês(a) [] **07.** sitiante [] **08.** lavrador(a) []
09. outro [] - especificar: _____
23. Das atividades desempenhadas pelo(a) senhor(a), atualmente, qual a que o(a) senhor(a) considera a mais importante?
-
24. Em relação a seus pais, o(a) senhor(a) considera que vive, hoje :
24.1. [] Melhor - Em quais aspectos?

24.2. [] Pior - Em quais aspectos?

24.3. [] Igual - Por quê?

-
25. Vê possibilidade de melhorar a sua situação, em relação a como ela se encontra hoje ?
01. sim [] **02.** não [] **03.** não tem opinião a respeito []
25.1. Se sim, como? Se não, porquê?

-
26. O(a) senhor(a) acha que as políticas e programas do governo contribuem para a agricultura familiar ?
01. sim [] **02.** não [] **03.** não tem opinião a respeito []
26.1. Se sim, quais? Se não, por quê? _____
-
27. Muitos agricultores estão largando a atividade agrícola para se dedicar a outras atividades. Isso acontece na sua comunidade e no seu município? **01.** sim [] **02.** não [] **03.** não sabe []
27.1. Em caso afirmativo:
01. vem acontecendo com muitos agricultores [] **02.** acontece em número muito pequeno [] **03.** não sabe avaliar []
28. Tem algum filho que não reside com o(a) senhor(a)? **01.** Sim [] **02.** [] Não
28.1. Se sim, quantos?

28.2. Desde quando?

28.3. Por quê saíram?

28.4. Para onde foram?

28.5. Têm intenção de voltar?

-
29. Gostaria que seus filhos viessem a ser agricultores?
01. Sim [] **02.** Não [] **03.** Não tem opinião a respeito []
29.1. Por quê?

-

29.2. Se não, que profissão gostaria que seus filhos seguissem ? _____

30. Na sua opinião, qual a principal contribuição da agricultura para sua família e para sua comunidade? _____

31. O(a) senhor(a) gostaria de deixar a agricultura?

01. Sim []

02. Não []

03. Não tem opinião a respeito []

31.1. Por quê? _____

31.2. Que atividade gostaria de exercer? _____

32. Na sua opinião, qual deveria ser o papel dos agricultores para o desenvolvimento da sociedade? O(a) senhor(a) acha que os agricultores têm desempenhado este papel atualmente? Por quê?

33. Na sua opinião:

33.1. Em quê a vida no campo é melhor que a da cidade? _____

33.2. Em quê a vida no campo é pior que a da cidade? _____

34. Na sua opinião, quais são as três coisas mais importantes para que sua família possa viver bem no campo? Por quê?

Atenção: se necessário, citar os exemplos a seguir, porém, cuidando para não induzir a resposta: ser proprietário; área maior; número de filhos; existência de associação ou cooperativa; preços dos produtos; crédito; tecnologia; capacitação ou recursos para desenvolver atividades não-agrícolas, etc.

IV. Sociabilidade e manifestações culturais

35. Qual destes locais o(a) senhor(a) frequenta com maior frequência?

01. comunidade rural [] 02. bairro mais próximo [] 03. sede do município/cidade mais próxima []

35.1. Por quê? _____

36. O(a) senhor(a) vai regularmente à cidade mais próxima (mencionar o nome da cidade, se necessário) ?

01. sim [] 02. não []

36.1. Se sim, para quê? especificar por ordem de importância: _____

36.2. Com que frequência? _____

37. Quais as pessoas mais próximas do(a) senhor(a) e de sua família aqui? (tentar construir a rede de sociabilidade, por ordem de importância: 1, 2, 3, etc.)

01. parentes [] 02. vizinhos [] 03. grupo religioso []

04. grupo de trabalho [] 05. outros [] - especificar: _____

38. Quais as atividades de lazer mais importantes da sua família? (ordem de importância: 1, 2, 3, etc.)

01. Festas comunitárias [] 02. Jogos na comunidade [] 03. Viagem de férias []

04. Visita a familiares [] 05. Excursões [] 06. Pescaria []

07. Baile, discoteca (danças) [] 08. outra [] - especificar: _____

38.1. Faltam alternativas de lazer acessíveis para sua família? Se sim, quais ou de que tipo?

Quadro 12: Participação da família na vida da comunidade e do município

| Discriminação | Existe | Participa |
|--|------------------------------|-----------------|
| 12.1 Associação comunitária de produtores | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.2 Associação de feirantes | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.3 Condomínios agrícolas | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.4 Cooperativas - (especificar tipo) | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.5 Entidade ambientalista | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.6 Sindicato de trabalhadores rurais | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| Sindicato patronal rural | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.8 Associação de mulheres/clube de mães | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.9 Associação/clube de jovens | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.10 Associação de igreja (pastorais, etc.) | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.11 Associação de pais e mestres da escola | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.12. Conselho municipal (especificar qual ou quais): | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.13 Partido político | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |
| 12.14 Outro - especificar : _____ | Sim () Não () Não sabe () | Sim () Não () |

39. Ocupa ou ocupou cargo(s) diretivo(s) em alguma(s) das entidades listadas no quadro anterior? **01.** Sim [] **02.** Não []
39.1. Se sim, especificar:

40. Que atividades e festas o(a) senhor(a) acha que são importantes para a vida da comunidade? (por ordem de importância: 1, 2, 3, etc.)

- 01.** festas da igreja [] **02.** festas da comunidade [] **03.** reuniões de famílias []
04. esportes - torneios esportivos [] **05.** forró - bailes [] **06.** cultos religiosos []
07. feira agrícola ou de produtos regionais [] **08.** outra [] - especificar: _____

40.1. Em qual delas o(a) senhor(a) participa com maior frequência?

41. Qual a sua opinião sobre as pessoas que vêm de fora (turistas, novos residentes, novos agricultores, etc.)?

- 01.** trazem mais vantagens que desvantagens [] **02.** trazem mais desvantagens que vantagens []
03. não interferem em nada [] **04.** outra [] - especificar : _____

41.1. Quais as principais vantagens que o pessoal de fora traz? _____

41.2. Quais as principais desvantagens que o pessoal de fora traz? _____

41.3. Quais as principais contribuições que o pessoal daqui dá para o pessoal de fora?

42. Em sua comunidade, existe algum tipo de conflito entre :

42.1. agricultores locais e o pessoal que vem da cidade (turistas)? 01. sim [] 02. não []

Se sim, de que tipo?

42.2. agricultores locais e os novos produtores que se instalam na região ? 01. sim [] 02. não []

Se sim, de que tipo?

43. Em relação ao lugar (comunidade ou região) em que mora:

01. gosta do lugar onde mora [] 02. gostaria de morar em outro lugar []

43.1. Por quê?

44. O que o(a) senhor(a) destacaria como mais importante para sua permanência neste lugar?

45. De um modo geral, o que acontece com os jovens daqui, eles saem ou permanecem na comunidade?

45.1. Rapazes:

45.2. Moças:

Se saem, para onde vão?

45.3. Rapazes:

45.4. Moças:

O que vão fazer/procurar?

45.5. Rapazes:

45.6. Moças:

45.7. O senhor acha importante que os jovens permaneçam na comunidade? 01. Sim [] 02. Não []

45.8. Se sim, o que o senhor considera mais importante para os jovens permanecerem?

46. Com relação aos hábitos e aos costumes da sua família:

46.1. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se mantendo e por quê?

46.2. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se perdendo e por quê? _____

Atenção: por hábitos e costumes estamos entendendo aspectos da vida familiar tais como tradição culinária, hábitos alimentares, tipos e frequência das reuniões familiares, forma de moradia e padrão das construções, etc.

47. Com relação aos hábitos e costumes da sua comunidade:

47.1. Quais o(a) senhor(a) acha que estão se mantendo e por quê? _____

47.2. Quais o(a) senhor(a) acha que estão se perdendo e por quê? _____

48. A sua comunidade tem alguma característica que a distingue das demais? **01.** Sim [] **02.** Não []

48.1. Se sim, qual?

48.2. Qual a importância da agricultura para a manutenção desta característica? _____

48.3. O(a) senhor(a) e sua família contribuem para a preservação desta característica? Como? _____

49. Na sua opinião, quais são as principais mudanças para melhor e para pior que ocorreram na sua comunidade nos últimos dez anos?

49.1. Para melhor: _____

49.2. Para pior: _____

V. Relações com o território e a natureza (paisagem rural)

50. Liste os cultivos e outras atividades produtivas rurais mais importantes na região:

- Há 20 anos atrás: _____

- Há 10 anos atrás: _____

- Atualmente: _____

50.1. Quais as alterações na paisagem rural da região que foram provocadas pelas mudanças havidas nas atividades produtivas rurais? Qual sua opinião a respeito? _____

51. O(a) senhor(a) acha que a agricultura que o(a) senhor(a) pratica, ajuda a cuidar da natureza?

01. Sim [] **02.** Não [] **03.** não tem opinião []

51.1. Por quê? _____

52. O(a) senhor(a) participa de alguma atividade (individual ou coletiva) ou projeto relacionado com a proteção da natureza?

01. Sim [] **02.** Não []

52.1. Em caso afirmativo, qual? _____

53. Algum órgão para proteção da natureza atua aqui em sua comunidade ou no município?

01. sim [] **02.** não [] **03.** não sabe []

53.1. Especificar órgão e tipo de atuação: _____

53.2. Esta atuação gera algum tipo de conflito? Porquê? _____

53.3. Qual sua opinião a respeito? _____

54. O seu estabelecimento tem alguma característica particular ou recurso natural que o(a) senhor(a) considera importante?

01. Sim [] **02.** Não []

54.1. Em caso afirmativo, especificar: _____

55. Gostaria de receber uma ajuda do governo para o(a) senhor(a) cuidar da natureza em sua área?

01. Sim [] **02.** Não [] **03.** não tem opinião []

55.1. Em caso afirmativo, que compromisso(s) estaria disposto a assumir e de que forma a recompensa poderia

ANEXO 3

Tabela A - Custo total médio de produção & Preço médio recebido pelos produtores em Santa Catarina, de alguns produtos agropecuários, em R\$ - Junho 2002.

| Produto Agropecuário | Custo de Produção | Preço Médio |
|--|--------------------------|-----------------------|
| Milho – média tecnologia (R\$ / Sc. 60 Kg) | 8,61 | 14,00 ⁽¹⁾ |
| Mandioca – 1 ciclo em Solo argiloso (R\$ / Tonelada) | 51,99 | 53,00 ⁽²⁾ |
| Feijão Preto – Tração motorizado (R\$ / Sc. 60 Kg) | 39,56 | 53,06 ⁽¹⁾ |
| Batata Suja – Especial/1ª (R\$ / Sc. 60 Kg) | ... | 17,55 ⁽³⁾ |
| Cebola – Cultivo mínimo Microtrator (R\$ / Sc. 20 Kg) | 4,27 | 8,47 ⁽⁴⁾ * |
| Fumo-Estufa - Virgínia (R\$ / Kg) | 1,92** | 2,41 ⁽⁵⁾ |
| Leite (R\$ / Litro) | 0,24 | 0,33 ⁽⁵⁾ |
| Frango Vivo (R\$ / Kg) | 0,89 | 0,99 ⁽¹⁾ |
| Suíno Vivo (R\$ / Kg) | 1,51*** | 1,12 ⁽¹⁾ |
| Bovino Vivo (R\$ / Arroba) | ... | 46,00 ⁽⁶⁾ |
| PeixeVivo - Carpa comum (R\$ / Kg) | ... | 1,55 |

Fonte: Agroindicador: indicadores para a agricultura catarinense – 2º trim. 2002 – julho/02. Instituto CEPA/SC. Adaptado por ALVES, A. F.

(1) Preço médio na região de Chapecó.

(2) Preço médio na região Sul.

(3) Preço médio nas regiões de Rio do Sul, Florianópolis e Canoinhas.

(4) Preço médio na região de Rio do Sul.

(5) O preço refere-se à média aritmética simples dos preços mais comuns registrados diariamente nas regiões produtoras.

(6) Preço médio na região de Florianópolis.

* Preço médio referente ao mês de maio/02, por não haver mais produto da safra 2001/2002.

** Custo de produção fornecido calculado pela AFUBRA, considerando uma produtividade média de 2.080 Kg/ha.

*** Custo total por Kg de peso vivo considerando a receita com descarte.

(...) Dado numérico não-disponível.

ANEXO 4

Tabela B - Custo total médio de produção & Preço médio recebido pelos produtores, de alguns produtos agropecuários, em R\$ - 2001/2002.

| Produto Agropecuário | Custo de Produção | Preço Médio |
|--|-------------------------|-----------------------|
| Batata (R\$ / Sc. 60 Kg) | 15,20 | ... |
| Cana-de-açúcar (R\$ / Tonelada) | 15,00 | 24,87 |
| Melancia (R\$ / Kg) | 2.385,00 ⁽¹⁾ | 0,15 |
| Morango (R\$ / Kg) | 0,85 | 3,00 |
| Pepino (R\$ / Kg) | 0,15 | 0,23 |
| Pêssego (R\$ / Kg) | 0,50 | 0,95 |
| Pimentão (R\$ / Kg) | 0,30 | 0,37 |
| Tomate estaqueado (R\$ / Kg) | 0,26 | 0,42 |
| Laranja (R\$ / Cx. 40 Kg ou R\$ / Kg) | 4,35 ou 0,11 | 6,20 ou 0,16 |
| Alface (R\$ / Cx. 14 Kg) | 4,05 | 5,45 |
| Repolho verde (unidade) | ... | 0,40 |
| Abóbora (R\$ / Kg) | ... | 0,40 |
| Mel (R\$ / Kg) | 1,80 | 4,41 |
| Bovino corte – Sistema extensivo (R\$ / cabeça) | 161,16 ⁽²⁾ | 350,00 ⁽⁴⁾ |
| Ovo colonial (R\$ / Dz.) | 0,64 ⁽³⁾ | 1,08 |
| Peixe - Carpa Comum (R\$ / Kg) | 1,27 | ... |
| Frango (R\$ / Kg) | 0,89 | 0,99 |

Fonte: ANUALPEC 2002 e AGRIANUAL 2002. FNP Consultoria & Negócio.
Adaptado por ALVES, A. F.

(1) Custo de produção equivalente a um hectare cultivada, produzindo em média 20.000 Kg.

(2) Custo de produção que inclui cria, recria e engorda de bovinos de corte, de raças não especializadas, em rebanhos de até 500 cabeças.

(3) Valor baseado no custo de produção para poedeiras de granja, tendo em vista a sazonalidade da postura de poedeiras caipiras, elevando para os mesmos patamares o custo de produção.

(4) Valor médio por cabeça para novilhos de 2 a 2 ½ anos, de raças não especializadas, vendidos vivos a outros criadores e intermediários.

(...) Dado numérico não-disponível.